



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História



ROSANA FALCÃO LESSA

**NAS MALHAS DO FUMO: COTIDIANO,
FAMÍLIA E TRABALHO FEMININO NO
RECÔNCAVO FUMAGEIRO, 1870-1920**

FALCÃO LESSA, ROSANA NAS MALHAS DO FUMO:
cotidiano, família e trabalho feminino no
Recôncavo Fumageiro, 1870-1920 / ROSANA FALCÃO
LESSA. -- Rio de Janeiro, 2022.
175

Orientadora: KEILA GRINBERG.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-
Graduação em História, 2022.

1. INTERSECCIONALIDADES. 2. RECÔNCAVO BAIANO. 3.
FUMO. 4. TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS. 5. GÊNERO. I.
GRINBERG, KEILA, orient. II. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

ROSANA FALCÃO LESSA

**NAS MALHAS DO FUMO: cotidiano, família e trabalho feminino no
Recôncavo Fumageiro, 1870-1920**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção de título de Doutora. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Keila Grinberg

**RIO DE JANEIRO
2022**

ROSANA FALCÃO LESSA
NAS MALHAS DO FUMO: cotidiano, família e trabalho feminino no
Recôncavo Fumageiro, 1870-1920

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção de título de Doutora. Área de concentração: História Social.

Aprovada em 29 de abril de 2022.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Keila Grinberg (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Profa. Dra. Mariana de Aguiar Ferreira Muaze
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Pro. Dr. Álvaro Nascimento
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Profa. Dra. Isabel Reis
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Fabiane Popinigis
Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRRJ

Este Trabalho é dedicado às minhas avós,
Maria Alves Falcão e Rosa Lessa, e à minha
madrinha, Andrelina Lessa dos Santos, meu
maior elo com a coragem e a altivez
ancestral.

AGRADECIMENTOS

É muito especial o momento de lembrar com gratidão de um caminho que eu nunca imaginei trilhar e das pessoas conheci. Não cheguei até aqui sozinha, um título de Doutora tem um valor imensurável para uma mulher negra, do interior da Bahia, que teve toda a sua trajetória escolar em instituições públicas de ensino. Junto com este título chegam histórias que gritavam de milhares mulheres negras do Recôncavo, histórias que precisavam ser contadas, escritas, lidas e entendidas com respeito e dignidade.

Este trabalho foi feito com todo amor do mundo, mas também me senti insegura, perdida, trabalhei arduamente em busca de documentos que dessem voz e trouxessem para o campo de compreensão dos leitores os desafios, o trabalho e o cotidiano que envolveram as operárias de fumo, considerando como o racismo, o sexismo e o colonialismo marginalizavam mulheres incríveis, inteligentes, corajosas e sagazes.

As pessoas que entraram na minha vida e as pessoas que sempre estiveram nela foram de extrema importância para que eu concluísse este trabalho.

Minha gratidão a todas às ancestrais que me protegeram e me guiaram para lugares de sabedoria e paz, incluindo Nossa Senhora Aparecida, santa pretinha a qual tenho uma relação e admiração especial.

À mainha, Ana Lúcia Falcão Lessa, pelo apoio incondicional e por ser o meu maior exemplo de humildade, generosidade e ternura. Não há palavras para expressar a intensidade da alegria de poder encher minha mainha de orgulho.

A painho, Antônio Lessa (*in memoriam*), que no curto tempo que passamos aqui neste plano terrestre, ensinou-me o valor da dignidade, altivez, educação e independência.

Às minhas irmãs, Lua, Tina e Luciana, com quem nos momentos mais difíceis me oferecem toda força, companheirismo e coragem.

Agradeço imensamente à minha orientadora, a Profa. Dra. Keila Grinberg, pelo rigor, competência, generosidade e paciência em ler e reler, fazer sugestões, correções e entender todo amor e apego que tenho às histórias e fontes das mulheres negras do Recôncavo Fumageiro.

Ao Prof. Dr. Álvaro Nascimento, que corrigiu meu projeto de pesquisa e me deu valiosas sugestões e à Profa. Dra. Geovana Xavier pelo incentivo. Sem vocês eu não teria o ímpeto de tentar o Doutorado no Rio de Janeiro.

Às minhas professoras e amigas, Dra. Márcia Barreiros e Dra. Cecília Soares, que estão sempre me acompanhando e acolhendo.

Minha gratidão às professoras Dra. Mariana Muaze e Dra. Isabel Reis, por aceitarem fazer parte da minha banca de qualificação. Suas observações foram fundamentais para a construção desta tese.

Fiz amigos e amigas, estreitei laços que tornaram esta jornada mais leve e alegre. Minha gratidão à Fabíola Tomé, Mariana Barreto, Alessandra Barbosa, Eneida Borges, Tiago Braga da Silva, Aline Menezes, Carlos Augusto Braga e Kênia Gusmão. Sei que vocês torcem por mim, sou muito feliz por isso!

Sou muito grata à Priscila Luvizotto e a todos da secretaria da Pós-Graduação, pela disponibilidade, educação e atenção. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Aos funcionários dos arquivos públicos de São Félix e Cachoeira e do Arquivo Público da Bahia, onde passei aproximadamente um ano, meu carinho e gratidão. Agradeço também ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

Agradeço especialmente ao meu sobrinho, Igor Falcão, e às minhas sobrinhas, Hosana Maria, Marina Falcão e Maria Thereza, por estarem sempre me lembrando da importância de concluir o doutorado: “Tia Ró, já posso ir para sua casa?”.

De uma coisa eu tenho certeza, contribui um pouquinho para olharmos nossas histórias com mais amor, orgulho e respeito.

Gratidão a todos e todas!

Olhe atentamente para o presente que você está construindo: ele deve parecer com o futuro com o qual você está sonhando.

Alice Walker

LESSA, Rosana Falcão. **Nas malhas do fumo: cotidiano, família e trabalho feminino no Recôncavo Fumageiro, 1870-1920**. 2022. 172 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

Este trabalho reúne uma vasta categoria de documentos, como cartas régias, relatos de viajantes, dados censitários, bibliografias produzidas sobre o tema, entre outros, que ressaltam a importância e a história da fumicultura no Recôncavo baiano e a sua relevância para a economia do Brasil. De maneira particular, a tese aborda como o cultivo do fumo, que era direcionado para a manutenção do tráfico transatlântico de escravizados africanos, deu contornos particulares à história social, econômica e de gênero da região. Assim, a inserção social ou o aproveitamento da mão de obra das mulheres negras, no período de 1870-1920, foi característica fundamental desse contexto, marcado por exploração, racismo e sexismo, oriundos da estrutura colonialista que não foi capaz de invisibilizar a organização, o ativismo, a inteligência e a coragem de mulheres negras atuantes cultura fumageira, que construíram ações de resistência contra a objetificação, a exploração e a desumanização, o que se revela através de processos-crimes, jornais e fotografias do período estudado. Assim, consideramos de grande importância a aliança entre as discussões sobre o feminismo negro e os aspectos históricos do gênero, a fim de dar materialidade à voz das mulheres negras do Recôncavo baiano.

Palavras-chave: Feminismo Negro. Recôncavo. Fumicultura. Cotidiano.

LESSA, Rosana Falcão. **Everyday life, family and women's labor in the Tobacco Region Bahia, 1870-1920**. 172 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ABSTRACT

This work brings together a vast category of documents, such as royal charters, travellers' reports, census data, bibliographies produced on the subject, among others, that highlight the importance and history of tobacco farming in the Recôncavo Bahia and its relevance to the economy of Brazil. In particular, the thesis addresses how the cultivation of tobacco, which was aimed at maintaining the transatlantic slave trade of Africans, gave particular contours to the social, economic and gender history of the region. Thus, the social insertion or use of black women's labor, in the period 1870-1920, was a fundamental characteristic of this context, marked by exploitation, racism and sexism, arising from the colonialist structure that was not able to make the organization invisible, the activism, intelligence and courage of black women active in the tobacco culture, who built resistance actions against objectification, exploitation and dehumanization, which is revealed through criminal proceedings, newspapers and photographs of the period studied. Thus, we consider the alliance between the discussions about the black feminism and the historical aspects of the genre of great importance, in order to give materiality to the voice of black women in the Recôncavo baiano.

Keywords: Black Feminism. Recôncavo. Tobacco culture. Daily.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Vista parcial da cidade de Cachoeira.....	12
Figura 2. Ofício Mesa de Rendas.....	14
Figura 3. Mapa do Recôncavo (1899) organizado pelo engenheiro civil Theodoro Fernandes Sampaio.....	17
Figura 4. Propaganda da Stender e Cia (final do século XIX).....	19
Figura 5. Fábrica Dannemann (1873).....	22
Figura 6. Porto de Cachoeira-BA, 1908.....	33
Figura 7. Relação de lavradores do fumo.....	41
Figura 8. Família na lavoura fumageira.....	43
Figura 9. Lavrador nos campos de plantio de fumo e mandioca, 1970.....	48
Figura 10. Descendente Béhanzin, rei do Daomé, com um cachimbo na boca à imagem dos seus ancestrais, que só fumavam tabaco da Bahia.....	50
Figura 11. Lavadeiras de Cachoeira fim do século XIX.....	64
Figura 12. Jornal <i>A Imprensa</i> , 1884.....	88
Figura 13. Rua da Lama, 1908.....	90
Figuras 14 e 14. Revista Manchete.....	97
Figura 16. Jornal o Propulsor.....	97
Figura 17. Jornal <i>A Vanguarda</i> , de 1917.....	99
Figura 18. Operárias da Dannemann (início do século XX).....	101
Figura 19. Jornal <i>O Propulsor</i> , 1911.....	102
Figura 20. Jornal <i>A Vanguarda</i> , novembro de 1925.....	104
Figuras 21 e 22. Fichas de empregadas da Dannemann, 1938.....	106
Figuras 23 e 24. Fichas de registro de meninas empregadas.....	108
Figura 25. Charuteira na ponte que liga São Félix a Cachoeira.....	111
Figura 26. Abaixo assinado dos caixeiros.....	113
Figura 27. Processamento do Fumo.....	116
Figuras 28 a 35. Frames do filme <i>Erva de Bruxa</i> (1970), de Paulo Gil Soares.....	118
Figura 36. Jornal <i>A Ordem</i> , 1903.....	123
Figuras 37 e 38. Fichas de operárias.....	124
Figura 39. Jornal <i>A Vanguarda</i> , 1925.....	125
Figura 40. Charuteiras exercendo seu ofício.....	131
Figuras 41 e 42. Exportação exterior da Bahia (1924-1928).....	132
Figura 43. A Benzedura.....	134
Figura 44. Escola Noturna.....	137
Figura 45. Registro da Secretaria de Polícia, 1887.....	140
Figura 46. Mulheres na escolha do fumo.....	147
Figura 47. Homens na escolha de fumo.....	147
Figura 48. Jornal <i>A Voz do Povo</i> , 1891.....	156

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	TERRA CLASSICA DO FUMO.....	31
1.1	Entre a travessia e a escravidão: a importância do fumo baiano no processo de colonização e estruturação econômica do Recôncavo.....	38
1.2	O Recôncavo feminino: além das representações coloniais.....	52
1.3	Nas malhas da liberdade: exportações e fábricas de fumo na construção dos “lavradores pobres”.....	54
2	A “ERVA SANTA DA EUROPA”: ENTRE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE.....	63
2.1	Cotidiano, trabalho e conflito no mundo das charuteiras.....	90
3	ENTRE PARADIGMAS DE DECÊNCIA E EXPLORAÇÃO: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NO RECÔNCAVO FUMAGEIRO.....	95
3.1	Anna Patrícia Souza e Alexandrina Carvalho: racismo, sexismo e exploração econômica.....	104
4	EXPLORAÇÃO E ATIVISMO: MULHERES NEGRAS E AS BARREIRAS INTERSECCIONAIS NO RECÔNCAVO FUMAGEIRO.....	126
4.1	O limite da liberdade: como ser uma boa doméstica, de acordo com código de posturas e cadastro da Secretaria de Polícia.....	137
4.2	Operárias negras na vanguarda da construção da dignidade.....	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	FONTES DA PESQUISA.....	157
	REFERÊNCIAS.....	159
	ANEXO A – Mapas do Recôncavo.....	166
	ANEXO B – Jornais e fotografias, São Félix-Ba.....	168
	ANEXO C – Roteiro do filme <i>Erva Bruxa</i>, 1970.....	174

INTRODUÇÃO

*[...] quando uma mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta junto
com ela.*

Angela Davis

O interesse pela história das mulheres negras no Recôncavo Fumageiro¹, formado por freguesias em volta do Vale Rio Paraguaçu, como São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão do Jacuípe, Conceição da Feira e Nossa Senhora do Resgate de Umburanas, advém da necessidade de analisar uma região assentada na mão de obra feminina, formada por mulheres negras estereotipadas pelas regras morais sexistas, tributárias de sociedades racistas e patriarcais, tendo em vista o cotidiano de trabalho delas e considerando que, em muitos casos, eram pobres e absolutamente independentes dos padrões culturais de feminilidade.

Nesta pesquisa são elencados três marcadores de subordinação: gênero, classe e raça. Afinal, além de pobres, as mulheres negras ganhavam a vida em trabalhos pelas ruas, lavouras e armazéns, que elas tinham como ambientes primordiais de sociabilidade e resistência. É necessário salientar que a cultura fumageira era impregnada de uma visão racista, sexista e misógina, que se explicita, dentre outros paradigmas, no ditado

¹ “Por quatro séculos, a Cidade da Bahia ou Cidade do Salvador da Bahia teve por região o Recôncavo e a costa do mar aberto até a Baía de Camamu. Estima-se em cerca de 800 embarcações que, no início do século XIX, aí entravam diariamente, trafegando de Porto Seguro ao Rio Real, e em 450 por ano os navios vindos de longe. Mas a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo entre a abolição e a década de 50 do século XX, o Recôncavo perdeu progressivamente sua antiga importância econômica e política e terminou por quase isolar-se dos processos que desde então marcaram a vida nacional” in: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 34).

“Chama-se de Recôncavo a região que circunda a Baía de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro, no qual, há mais de quatrocentos anos, se vem desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil” (PINTO, 1988 *apud* BRANDÃO, 1998, p. 101).

“Um berço da agricultura de *plantation* do Novo Mundo, o Recôncavo fazia parte do Nordeste de Gilberto Freyre. A região produziu, entre 1780 e 1860, grandes quantidades de fumo e açúcar para o mercado mundial. De fato, no começo do século XIX, a Bahia exportou mais açúcar que qualquer capitania brasileira; e da Bahia também veio quase todo fumo vendido na Europa” in: BARICKMAN, B. **Um contraponto baiano: açúcar fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 28.

transmitido por gerações, que diz que os charutos do Recôncavo eram saborosos por serem enrolados nas coxas das mulatas. No entanto, a despeito da consolidação dos estereótipos sociais, essas mulheres criaram estratégias de contestação dos padrões, na medida em que se faziam presentes nos espaços públicos e de poder, como sindicatos, festas religiosas e profanas, sendo protagonistas de suas histórias.

Figura 1 – Vista parcial da cidade de Cachoeira



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)².

O cultivo do tabaco e a produção de charutos intensificaram os processos emancipatórios de várias freguesias de Cachoeira e se tornaram fundamentais para compreender processos migratórios e a composição da organização do proletariado negro.

Segundo Maria Odila Leite Dias³, a multiplicação de mulheres pobres, forras e escravas, sobrevivendo do artesanato caseiro e do pequeno comércio ambulante, fazia parte da economia escravista de exportação e do processo, concomitante, de concentração da propriedade e renda. Nessa perspectiva, o trabalho manual menosprezado histórica e culturalmente era o ofício de sobrevivência de mulheres negras e pobres. Em *Quotidiano e Poder*, Dias deixa evidente essa importância:

A reconstrução de papéis femininos, como mediações que possibilitam sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos. O seu modo peculiar de inserção no processo social pode ser captado por meio da reconstrução global das relações sociais como um todo⁴.

² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/historico>. Acesso em: 20 out. 2019.

³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁴ Ibidem, p. 13.

É necessário destacar que São Gonçalo dos Campos, uma das mais importantes freguesias fumageiras, pertencia à comarca de Cachoeira até 28 de julho de 1884, data de sua emancipação política, quatro anos antes da abolição da escravidão. Em 1920, de acordo com o recenseamento, a cidade se destacou economicamente pela produção de fumo, que era sua atividade econômica mais relevante. Esse município produzia o melhor fumo da Bahia e sempre teve nele sua principal fonte de riqueza desde o período colonial até 1959, quando seu cultivo entrou em declínio. A partir desse período, a vulnerabilidade da fumicultura materializou-se em vários aspectos: a comercialização e o beneficiamento da produção tornaram a atividade inteiramente dependente de fatores externos e a fragilidade da organização das relações de produção fez com que o trabalhador ficasse sempre preso a uma cadeia de subordinação. O fumo era cultivado sem nenhum poder de barganha e ainda sofria com a falta de crédito por parte do governo⁵. Após 1851, o fumo ficou conhecido como lavoura de pobre. O documento abaixo, de 1864, redigido por Heineken Meyer, possivelmente dono de fazenda de tabaco ou intermediário no processo de compra com lavradores para exportação. O ofício é endereçado à mesa de rendas no intuito de reclamar as altas taxas impostas ao produto, o que possivelmente era fruto do seu alto valor comercial e, a partir do fim do tráfico ilegal, foi consolidada a sua desvalorização:

Heineken Meyer vem reclamar contra o preço de quatro mil réis que está marcado para o Fumo na Mesa de Rendas Provincial. Os suplicantes compram oito mil fardos de fumo a dois mil e oitocentos como Vossa Excelência pode ver da primeira partida que temos a conta, que é justamente o preço do mercado por isso que é o preço do mercado, mande reformar a taca de quatro mil para a que julgar justa⁶.

O ofício é assinado por mais duas pessoas e possivelmente, nesse comércio, para manter o lucro dos intermediários, os mais prejudicados e explorados eram os lavradores, consequentemente, pobres.

⁵ SANTOS, Valdomiro Lopes dos. **A pecuarização do Recôncavo fumageiro: o caso de São Gonçalo dos Campos, Bahia**. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.

⁶ Ofício 1864. Documentos Avulsos. APEB.

extremamente trabalhosa nos seus cuidados. No livro *Análise da cadeia produtiva do tabaco da Bahia* (2013), Jean Baptiste Nardi⁷ evidencia que a primeira região do mundo a cultivar o tabaco foi a Bahia, a partir de 1570 até meados do século XX, a quase única exportadora do gênero no país.

Durante o período colonial, Campos da Cachoeira (denominação de São Gonçalo dos Campos, quando ainda pertencia à comarca de Cachoeira, até 1884) foi uma região privilegiada do Império Português para o cultivo do tabaco. Nardi (2013)⁸ também destaca a dimensão transatlântica da fumicultura, quando avalia que o comércio externo foi a principal motivação da cultura do fumo na Bahia, sendo que na fase inicial o fumo era expandido para Lisboa. Além de ser útil na indústria e no consumo interno da metrópole, era reexportado para outras nações da Europa e também servia de moeda para a compra de escravos na África, em particular na Costa da Mina (atual Benin).

João Antonil⁹, em um trabalho clássico da historiografia brasileira entre os séculos XVII e XVIII, comenta sobre a predominância da cultura fumageira em Campos de Cachoeira:

Há pouco mais de cem anos que esta folha se começou a plantar e beneficiar na Bahia e vendo o primeiro que a plantou o lucro e boa aceitação em Lisboa, animou-se a plantar mais. Até que imitado por vizinhos, que com ambição a plantaram e enviaram em maior quantidade, e depois de grande parte dos moradores dos Campos que chamam da cachoeira, e de outros do sertão da Bahia, passou pouco a pouco a ser um dos gêneros de maior estimação que hoje saem desta América meridional para o reino de Portugal e para outros reinos e repúblicas de nação estranha (ANTONIL, 1982, p. 59).

Nos estudos de Barickman¹⁰, fica evidenciado que em 1835, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, no próprio coração dos Campos da Cachoeira, quase dois terços de todos os fogos chefiados por lavradores não possuíam escravos. A difusão do fumo em folha, a partir de meados da década de 1840, tornou a lavoura fumageira ainda mais acessível às camadas mais pobres da população. De fato, a partir de 1850, os observadores passaram a associar, cada vez mais, o fumo à produção camponesa, contribuindo, dessa maneira, para estabelecer a duradoura reputação do tabaco como “lavoura de pobre” ou de “quintal”. Além disso, a economia oferecia a homens e mulheres livres e libertos, a maioria negra e mestiça, outras alternativas para o trabalho permanente, como o emprego

⁷ NARDI, Jean Baptiste. **Análise da cadeia produtiva do tabaco da Bahia**. Salvador: Arcadia, 2013.

⁸ NARDI, **Análise da cadeia produtiva...**

⁹ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 1982. p. 149.

¹⁰ Idem.

nas fábricas de Cachoeira, São Félix e Maragogipe ou na indústria têxtil que se desenvolveu na Bahia, na segunda metade do século XIX.

O recorte temporal desta pesquisa teve 1870 a 1920 como baliza, por considerarmos este um período fundamental para o destino das mulheres negras, com a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro 1871, que considerava livres todos os filhos nascidos de escravas e proibia que a venda separasse cônjuges escravos ou filhos menores de 15 anos de seus pais e mães. Contudo, é importante pensar na ambiguidade de tal Lei, pois segundo Keila Grinberg (1994), como seria possível que os escravos alcançassem a liberdade, sem o consentimento dos seus senhores, utilizando-se de um aparato judicial elaborado por um Estado que mantinha estreitos laços de dependência com a escravidão? Então, apesar da relatividade da Lei, ou seja, a sua apropriação de acordo com o contexto, a autora atenta para as interferências e normatizações do poder imperial nas relações escravistas do país¹¹. No entanto, nesse período também foi criado o Fundo de Emancipação, para promover alforrias nos municípios, com recursos provenientes de impostos de renda e loterias; e a realização da matrícula de escravos de todo o país se tornou obrigatória, sendo que aqueles que não fossem matriculados pelos senhores seriam considerados livres. O texto legal estipulou também que os cativos que possuíssem uma quantia de dinheiro com a qual lhe fosse possível comprar a alforria, tinham o direito a tal, sem que os senhores pudessem se opor (MENDONÇA, 2018)¹².

Nesse cenário de mudanças que favorecia o crescimento do número de pessoas libertas, a Fundação da Dannemann, em 1873, de certa forma, representou os efeitos da aceitação, expansão e êxito das fábricas de charutos, inclusive cubanas em âmbito mundial. Segundo Scott e Hébrard:

As regiões onde os charutos tradicionalmente haviam sido produzidos, inclusive Cuba, estavam na metade da década de 1850 começando a perder o controle que tinha do mercado, na medida em que a exportação da folha de tabaco permitia que fabricantes de outros lugares produzissem, eles mesmos os charutos. Em 1855-1856, o governo liberal no México, no qual o antigo fabricante de charutos Benito Juárez serviu como ministro da justiça, abriu

¹¹ GRINBERG, Keila. **Liberata**. A Lei da ambiguidade. As ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Disponível em: <https://static.scielo.org/v7mzs/pdf/grinberg-9788599662762.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

¹² MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Legislação Emancipacionista, 1871 e 1885. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 281.

campo para expansão da produção e para a exportação, culminando com a dissolução do monopólio estatal do tabaco¹³.

A demanda por charutos estava se expandindo na Europa e sua produção passou ser um ramo econômico promissor para empresários que entrassem no mercado a partir desse momento¹⁴.

Figura 3 – Mapa do Recôncavo (1899) organizado pelo engenheiro civil Theodoro Fernandes Sampaio

¹³ SCOTT, Rebecca; HÉBRARD, Jean M. **Provas de liberdade**: uma odisseia atlântica na era da emancipação. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014. p. 28.

¹⁴ SCOTT; HÉBRARD, **Provas de liberdade**... Op. cit., p. 194.

permitiram refletir sobre a forma como a fumicultura moldou a dinâmica regional, a partir da presença da mulher negra desde o século XIX.

É notável que as fábricas de charuto buscavam construir uma tradição que desse identidade e certificasse a qualidade do produto, que tinha como parâmetro mundial os charutos cubanos. Encontramos a construção de uma tradição que fortaleceu o produto comercialmente na trajetória da família Tinchant, fundadora de uma rede transatlântica de negócios com o tabaco. Suas campanhas de *marketing* evocavam o México, Cuba e as “múltiplas conexões da família através do Atlântico, polindo seus produtos com um toque apropriado da perícia caribenha”¹⁶, transformando seu passado caribenho em uma vantagem comercial, descrita no livro *Provas de liberdade*, como é possível observar no trecho a seguir:

A conexão cubana implicada pelas litografias preparadas como parte da publicidade da companhia fazia sentido para uma empresa que vendia charutos de alta qualidade que eram descritos como *havanés*. Só na década de 1880 é que o governo belga começou a insistir que, para vender charutos com esse nome, era preciso mostrar que a mercadoria realmente tinha vindo de Cuba. Durante os últimos anos da década de 1870, os Tinchants se mostraram mestres na criação do *havanés* que eram enrolados nas oficinas da Antuérpia¹⁷.

O apelo visual e cultural do Recôncavo Fumageiro está fortemente associado à imagem feminina, seja ela vinculada à engenhosidade na produção de charutos artesanais ou na criação de músicas e danças que nasciam no cotidiano da lida e refletiam suas alegrias, devoções, desafios e códigos, como o Samba da Suerdieck e as irmandades religiosas. A imagem abaixo, intitulada “A Bella Africana”, retrata uma mulher negra bem vestida, que possivelmente desafiava a sociedade da época, por representar certa ascensão social ou ruptura com a condição de mercadoria¹⁸. “Bella”, vestida com panos da costa e ornada de joias, está representando a propaganda de Stender e Cia, entre o final do século de XIX e início do século XX.

¹⁶ SCOTT; HÉBRARD, **Provas de liberdade...** Op. cit., p. 203.

¹⁷ Ibidem, p. 204.

¹⁸ RODRIGUES, Vilmaria Lúcia. **Negras Senhoras: o universo material das mulheres africanas forras.** Anais do colóquio do Lahes. Juiz de Fora: laboratório de história econômica e social, UFJF, 2005. p. 7.

Figura 4 – Propaganda da Stender e Cia (final do século XIX)



Fonte: Arquivo Público de São Félix.

Ainda assim, deparamo-nos com a imensa dificuldade com o manuseio dos registros encontrados, pois a produção fumageira não deixa de ser um trabalho agrícola, um trabalho na lavoura, de modo geral, sem definições precisas. Por exemplo, nos processos-crimes, as mulheres eram definidas majoritariamente como costureiras e gomadeiras, ofícios realizados solitariamente e nos espaços privados dos lares.

O caso relatado no processo de tentativa de homicídio, envolvendo Galdina Maria da Conceição e Cândida Francisca Conceição¹⁹, ocorrido no dia 24 de fevereiro de 1881, na Freguesia Fumageira de São Gonçalo dos Campos, no lugar chamado Sobradinho, Termo da Cidade de Cachoeira, às 10 horas da manhã, nos dá uma dimensão do cotidiano e das estratégias que eram enquadradas nos arcabouços da moralidade. Galdina Maria da Conceição, acusada de causar várias lesões profundas, usando uma navalha, em Cândida Francisca da Conceição, no ato da prisão em flagrante, definiu-se como filha legítima de José Vitorino de Amorim, disse ter idade de 25 anos, ser solteira, lavradora, natural da Freguesia e, por fim, informou não saber ler nem escrever. No decorrer do processo, foram arroladas cinco testemunhas, todas eram homens, sendo quatro lavradores e um comerciante, que presenciaram o insulto de Cândida à Galdina. Tudo indica que a reação à referida provocação foi o desferimento de várias navalhadas que resultaram em “lesões

¹⁹ APEB. Tribunal da relação, 23/964/4.

do couro cabeludo sobre o osso frontal, cortando a pálpebra esquerda e todo o lado da mandíbula inferior e com profundidade que terminava nos ossos correspondentes, um corte na mama direita com seis centímetros de extensão”²⁰, além de cortes profundos e extensos nas mãos e dedos. Dentre todas as testemunhas, apenas o lavrador Thomas Mendes, de 25 anos, solteiro, relatou que as envolvidas na contenda “não se gostavam por causa de motivos imorais”²¹. Em momento nenhum foi citado no processo a cor das envolvidas e as motivações da contenda. O que chama a atenção é que no segundo depoimento de Galdina, no auto de qualificação, a ré não se define mais como lavradora, mas como costureira.

A partir dos inventários entenderemos a organização social e econômica da região, características da mão de obra, as benfeitorias comuns às zonas fumageiras. Raríssimos inventários possuem a cor dos inventariantes e inventariados. Apenas encontramos essa definição no caso de africanos.

Os processos-crimes foram de grande valia na percepção dos costumes, das moradias e do cotidiano das classes menos abastadas. Salientamos que as questões geradoras de tensão que culminam nos crimes revelam os valores éticos, econômicos, culturais e sociais de determinada época e contexto. Também analisamos o censo de 1872, para visualizar melhor o perfil da população, relacionando gênero, profissão, cor e o quantitativo de escravizados e livres. Registros de nascimento nos mostram os variados perfis familiares das charuteiras; os registros de viajantes e correspondências nos colocam em contato com o modelo de colonização empreendido na região, dentre outros documentos, como os jornais, que nos deram a dimensão do operariado do fumo e, por fim, os documentos internos e oficiais das fábricas de charutos, a exemplo da Dannemann – que hoje abriga um complexo cultural com uma pequena produção de charutos.

A Dannemann foi fundada em 1873, na atual cidade de São Félix, contando inicialmente com seis funcionárias²². Gerhard Dannemann desembarcou em Salvador com 22 anos, após a Guerra Franco-Alemã²³. Da Alemanha, trouxe o conhecimento adquirido ao trabalhar na importadora de fumo L. G. Mayer, em Freiburg, experiência

²⁰ APEB. Tribunal da relação, 23/964/4.

²¹ Idem.

²² PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Geraldo Dannemann: o empreendedor**. Salvador: Ed. Própria, 2014. p. 28. O autor não expõe a quantidade de homens presentes na fábrica.

²³ A guerra franco-alemã, conflito bélico que ficou conhecido como Guerra Franco-Prussiana, resultou na formação do império alemão. Ocorreu entre 1870 e 1871, incluiu a França, a Confederação Alemã do Norte e as regiões ao sul, a exemplo da Baviera e do reino da Prússia.

aplicada no Recôncavo baiano. O jornal *O Propulsor*, de São Félix, no dia 15 de outubro de 1911, em edição comemorativa do 15º aniversário de fundação, definiu Gerhard da seguinte forma:

Natural de Bremen, na Alemanha, e residente entre nós ao tempo da República no Brasil, onde se tinha distinguido como industrial de elevado time pelo seu grande amor a esta terra (São Felix), foi Geraldo Dannemann o primeiro intendente de São Félix, no ato de ser esta freguesia elevada à categoria de vila. Apesar de estrangeiro de nascimento, ninguém com mais direito a tão elevada honra.

Geraldo Dannemann, casando-se no Brasil, estabeleceu-se com uma pequena fábrica de charutos em São Félix. Ao seu labor contínuo, a sua inteligência esclarecida, deveu a prosperidade de seu estabelecimento. Tornou-se um industrial poderoso e muitas pessoas pobres de ambos os sexos foram encontrar nas acreditadas fábricas de charutos os seus meios de subsistência.

Mostrou como se deve aproveitar o trabalho da mulher, decentemente e sem explorá-las.

Com a nova orientação que Geraldo Dannemann imprimiu em São Félix, empregando em suas fábricas mais de cinco mil pessoas, a população modificou para melhor seus hábitos de vida. São Félix cresceu, prosperou [...] ²⁴.

A força de trabalho feminina era uma característica peculiar na produção de charutos na região, a matéria “mostrou como se deve aproveitar o trabalho da mulher, decentemente e sem explorá-las”²⁵, mas há de se questionar o sentido de decência e exploração para o contexto e período estudado.

O prestígio resultante do sucesso de empreendimentos é notável também no caso da Fábrica de Charutos da família Tinchant, fundada em Antuérpia, em 1875, com apenas dez trabalhadores e, em 1891, já contava com dois mil operários e tinha exportado 50 milhões de charutos, apesar de ser uma família de cor no contexto belga no final do século XIX, os relatos das autoridades, certamente impressionadas com a escala de sucesso das operações comerciais, confirmavam que a conduta e a moralidade dos Tinchants estavam acima de qualquer censura²⁶:

No dia 19 de maio de 1893, a Câmara dos representantes belgas decidiu por 71 votos a favor e 16 contra a concessão de a Joseph da solicitada grande naturalisation, o que lhe deu um leque de direitos políticos e civis de um cidadão belga, bem como elegibilidade para cargos públicos.

²⁴ Arquivo Público de São Félix, estante 45, cx. 13. Data limite 1911.

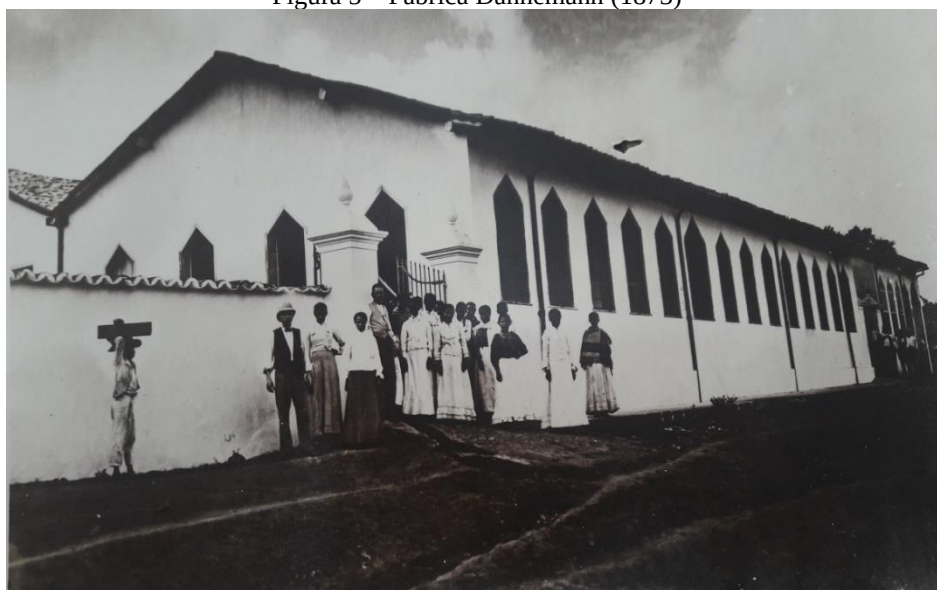
²⁵ Ibidem.

²⁶ SCOTT; HÉBRARD, **Provas de liberdade...** Op. cit. p. 220.

No caso do Recôncavo, o sucesso da Dannemann elevou São Félix à categoria de Vila, tendo seu fundador Geraldo Dannemann, o primeiro intendente da localidade, cargo de grande prestígio político.

A imagem a seguir retrata o operariado da Dannemann, em 1872, onde a presença de mulheres negras é significativa. Pela temporalidade, é possível que mulheres livres, libertas e escravizadas dividissem os ofícios dentro da fábrica.

Figura 5 – Fábrica Dannemann (1873)



Fonte: Arquivo Público de São Félix.

Na virada do século XIX para o XX, a Dannemann havia adquirido o controle sobre a produção, a industrialização e o comércio de fumo na Bahia. Todo esse processo de desenvolvimento dependeu dos braços femininos, que alcançaram em torno de 2 a 3 mil operários, contingente considerável, levando-se em conta a realidade dos municípios baianos²⁷. Os Jornais *A Lanterna*, de 1917, e *A Noite*, do mesmo ano, noticiavam o fechamento da Dannemann e Stander como forma de o governo brasileiro reprimir a presença alemã no país durante a I Guerra Mundial. O Jornal *O Correio da Manhã*, de 17 de novembro de 1917, publicou uma matéria com o título “A destruição do Germanismo”, dizendo que os alemães tinham um plano sistemático de dominação política de países estrangeiros. A determinação de fechamento ameaçaria o trabalho de mais de 3 mil

²⁷ ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A manufatura do fumo na Bahia**. 1983. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo. p. 101. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279391>. Acesso em: 13 jul. 2018.

operários. No entanto, em 13 de novembro o jornal *A Lanterna* havia relatado que o governo brasileiro tomou uma decisão prudente, ao nomear administradores brasileiros de confiança para poupar os 3 mil operários de “gestos de desespero”²⁸.

A escassez de documentos que permitam identificar especificamente o operariado do Recôncavo Fumageiro nos levou a buscar indícios nos documentos que revelam o cotidiano dos donos das fábricas, ou melhor, a classe dominante, e ligar os arranjos sociais, cuja presença da mulher negra era emblemática no desenrolar do cotidiano citadino. Sobre as possibilidades abertas pelas fontes, Nascimento (2016) nos dá uma importante contribuição para vencer a amnésia institucional:

É incrível como poderíamos aprender mutuamente trocando informações acerca das fontes existentes em cada área, sejam elas recursos on line, como a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional ou o Family Search (que disponibiliza milhões de registros paroquiais e cartoriais), sejam fontes localizadas fisicamente em arquivos, como os inventários post mortem, livros notariais, testamentos, processos criminais, trabalhistas e cíveis e correspondências, além de inúmeras outras, que nos ajudam a encontrar a origem do indivíduo, suas famílias, crenças, sociabilidades, parentescos, cores, o cotidiano laboral e pessoal, além da condição social. Os dados dos registros de contratação dos trabalhadores das empresas, suas licenças e regulamentos de funcionamento, as biografias dos seus proprietários, as homenagens recebidas, as entrevistas com descendentes de antigos escravos e trabalhadores diversos também revelam sugestivas possibilidades de investigação²⁹.

É nos situando dentro dessas possibilidades que utilizaremos todas as fontes possíveis para entender como o legado do colonialismo e, conseqüentemente, o racismo moldou as experiências das mulheres negras no Recôncavo Fumageiro, e resultou em um sistema econômico global caracterizado pela exploração do trabalho das mulheres de cor em todos os cantos do mundo³⁰. Segundo Kimberlé Crenshaw³¹, as experiências das mulheres de cor são relevantes entre si, porém, são particularmente significativas para solucionar questões sociais importantes, sendo assim, múltiplos sistemas de poder de maneira inseparáveis afetam sua vida. E a abordagem interseccional é essencial, pois

²⁸ Jornal *A Lanterna*, Rio de Janeiro, 11 e 13 de novembro de 1917.

Jornal *A noite*, 11 de novembro de 1917.

²⁹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: 1 contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

³⁰ COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 375.

³¹ CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16. Disponível em: <https://nesp.unb.br/popnegra/images/library/Kimberle-Crenshaw-Interseccionalidadenadiscriminaoderaaegenero.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedade marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais e cotidianas. Como ferramenta analítica a interseccionalidade considera as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia, faixa etária, entre outras, são inter-relacionadas e se afetam mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas³².

Nesse sentido, a centralidade da mulher nas comunidades negras é essencial para se compreender as adaptações funcionais às opressões de raça, gênero, classe e nação³³. Na década de 1880 foi criada a Sociedade Libertadora Cachoeirana, cuja figura feminina era prioritária para a concessão da liberdade. Assim, percebemos as experiências étnicas marcadas e culturalmente ressignificadas, visto que mulheres e crianças constituíam um relevante número de trabalhadores e eram exploradas sob o regime manufatureiro propriamente dito ou pelo regime do trabalho em domicílio, este último centralizado por meio de encomendas. Pode-se dizer que as duas formas de trabalho coexistiram na mesma firma. Era o caso da Manufatura Juventude, em 1882: das 150 pessoas empregadas, cerca de 130 trabalhavam nos estabelecimentos manufatureiros e 20 em suas residências, “por conta da fábrica”³⁴. É importante perceber que a liberdade para mulheres negras se tornou sinônimo de transgressão dos padrões brancos de moralidade. Ser livre não representou um fenômeno estático no tempo, tendo implicações específicas em determinados contextos.

Acompanharemos as sociabilidades femininas até 1920, período em que a região comportou 48 estabelecimentos do ramo fumageiro. Nesse mesmo ano, destacavam-se empresas do setor de manufaturas de produtos finais: Dannemann, Stender, Costa Ferreira e Pena, Vieira e Melo e Surrdieck, todas produzindo, principal ou exclusivamente, charutos. Essas cinco firmas foram responsáveis por cerca de 90% da produção charuteira estadual³⁵. Nosso estudo privilegiará os documentos disponíveis no Arquivo Público de São Félix, que comporta um grande acervo da Dannemann.

As mulheres foram fundamentais para a manutenção da vida comunitária das populações negras e fizeram do trabalho informal a possibilidade de vencer a subalternização legada do regime de cativo, haja vista que não podemos perder a

³² COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 244.

³³ COLLINS, **Pensamento feminista negro...** Op. cit., p. 298.

³⁴ ALMEIDA, **A manufatura do fumo na Bahia...** Op. cit., p. 40.

³⁵ *Ibidem*, p. 90.

dimensão da precariedade do trabalho. Segundo Cecília Sardenberg³⁶, a inserção das mulheres no mercado aumentava sua importância no grupo doméstico e o consequente enfraquecimento da autoridade do pai ou marido, possibilitando relações de gênero mais igualitárias no âmbito familiar.

Os autores que estudaram a cultura fumageira no Recôncavo baiano, como Valdemiro Lopes³⁷, Silza Fraga Borba³⁸ e Elizabete Rodrigues da Silva³⁹, associaram a maior presença de mulheres na cultura de cultivo do fumo às condições de pobreza. Para Costa Pinto⁴⁰, essa predominância de mulheres se deve ao fato de ser mão de obra farta e barata direcionada a um trabalho que exigia muita paciência e habilidade, considerados culturalmente atributos de mulheres.

Nesse sentido, é de grande relevância histórica perceber como o cotidiano dessas mulheres contribui para os estudos sobre as relações de gênero e os processos de “empoderamento” ou redefinição dos padrões e papéis femininos nas regiões marcadas pela fumicultura.

É de competência da História Social perceber essas vivências. Observamos que há uma lacuna historiográfica sobre o processo de desagregação do escravismo, principalmente no meio rural, a partir da perspectiva de gênero. Os estudos recentes sobre o pós-abolição tendem a ressaltar a diversidade regional e as diferentes situações vividas pelos libertos, rompendo com a perspectiva generalizante e unívoca⁴¹.

É notável e louvável que estamos em uma fase de construção de estudos que exploram as peculiaridades da presença de egressos da escravidão na história, nos mais diversos contextos e perspectivas. Vejo-me motivada a dar continuidade às pesquisas iniciadas no mestrado, que focalizaram a participação feminina na formação econômica,

³⁶SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista.** Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 19 abril 2019.

³⁷ SANTOS. **A Pecuarização do Recôncavo fumageiro...**

³⁸ BORBA, Silva Fraga Costa. **Industrialização e Exportação do Fumo na Bahia, 1870-1930.** 1975. Dissertação (Mestrado de Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

³⁹ SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer charutos: uma atividade feminina.** 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

⁴⁰ PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

⁴¹ WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente Felisberta.** Consciência histórica, história e memória de uma família no litoral rio-grandense no pós-emancipação. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2013.

cultural e histórica do Recôncavo baiano, onde foi impossível falar de mulheres negras e não citar a cultura fumageira, sendo uma atividade que a todos empregava, exigindo baixo investimento e proporcionando boa possibilidade de lucros no período estudado, oportunizando a emancipação individual e a consciência coletiva necessária para a superação de dependência social, política e sexual. Vem daí o fortalecimento de mulheres negras em seus núcleos familiares no contexto estudado.

Mas até que ponto o cultivo do fumo proporcionou autonomia aos lavradores pobres? De que modo a lógica paternalista moldou os vínculos sociorraciais e de gênero da localidade? Por meio da leitura de várias fontes, podemos repensar diversos aspectos excludentes e naturalizados socialmente que invisibilizaram e marginalizaram tal protagonismo.

Encontramos, em vários registros de jornais e em processos, a presença ostensiva feminina nessa produção e, conseqüentemente, a constituição de famílias matrifocais. Conforme a definição de Maria Gabriela Hita, a matrifocalidade é o conjunto de relações domésticas e de parentesco centralizadas na figura da mãe-avó (matriarca), centro da interação das redes consanguíneas, *locus* de descendência e herança da família⁴².

Diversos autores já exploraram os diferentes aspectos dessa cultura, mas a presença feminina e a constituição de famílias que rompem com valores patriarcais não aparecem na história, além de pensarmos na perspectiva dessa região constituir um “campo negro”, conforme a descrição de Flávio dos Santos Gomes⁴³, um território social, além de geográfico, no qual circulavam diversos tipos sociais, não necessariamente negros ou apenas escravos, mas uma complexa rede social, construída lentamente, que se tornou palco de luta e solidariedade entre diversos personagens que vivenciavam o mundo da escravidão.

Segundo Ana Alice Alcântara⁴⁴, o processo de empoderamento das mulheres traz à tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas e construindo novos mecanismos de responsabilidade, ou seja, devolve a dignidade, o estatuto de

⁴² HITA, Maria Gabriela. **Casa das mulheres n'outro terreiro**: famílias matriarcais em Salvador. Salvador: EDUFBA, 2014.

⁴³ GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (org). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁴⁴ ALCÂNTARA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

cidadania e, principalmente, a liberdade de decidir e controlar o seu próprio destino com responsabilidade, redes de solidariedade e o respeito ao outro.

Já Sardenberg⁴⁵ aponta que o empoderamento implica na expansão dos limites de fazer escolhas estratégicas, em um contexto no qual isso era impossível, proibido ou negado, envolvendo três dimensões distintas, embora inter-relacionadas: recursos (referindo-se às pré-condições existentes), agenciamento (processo de agir dentro das possibilidades) e resultados (as realizações). Entende-se que o trabalho remunerado é o aspecto essencial para a construção da identidade da mulher pobre. É importante destacar que a discussão sobre empoderamento emergiu no século XXI, a fim de expressar a consciência e luta coletiva pela equidade de gênero, e utilizamos este termo em uma análise centrada entre o fim do século XIX e o início do XX, por entender toda uma reestruturação cultural, social e econômica empreendida por um grupo de mulheres negras na história do Recôncavo e, consequentemente, construindo um capítulo de extrema importância da História do Brasil.

O trabalho de Walter Fraga Filho⁴⁶ é um dos pioneiros na análise da transição da escravidão para a liberdade na Bahia. Ele acompanha as trajetórias de escravos e libertos dos engenhos do Recôncavo baiano, buscando captar de que maneira o fim do cativo repercutiu em suas vidas cotidianas. Barganhar melhores condições de trabalho, migrar para outras regiões e lutar pela manutenção do acesso às feiras locais foram algumas das alternativas de sobrevivência forjadas naquele contexto. O autor destaca as ações de rebeldia da população negra livre, a mobilidade dos engenhos para as vilas e cidades, as extensas redes de relações familiares, mas indica também que muitos ex-cativos decidiram permanecer nas propriedades. Para os que tinham adquirido o “direito” de possuir roça, a abolição deve ter acenado como uma possibilidade de fortalecer esses direitos, e justamente nessa perspectiva é que será entendida a história das mulheres negras do Recôncavo Fumageiro. Por meio da leitura de jornais, processos-crimes, inventários e algumas entrevistas, fica nítida a necessidade de afastamento de todos os ofícios relacionados à obediência e à subserviência.

As necessidades econômicas das mulheres estudadas as colocaram na vanguarda, quando pensamos nas assimetrias das demandas feministas negras e brancas, pois as

⁴⁵ SARDENBERG, **Conceituando “Empoderamento”...**

⁴⁶ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

mulheres negras já estavam no mercado e ditavam suas regras em casa e nas ruas (LANDES, 1967)⁴⁷. Karine Damasceno⁴⁸ pontua que para “As mulheres que vivenciaram a experiência da escravidão, as libertas e mesmo as negras nascidas livres, a condição de trabalhadoras as tornavam personagens tão comuns quanto os homens no mundo da rua [...]”.

Esse fato, unido ao costume das relações amasiadas, “acertadas” entre senhores poderosos e as moças das classes trabalhadoras, acabaram firmando as peculiaridades entres as vivências afetivas, sexuais e familiares, em muitos casos por institucionalizar o hábito de a mulher sustentar o companheiro, uma questão que reforçou a imagem e a importância que se tem dessas mulheres no meio familiar, uma vez que os homens costumavam vadiar pela cidade bebendo nos bares e jogando bilhar, estigmas atribuídos a homens e mulheres negros inseridos em uma sociedade cuja economia, ciência e cultura se sustentavam com a marginalização e a desumanização de tal população.

Desse modo, é importante repensar o conceito de família, e segundo Mariana Muaze, a noção de família se constituiu atrelada às especificidades de uma sociedade escravista e patriarcal, “entendida como a única forma de solidariedade possível, a família colonial possuía composição hierárquica, a qual o chefe controlava, de cima, todos os outros personagens: parentes, genros, filhos, noras e esposas”⁴⁹.

No interior das casas-grandes, o domínio masculino do pater família era legitimado através da violência e do autoritarismo masculinos. Apesar da família ser oficializada na Igreja Católica, a quantidade de filhos ilegítimos gerados de relações sexuais entre senhores e escravas era grande. Alguns aspectos como miscigenação, sexualidade e promiscuidade ganharam bastante destaque na obra de Gilberto Freyre, seu objetivo implícito era discordar de autores que, a exemplo de Nina Rodrigues, viam na mistura de raças, principalmente da raça negra, o pecado original da sociedade brasileira. Tendo sua obra, contribuído, exatamente, para discutir os papéis do negro e da miscigenação na formação social brasileira. Para Freyre, a definição principal de família patriarcal se baseava na relação entre desiguais: pais e filhos, homem e mulher, branco e negro, senhor e escravo, senhor e agregado e assim por diante⁵⁰.

⁴⁷ LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

⁴⁸ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família** (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. p. 68.

⁴⁹ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista** (1840-1889). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2006. p. 9.

⁵⁰ MUAZE, **O Império do Retrato...** Op. cit., p. 11.

Assim, a família negra se constituiu de maneira própria, de acordo com o contexto e a temporalidade, não cabendo nos conceitos generalizantes. A antropóloga Mariza Corrêa, no texto “Repensando a família patriarcal”, afirma que:

A história das formas de organização familiar no Brasil tem-se contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica – a família patriarcal – um tipo fixo onde personagens, uma vez definidos, apenas se substituem do decorrer das gerações, nada ameaçando a sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais⁵¹.

Então, ao pensar na reconstrução de famílias negras, numa perspectiva diaspórica, nos é permitido um diálogo com os padrões eurocêntricos de organização e o patriarcado como uma referência para padrões de relações afetivas, sexuais, de solidariedade e de violência.

Além do estudo “Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX”, de Maria Odila Leite⁵², o livro de Sandra Lauderdale Graham⁵³, *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, também dá visibilidade ao comportamento feminino diferenciado, ao demarcar o campo das “famílias de bem”, o que contribuiu simultaneamente para estabelecer os parâmetros de superioridade e para reforçar os elementos de sujeição das classes populares.

A luta e a resistência das mulheres no trabalho cotidiano da fumicultura e na produção de charutos são objeto desta tese. Nela, busca-se evidenciar o cotidiano feminino, pois é no cotidiano da lida que se estabelecem e, ao mesmo tempo, se transformam as relações sociais de gênero. Pretende-se mostrar também a invisibilidade da mulher no desenvolvimento econômico da região, o que possibilita uma nova chave de interpretação que privilegia a questão de gênero e raça, marcadores essenciais para a construção de uma educação e para uma sociedade livre de preconceitos.

Dividimos a tese em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Terra clássica do fumo*, trabalharemos a contextualização e a caracterização da fumicultura, sua importância para a exploração colonial do Brasil e a construção do perfil sociopopulacional do Recôncavo Fumageiro, buscando contribuir para o não esquecimento ou apagamento desse momento histórico da Bahia e do Brasil.

⁵¹ CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. **Concha de Retalhos**. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1994. p. 15.

⁵² DIAS, **Quotidiano e poder...**

⁵³ GRAHAM, Sandra L. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

No segundo capítulo, *A “erva santa da Europa”: entre a escravidão e a liberdade*, abordaremos a materialização da influência fumageira na construção e cotidiano das famílias, a centralidade e o protagonismo das mulheres negras, no que se refere à manutenção da sobrevivência delas e dos seus. Trabalharemos também a caracterização das propriedades fumageiras, as dimensões da operacionalidade e os limites dos conceitos de infância e moralidade, de acordo com marcadores de classe e raça. Trataremos da construção/reestruturação simbólica da mulher negra no âmbito socioeconômico nas zonas fumageiras, bem como do crescimento significativo das fábricas de charutos.

No terceiro capítulo, nomeado *Entre paradígmata de decência e exploração: memória e resistência de mulheres negras no Recôncavo fumageiro*, discutiremos as relações de trabalho nas fábricas de charutos no início do século XX, ressaltando a exploração e sempre dialogando com a tensão entre o nascente operariado e os patrões escravocratas.

No quarto capítulo, intitulado *Exploração e ativismo: mulheres negras e as barreiras interseccionais no Recôncavo Fumageiro*, apresentaremos as ações de resistência, a busca pela educação e como a escravidão definiu as noções de liberdade e dignidade para população negra.

1 TERRA CLÁSSICA DO FUMO

A Bahia tinha fumo e queria os escravos. A Costa da Mina tinha os escravos e queria o fumo.

Pierre Verger

Neste capítulo focaremos na história e estruturação da cultura fumageira, desde os seus primórdios, uma atividade de grande relevância econômica para o Brasil, disseminada no Recôncavo fumageiro do século XVII ao início do século XX. Contextualizaremos historicamente a plantação de fumo e as possibilidades abertas por essa atividade na segunda metade do século XIX, pontuando tópicos importantes, desde a sua produção como moeda de troca do tráfico transatlântico até as alternativas de subsistência da população recém-egressa da escravidão, com ênfase na criação da Dannemann, em 1873, até chegar ao ano de 1888, quando acontece a abolição da escravidão. Para tanto, utilizaremos a literatura produzida sobre o tema, jornais, relatos de viajantes, Cartas Régias e o censo de 1872.

A historiadora Kátia Mattoso definiu brilhantemente a relevância de se entender a Bahia a partir do Recôncavo:

É impossível conhecer a cidade da Bahia sem compreender o seu Recôncavo. Não há uma só família da cidade que não tenha laços com uma família do interior: não há tempestade na baía que não faça subir as águas dos rios do Recôncavo, não há má colheita lá, que não cause pobreza aqui⁵⁴.

Certamente, essa afirmação vai além da Bahia. E é impossível pensar a História do Brasil sem pensar o Recôncavo baiano⁵⁵, um dos berços da *plantation* escravista nas Américas, importante centro de produção de açúcar e fumo. Mattoso se refere à região do Recôncavo como uma *hinterlândia*, termo definido como “[...] território situado por trás de uma costa marítima ou de um rio”⁵⁶. De fato, tal característica a define e marca sua estreita relação geográfica, social, cultural e econômica com a cidade do Salvador⁵⁷. Nesse sentido, a autora afirma ainda que,

⁵⁴ MATTOSO, Kátia. **Bahia no século XIX**: uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 51.

⁵⁵ Até quase a primeira metade do século XX, as terras em volta d’água, o Recôncavo da Bahia de todos os Santos, foram cenário de um complexo socioeconômico centrado na produção e exportação de açúcar e tabaco, mas incluindo também uma variedade de outras atividades, distribuídas entre diferentes segmentos de uma região que alcançou mais de 16.000 km², se considerado também o Baixo Sul. De fato, no processo de desenvolvimento do complexo do açúcar, a faixa costeira ao sul da Baía de Todos os Santos até a Baía de Camamu viria, de certo modo, também a incorporar-se à economia do Recôncavo, como área produtora de alimentos. Recôncavo e Baixo Sul, assim, formavam um imenso e variado canteiro de trabalho. Cf. BRANDÃO, **Recôncavo da Bahia...** Op. cit., p. 30.

⁵⁶ MATTOSO, **Bahia no século XIX...** Op. cit., p. 9.

⁵⁷ BAHIA, José Pércles Diniz. **Ser baiano na medida do Recôncavo**: o jornalismo regional como elemento formador de identidade. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. p. 29.

Unidas, imbricadas, as duas áreas sempre formam um todo, enfrentando juntas quaisquer circunstâncias. Como o Recôncavo está voltado para o mar, sua orla e seus rios foram a própria vida da Província. Daí o grande peso que lhe deve ser atribuído ao descrever-se a Bahia como um todo⁵⁸.

Então, não deveremos perder de vista que a região estudada, até o século XVIII, apresentou uma confluência de fatores que a colocaram na vanguarda do comércio externo colonial, como: a produção ostensiva de açúcar, paralelamente à produção de tabaco⁵⁹ destinado ao comércio de escravizados africanos, o aperfeiçoamento das técnicas de construção naval, bem como a produção agrícola de subsistência. Percebemos uma economia dinâmica, conforme a descrição de Mattoso:

[...] um mar interno para saveiros e canoieiros, canoas e tábuas jangadas e balcões de todo tipo que raramente se aventuram a passar da perigosa barra que separa o oceano sem limites, “Mar Grande” das poderosas e grandes embarcações. A cada um sua tarefa, naus, fragatas, navios e bergantins vindos de além das ilhas, podem desprezar a barra e trazer da Europa, da África e da Ásia suas “peças” de ébano, seus produtos de luxo, seus comerciantes fogosos e empreendedores. Mas são os marinheiros do Recôncavo que garantem a subsistência diária e as trocas de todos os dias. Marinheiros de um mar interno, quase tão impetuoso como seu irmão, o Oceano, marinheiros de rios mais calmos que se afundam como dedos para o interior das terras, amam os cais de suas cidades, as praias de sua baía. Pescadores e transportadores de bens conhecem as inúmeras riquezas de sua terra e sabem das traições de suas águas, de seus céus. Vivem do ritmo próprio dessas terras internas das quais conhecem a imensidão e as necessidades. São irmãos do roceiro que planta mandioca de seu sustento, ou o açúcar, o tabaco, o café e o algodão, seus fretes. Bahia e seu Recôncavo, de águas e terras molhadas por nevoeiros marinhos, são a boca atlântica de terras imensas que por ela respiram⁶⁰.

Figura 6 – Porto de Cachoeira-BA, 1908

⁵⁸ MATTOSO, **Bahia no século XIX...** Op. cit., p. 42.

⁵⁹ Ao contrário do algodão, o fumo da Bahia se manteve no interesse do comércio para África e Portugal. A Europa preferia o fumo dos Estados Unidos, considerado de melhor qualidade, principalmente o da Virgínia. O fumo baiano era inferior, usado para o tráfico negreiro, não existindo o menor estímulo para melhorá-lo. Apesar disso, a sua procura para o comércio de escravos garantiu sua lavoura nos chamados altos da Cachoeira, onde predominavam terras arenosas. A qualidade do fumo baiano só começou a melhorar nos fins do século XVIII e início do XIX, período em que a história registrou um surto industrial em Portugal. Cf. TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

⁶⁰ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado do século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p. 61.



Fonte: IBGE⁶¹.

O detalhamento feito por Kátia Mattoso⁶², na medida em que traz à tona a intensa movimentação comercial na Baía de Todos os Santos, coaduna com a discussão proposta na tese de Alexandre Vieira Ribeiro, “A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c.1750 – c.1800)”, onde são descritos os fatores que contribuíram para que o tráfico se destacasse em Salvador como o principal ramo do comércio.

[...] por quatro séculos, a cidade da Bahia, ou a cidade do Salvador da Bahia, teve por região o Recôncavo e a costa do mar aberto daí, até a Bahia de Camamu. Estima-se cerca de 800 embarcações que, no início do século XIX, aí entravam diariamente, trafegando de Porto Seguro ao Rio Real, e em 450 por ano os navios vindos de longe. Mas a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo entre a abolição e a década de 50, do século XX, o Recôncavo perdeu progressivamente sua antiga importância econômica e política e terminou por se isolar dos processos que desde então marcaram a vida nacional⁶³.

Luís Amaral, no livro *História geral da agricultura brasileira*⁶⁴, informa que coleções das Cartas Régias do século XVIII contêm centenas de determinações sobre o assunto, ou seja, a organização das plantações de fumo ou tabaco, assim como relatos de

⁶¹ In: RIBEIRO, Alexandre Vierira. **A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c. 1750 – c. 1800)**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

⁶² MATTOSO, **Bahia...**

⁶³ BRANDÃO, **Recôncavo da Bahia...** Op. cit., p. 34.

⁶⁴ AMARAL, **História geral da agricultura brasileira...**

vice-reis e governadores gerais. Nesse período, afirma o autor, tal cultura atingiu um raio maior de exportações, principalmente para Lisboa, Costa da África e para as Índias.

Em 1751, o Vice-Rei, Conde de Atouguia, comunicava a chegada à Bahia dos três camarins mandados pelo Marquez de Távora, para cuidar da cultura do tabaco, salientando a importância do produto, bem como as regras para a organização da comercialização. Wenceslão Pereira da Silva escreveu, em informação para Lisboa:

[...] o tabaco que não he gênero de menos conveniência e utilidade para a Fazenda Real, para os Vassallos deste Estado e para o commercio de Portugal, cuja reputação corre igual paralelo, que a do assucar, parece que se pode regular pelo mesmo modo em sua proporção, franqueando-se licença para que depois de feyta a escolha pelo contractador do que lhe eh preciso para fornecimento do seu contracto, dentro do prefixo termo, que se lhe consignar, o resto se possa vender e navegar livremente para onde parecer a seus donos depois de pagos os direitos, evitando-se embaraços e desordens, que costuma mover em Lisboa o dito procurador e nesta Bahia, seos Procuradores por conveniências particulares, com o pretexto de preferencia e escolha, que diferem por muitos mezes os prejuízos das partes⁶⁵.

Em ofício de 29 de março de 1754, os membros da Mesa de Inspeção escreviam sobre o modo como se verificava a qualidade do fumo:

Estes homens assim como todos os mais que costumão escolher tabaco, tem observado por único meio desde que principiou a havel-o neste Estado fincar cada hum rolo com hum faca para isso prevenida, metendo- a até o centro e pelo cheiro que exala, a qualidade do gênero e do estado actual em que se acha; a mesa ainda com mais escrúpulo inventou e mandou praticar de novo, que todo rolo de tabaco que se oferecesse a exame e se duvidasse da sua qualidade ou mal pelo pique da faca, se descoza e abra pela cabeça donde se tira a primeira, segunda e terceira amostra das voltas da corda e por esta maneira se averigua e conhece perfeitamente a qualidade e estado em que se acha o tabaco e assim se regula a escolha ou refuga a partida do que está capaz de aturar e ser embarcado⁶⁶.

A Mesa de Inspeção, conhecida também como Casa de Inspeção, foi estabelecida no Brasil em 1º de abril de 1751, nos portos da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão, com a finalidade de fiscalizar a qualidade e promover uma boa arrecadação do tabaco. As providências acima narradas foram tomadas em virtude da carta régia de 9 de setembro de 1743, que diz:

E porque sou informado que todo tabaco que vem para este Reyno é de terceira e ínfima qualidade, embarcando-se para Costa da Mina o melhor, com grave prejuízo da minha fazenda, o que procede da pouca exactidão com que se

⁶⁵ AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira...** Op. cit., p. 178.

⁶⁶ Ibidem, p. 179.

fazem os exames, não cumprindo os officiaes dessa arrecadação, com aquelle zelo, cuidado e vigilância com que devem exercer as suas occupações, faltando inteiramente a ellas, vos recomendo muito eficazmente não consintaes que para a dita Costa da Mina se embarque tabaco algum sem que primeiro por homens seja julgado de terceira e ínfima qualidade⁶⁷.

Em dois ofícios de 11 de maio de 1757, o Conde dos Arcos participou a Sebastião José de Carvalho e Melo, também conhecido como Conde dos Oeiros e, posteriormente, como Marquês de Pombal, várias providências sobre a cultura e preparação do tabaco e seu aperfeiçoamento em Cachoeira, de modo a poder competir com outras procedências, tendo em vista que, a partir de meados do século XVIII, iniciou-se um processo de revitalização da economia portuguesa, no bojo das políticas mercantilistas instauradas durante o governo de D. José I (1750-1777). Nessa conjuntura, foram reformulados e criados inúmeros órgãos da administração do reino, com o objetivo de solucionar problemas como a justaposição de funções, a ineficiência na arrecadação de impostos, a prática de fraudes e o contrabando⁶⁸. Nesse período, os franceses haviam descoberto um aparelho para o preparo do fumo, ou seja, conforme o documento, “o projeto de um novo plantar e colher tabaco”⁶⁹.

OFFICIO – do Vice-Rei Conde dos Arcos para Sebastião José de Carvalho e Mello, sobre a cultura e preparação do tabaco no Brasil, e as novas experiências que iam fazer nos Districto da Villa da Cachoeira para aperfeiçoar.

Bahia, 11 de maio de 1757.

Nas cartas dessa Côrte chegarão a esta cidade no mez de Fevereiro vindas pela frota de Pernambuco, recebeu Joaquim Ignácio da Crus a notícia que lembrava o projeto de hum novo plantar e colher tabaco: communicando-me este negócio, de que eu já tinha alguma notícia adquirida por huma pouca de especulação, mostrei-lhe o methodo, que se observa em Virginia, Mariland e Olanda, a respeito da cultura e preparação dos tabacos e as advertências que os Francezes desejavam ver praticadas pelos nossos lavradores, para que os tabacos do Brazil podessem servir ao seu uso, o qual hoje se tem reduzido quasi universalmente ao tabaco rapé, que elles inventarão e tem communicado as mais nações⁷⁰.

Com o objetivo de aproveitar as condições climáticas do Recôncavo da Bahia, “que poderia ser igual ou melhor que a de outras nações”⁷¹, para produzir, além do rapé,

⁶⁷ AMARAL, **História geral da agricultura brasileira...** Op. cit., p. 179.

⁶⁸ BRASIL. Arquivo Nacional. **Mesas de Inspeção**. (On-line). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/209-mesas-de-inspecao>. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁶⁹ AMARAL, **História geral da agricultura brasileira...** Op. cit., p. 185.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Ibidem.

outras categorias mais valorizadas de fumo, o vice-rei, Conde dos Arcos, encarregou lavradores do Recôncavo para fazerem amostras do cultivo da planta com o novo método, de modo que diminuiria o desperdício proporcionado pelas formas tradicionais de cultivo no Brasil.

Com hum destes papeis Joaquim Ignacio da Cruz consultor do districto da Villa de Cachoeira a Manuel da Silva Pimentel e na minha prezença foi consultado também Diogo Alvares Campos, lavradores de Tabaco e summamente práticos na sua cultura: nenhum duvidou que sem embargo do differente clima poderia o tabaco do Brasil ser igual ou ainda muito melhor do que eh o das nações, porém todo o que necessita, por terem chegado a estas noticias poderá vender-se, attendendo aos maiores gastos e aos muitos desperdícios, que necessariamente há de haver como este novo methodo, porque julgão que só aproveitarão as primeiras e segundas folhas, ficando sendo muito pouco ou nenhum proveito para o lavrador todas as mais de que se utilizão, fazendo-se o tabaco ao modo do Brazil; mas como em se fazer alguma experiência não se perdia nada mais do que o trabalho, forão encarregados ambos estes homens de fazerem as amostras, que podessem para que remetendo-se a essa Côrte⁷².

O documento do século XVIII continua relatando as condições para o experimento da nova técnica no Brasil, apesar das recomendações terem chegado fora do período do plantio, já que “os lavradores tinham suas fábricas”⁷³ e não teriam tempo ou espaço para fazer a amostragem,

[...] haver de se fazer nelas algum gênero de exame, sem bem que não poderá ser por agora todo o de que se necessita, por terem chegado estas notícias tão fora do tempo, que já os lavradores tinham as suas fábricas quase nos termos de não se poder laborar nelas; mas como na de Manoel da Silva Pimentel, ainda que muito casualmente, poderão fazer 5 barricas, que nesta Náu de licença se remetem a José Francisco da Cruz; delas humas são de folhas emcamadas e apertadas em tal ou qual imprensa e outras de manocas ligadas e apertadas em volumes separados, para que vendo-se o estado em que chegão a essa Côrte poder saber-se qual destes dous modos será mais proveitoso para se continuarem semelhantes remessas. Estando esse negócio nos termos, que deixo dito, chegou a Náu de licença do Contracto do Tabaco, em que veyo João Lopes Roza, irmão do Contratador actual do tabaco, Duarte Lopes Roza, por ele fui entregue a carta de V. Exa. De 30 de janeiro deste anno, em que me participa, que este homem passava ao Brazil a associar-se com Joaquim Ignácio da Cruz em hum negócio, que podia ser muito útil ao Real Serviço e muito vantajoso a este Estado no argumento da navegação e commercio do tabaco.

Sabendo que em sua Companhia, tinha Chegado André Moreno, que vem encarregado de plantar e colher tabacos para ver se pôde no Brazil pôr em prática esse novo methodo procurei primeiro ouvíllo discorrer sobre a matéria; mas como esta é inteiramente alheya da minha profissão, para me instruir nella

⁷² BRASIL. Arquivo Nacional. **Mesas de Inspeção**. (On-line). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/209-mesas-de-inspecao>. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁷³ Ibidem.

quanto bastasse, mandei vir a esta cidade o juiz de fora da Villa de Cachoeira e a Lopes Roza e vendo-se juntamente as instruções que havia recebido Joaquim Ignacio da Cruz, foi também ouvido André Moreno, que concluiu dizendo que para as primeiras experiências necessitava de terra, em que se podesse plantar até 300 arrobas de tabaco o que logo se franqueou, como também o haver de ser lhe pôr prompto tudo o mais que lhe dissesse era preciso, para o que passaria Joaquim Ignácio da Cruz todas as ordens, que lhe podessem ser necessária e tanto da minha parte, como Juiz de Fora da Cachoeira, se lhe faria prontamente todo o auxílio que necessitasse.

Resolveo-se finalmente a que André Moreno passasse logo para Villa da Cachoeira para ver e examinar as terras e escolhendo delas a que lhe parecesse mais a proposito para por seu methodo poder fazer as plantas e todos os mais benefícios que necessitar o tabaco. Em carta de 2 de maio, escripta a Joaquim Ignácio da Cruz, aviza Andre Moreno que tinha visto e examinado vários sítios de terra, que lhe parecendo muito bons para fazer o que pretendia, tanto pela qualidade da mesma terra como pela extensão de todas as mais circunstâncias necessárias e ultimamente conclue que tinha escolhido o terreno até 300 arrobas de tabacos ou mais e que como a planta estava em bom estado que dentro de 15 dias poderia ter dado principio a transplantalla [...] ⁷⁴.

O ofício informa a possibilidade de êxito na experiência pela qualidade da terra e a necessidade de ampliar o plantio e o aproveitamento das folhas de fumo usando técnicas testadas em países europeus e norte-americanos, onde a mão de obra escrava e as sementes de fumo da Virgínia eram predominantes, sendo necessário salientar que as primeiras sementes foram provenientes das Antilhas e da Ilha de Madeira ⁷⁵. Segundo o Marquês de Aguiar, os fumos da Virgínia eram próprios aos lavradores de Cachoeira: “Em 04 de março de 1812, foram recebidos do Governo do Rio de Janeiro sementes de fumo da Virgínia a fim de serem distribuídas principalmente, disse o Marquês de Aguiar, ‘aos lavradores de Cachoeira, por ser mais próprios à sua cultura’” ⁷⁶.

Em 1824, em *Historia do fumo do Brasil*, Ferrario escreveu que o tabaco era cultivado exclusivamente em Cachoeira ⁷⁷. Embora existam registros de produção de fumo em outras localidades do país, foi em Cachoeira que o fumo se constituiu como produto principal para impulsionar o comércio e as relações sociais ⁷⁸. Nos documentos

⁷⁴ BRASIL. Arquivo Nacional. **Mesas de Inspeção**. (On-line). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/209-mesas-de-inspecao>. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁷⁵ BARROS, F. Borges de. **Novos documentos para História Colonial**. Bahia: Imprensa Oficial, 1931. p. 176.

⁷⁶ AGUIAR, Fernando José de Portugal e Castro. **Ofício ao conde dos Arcos remetendo frascos de sementes de tabaco da Virgínia para serem plantados na Bahia**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 15 jul. 1812. 3 doc. (3 p.). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000358/mssp0000358.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

⁷⁷ AMARAL, **História geral da agricultura brasileira...** p. 368.

⁷⁸ BARROS, loc. cit.

Na seção documentos entre o século XVI e XVII, Cartas do Senado da Câmara para sua Magestade – Docs inéditos – Arquivo Público, temos: “Registro de huma carta para sua Magestade sobre o

fica evidente a constante necessidade de organização da exploração da cultura do fumo ou tabaco para a obtenção máxima de proveito e de categorização das folhas a serem direcionadas aos variados objetivos de exportação, tanto para nações europeias como africanas ou asiáticas.

1.1 Entre a travessia e a escravidão: a importância do fumo baiano no processo de colonização e estruturação econômica do Recôncavo

Em meados de 1970, Stuart B. Schwartz, em seu livro *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, importante obra sobre a escravidão nas zonas de *plantation* do novo mundo, definiu o Recôncavo baiano a partir da seguinte afirmação: “[...] falar da Bahia era falar do Recôncavo, e ele foi sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos”⁷⁹. Sendo assim, é necessário salientar que nem todos os escravizados do Recôncavo estavam ligados à economia açucareira. Havia ali uma variedade de cultivos⁸⁰.

Na Bahia, desde o século XVII as plantações de fumo aumentaram, deixando o açúcar para segundo plano, que floresceu, sobretudo, em Pernambuco. Assim, é importante lembrar que, durante esse período, dentre as condições comerciais impostas pelos holandeses aos portugueses para o comércio de escravizados na Costa da Mina, havia a exigência de não trazer nenhuma mercadoria da Europa para fazer negócios, assim, os portugueses não poderiam utilizar senão os rolos de fumo provenientes da

superintendente do tabaco proibir o Tabaco para hir para Mina e não dar para o consumo da terra, o que he necessário”. “Senhor. São tantas as queixas e Clamores com que este povo esta prejudicado na prezente administração do tabaco, pelo super intendente dele, que nos obrigou a escrever para Vossa Magestade, sobre esta matéria, como Leaes Vassalos, para que Vossa Magestade ordene o que fôr mais útil a Sua Coroa e a seus Vassalos. Pelo que prohihe o Super Intendente que não se dê para o consumo dos moradores desta cidade o tabaco que he preciso, e necessário para elle e para seus escravos, que sem elle não costumão servir de boa vontade nas lavouras. Outro sim prohihe o tabaco que até agora se navegara para Costa da Mina de donde vem os Escravos, a troco dele o qual tabaco é encapaz por sua qualidade para navegar para este reino com que vem a ser inútil a sua proibição em prejuízo do commercio da Costa da Mina, para que venham os escravos com maior numero que do que costuma vir do Reyno de Angolla, principalmente tendo Vossa Magestade dos direitos de cada cabeça, três mil e quinhentos reis, além de se pagar também a dezima do dito Tabaco, quando se embarca para dita Costa. Vossa Magestade mandará o que servido.

Bahia, em Comarca, dezoito de junho de mil setecentos e dez. João Couto Carneiro, sobscrevo, Francisco Pereira Botelho, Manoel Botelho de Oliveira, Francisco Machado Palhares, Antonio de Brás, Pascal Fernandes Monteiro”.

⁷⁹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 98.

⁸⁰ FRAGA FILHO, **Encruzilhadas da liberdade...** Op. cit., p. 23.

Bahia⁸¹. Além disso, antes de ir aos quatro portos, os portugueses eram obrigados a passar no Forte de São Jorge da Mina, para uma espécie de revisão da carga, e eram obrigados a deixar 10% dos rolos de fumo trazidos do Brasil. Conforme Verger:

O papel econômico primordial representado pelo fumo nas relações diretas estabelecidas entre a Bahia e a Costa da Mina, acha se claramente indicado nas instruções passadas a 10 de setembro de 1799, ao marquês de Valença, nomeado Governador da Bahia, “é preciso notar, dizia-lhe o ministro das colônias, que o fumo do Brasil é tão necessário para se fazer o tráfico de negros, quanto estes mesmos negros são para manutenção da América Portuguesa. As outras nações que têm colônias estão nas mesmas condições. Nenhuma delas pode passar sem escravos e todas têm necessidade de nosso fumo para o tráfico de negros. Nessas condições, como somos os únicos donos desse precioso produto, com seu auxílio poderíamos regulamentar o comércio, tirar dessas costas, não somente todos os escravos que nos sejam necessários, como negociar com esse fumo em troca de ouro, marfim e cera, que são as principais exportações”⁸².

A plantação do fumo era imprescindível para a manutenção da mão de obra escrava, bem como a sustentação da indústria açucareira. Segundo o autor, os conflitos entre Portugal e Holanda, durante o século XVII, contribuíram para transformar as relações comerciais portuguesas e de suas possessões. Apesar da expulsão dos portugueses pelos holandeses de suas fortalezas da Costa do Ouro, eles continuaram autorizados a manter relações comerciais em quatro portos africanos ao longo da Costa de Daomé, também conhecida como Costa da Mina, por causa de sua dependência comercial do Forte de São Jorge da Mina. Essas definições caracterizaram peculiarmente a população baiana:

Esta colônia (Bahia), pela produção do fumo que lhe é própria, tem o privilégio exclusivo do comércio da Costa da Mina, com, por seguinte, a importação, no ano passado (1806) de 8.037 escravos Geges, Ussás, Nagôs, etc., as nações mais guerreiras da Costa da África e, em consequência os riscos de subversão [...]”⁸³.

Verger continua dialogando com documentos que traçam o perfil da população negra do Recôncavo da Bahia, a exemplo das cartas enviadas do Rio de Janeiro, por

⁸¹ VERGER, Pierre. **O fumo da Bahia e o tráfico de escravos do Golfo de Benim**. Salvador: CEAO/UFBA, 1966. p. 12.

⁸² Ibidem, p. 14.

⁸³ Ibidem, p. 33. Esses contrastes entre as origens dos africanos trazidos para os diversos estados do Brasil estão claramente indicados em documentos, tais como o relatório enviado pelo governador Conde da Ponte a Lisboa, em 1807.

Joaquim Santos Marrocos⁸⁴, durante o período de 1811 a 1821, à sua família em Lisboa, na qual fala da sublevação de escravos que tem lugar na Bahia, tranquiliza os seus e acrescenta que:

Este perigo não existe no Rio de Janeiro, onde chegam negros de todas as nações, e por isso, inimigos uma das outras, enquanto na Bahia, há sobretudo negros da Costa da Mina e muito poucas outras regiões, que todos companheiros e amigos e que em caso de revolta, formam um bloco unânime e matam os que não são de seu país⁸⁵.

Encontramos no Arquivo Público da Bahia uma relação contendo 86 enroladores de tabaco da Vila de Cachoeira e seu termo que “voluntariamente ofereceram as quantias abaixo declaradas, para cada um rolo aprovado ou reprovado na Inspeção da Bahia, a partir de primeiro de Janeiro de 1809 enquanto durar a guerra em Portugal para restituição gloriosa de Sua Alteza Real ao trono português”⁸⁶. Possivelmente eram denominados de enroladores os lavradores de tabaco que ajudaram a financiar as guerras entre Portugal e França, os conflitos napoleônicos. Na relação consta o nome, a “gramação”, ou melhor, o peso do tabaco doado, e a quantia ou valor correspondente ao peso do tabaco aprovado ou valorizado pelos europeus, e o valor correspondente ao refugado, de qualidade inferior.

⁸⁴ Bibliotecário português que tinha o objetivo de transportar com segurança a segunda remessa de livros da Biblioteca Real Imperial para a cidade do Rio de Janeiro. Cf. FONTES, Simone Aparecida. Luís Joaquim dos Santos Marrocos: memórias de bibliotecário português nos trópicos. Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: Saberes e práticas científicas, 16. **Anais [...]**, 2014.

⁸⁵ VERGER, **O fumo da Bahia...** Op. cit., p. 13.

⁸⁶ Relação de lavradores do Fumo. APEB. Documentos avulsos.

Figura 7 – Relação de lavradores do fumo

Lista dos Lavradores de tabaco desta Vila da Encarnação, cujo fumo, que voluntariamente ofereceram a S. A. R. em Donativos, as quantias abaixo declaradas, por cada hum Coto apurado, ou Espirito na Tabacaria da Bahia, que principia de primeiro de Janeiro de 1809 por diante, enquanto durar a Guerra em Portugal, para a Guerra de Libertação de S. A. R. ao Fumo Português.

Nomes dos Offerentes.	N.º de Cotos	Quantia apurada	Quantia assignada
Antonio Joao de Belas	1564	1400	200
Antonio Lopes de Sousa	174	250	250
Antonio de Castro Lima	50	450	200
Antonio Joze Alti de Castro	391	250	—
Antonio Joze de Souza Lopes e seu filho Manoel	—	—	—
Agostinho de Souza Lopes	134	450	—
Antonio Joao Cortez	1533	1400	—
Antonio Joze Gomes	1596	450	200
Antonio Gaspar de Souza	250	450	200
Antonio Rodrigues Vieira	547	450	200
Antonio Ribeiro Barbosa	152	450	—
Antonio Felix de Souza Estrela	636	450	200
Andri de Souza Estrela	250	450	200
Antonio Pereira de Espirito Santo	1908	450	200
Antonio Joze Ant. de Souza	888	450	—
	14991		

Fonte: Arquivo Público da Bahia.

O fumo do Recôncavo baiano foi essencial para a estruturação e manutenção do sistema colonial. O *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*, de circulação entre 13 de outubro de 1832 e 15 de fevereiro de 1836, além de relatar as origens das primeiras sementes de fumo distribuídas para os lavradores de São Gonçalo, Muritiba, Brejões e Inhambupe, como provenientes de Havana ou Virgínia, também descreve, conforme recorte a seguir, o aumento considerável da produção de tabaco a partir de 1831, momento de proibição do tráfico de escravizados, mantendo altos índices durante quatro anos, paralelamente ao crescimento da produção de gêneros de subsistência e exportação do açúcar, o que demandava alto contingente de

braços na lavoura. A ascensão do liberalismo e do sistema capitalista, a partir do século XIX, contribuiu para o comércio ilegal de escravizados, devido à demanda dos proprietários por mão de obra barata para a produção de açúcar, café e algodão. Nessa perspectiva, é necessário reafirmar que as lavouras de fumo mantinham a mão de obra utilizada em tais produções. A matéria ressalta que a fumicultura passou por um processo de ressurreição por três fatores:

Primeiro: a abolição de impostos ou alcavales de consumo, donativos, dizimas, e subsídio; circunstância que não deixou de animar os plantadores, por ficar o gênero apenas sujeito ao dizimo de 5 por cento, e a 2 por cento de consulado; Segundo – a duração do tempo do sol, no decurso do anno, tornando mais fácil a apanha e cura das folhas; Terceiro – a concorrência de alguns navios de Havana, que tem vindo carregar neste Porto com destino à Costa da África sem falar (com indignação escrevo) de igual ou maior carregamento dos nossos contrabandistas, mil vezes mais criminosos que os havaneiros [...]. O autor mostra indignação ao mencionar o tráfico de escravizados, indicando que os contrabandistas brasileiros eram mil vezes mais criminosos dos que os havaneiros⁸⁷.

Conforme o documento, o tráfico ilegal, a partir de 1831, aumentou significativamente a produção de tabaco e, coincidentemente, com a abolição definitiva do comércio ilegal de escravizados, na segunda metade do século XIX, a fundação de manufaturas de fumo foi intensificada na Bahia. As duas primeiras manufaturas de charutos datam de 1851⁸⁸, representadas pela Vieira de Melo e a Costa Ferreira & Pena. Possivelmente, recursos e matérias-primas foram redirecionados para a produção e exportação de charutos. Há referência da instalação de fábricas de cigarro no mesmo período, como a Leite & Alves, filial do Rio de Janeiro, que se estabeleceu na região em 1856.

É importante citar o Discurso Preliminar, Histórico, Introductivo com a Natureza de Descrição Econômica da Comarca e Cidade da Bahia, documento do século XVIII, para caracterizar o perfil da população envolvida na produção, composta por grandes e pequenos lavradores:

[...] É tão ditoso este fabrico, que no correr das folhas, no recolher, no estender e no virar delas para secarem, se ocuparão as pessoas todas das famílias, assim grandes como pequenos, velhos e moços, brancos e pretos, homens livres e escravos, e só se reservarão para torcer, e para enrolar os escravos por ser hum trabalho que além de depender de mais força, he mais enxovalhado pelo mel, que a folha tem destilado em dias de sua purgação, ao que se lhe junta o assucar

⁸⁷ Arquivo Público da Bahia, flash 04.

⁸⁸ Cf. MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos Livres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ao tempo e no acto o enrolamento para sua melhor conservação e duração nos transportes, sem o que pode vir a secar, arder, perder-se e ficar refugado. Este gênero, que se enrola em hum pão, que lhe serve de centro; há de ser encapado por um coiro, que lhe serve de tara, que tem a maior facilidade em sua plantação, e fabrico, que se aproveita no seu benefício todas as qualidades de pessoas, que nos espaços, que ele dá aos lavradores, e à escravatura, manda plantar outros gêneros para por eles ser sustentadas, donde talvez que lhe provenha com justiça o nome de erva Santa da Europa, tem sido felicíssimo, e tem tido entre nos melhor fortuna, do que o fabrico da Seda, que ao seu favor tem tido outros socorros [...]⁸⁹.

Os estudos de Maria Cristina de Carvalho mostram que os serviços da lavoura eram muito complexos, não obstante, os escravos adultos e crianças, a partir dos 8 anos de idade, recebiam essa modalidade de trabalho escravo. Como na maioria das fazendas de fumo, a tradição oral e as fontes escritas têm insistido que o serviço da lavoura era feito por homens e mulheres, que labutavam em companhia das crianças⁹⁰. A imagem abaixo, extraída do documentário *Erva Bruxa* (1970)⁹¹, de Paulo Gil Soares, produzido em 1970 e classificado como não ficção, figura como o cotidiano das famílias pobres permaneceu até meados do século XX.

Figura 8 – Família na lavoura fumageira

⁸⁹ AMARAL, **História geral da agricultura brasileira...** p. 185. Discurso Preliminar, Histórico, Introductivo com a Natureza de Descrição Econômica da Comarca e Cidade da Bahia. In. ANNAES DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol. 27 (1905). Rio de Janeiro: Oficina Typographica da Biblioteca Nacional. 1909. p. 281-348.

⁹⁰ CARVALHO, Maria Cristina. **Crianças e escravidão: cotidiano e trabalho** – São Gonçalo dos Campos/BA – 1835/1871. 2020. Tese (Doutorado em História): Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Saropédica, RJ, 2020. p. 189.

⁹¹ “Sinopse: Erva bruxa é o nome popular pelo qual o tabaco é conhecida a plantação de fumo por pequenos agricultores em regime familiar na região do Recôncavo baiano. O processamento do fumo. O trabalho sazonal que dura no máximo três meses. A classificação das folhas, segundo definição do governo federal, trabalho inteiramente manual, que provoca alergias respiratórias e dermatoses nos trabalhadores. O aproveitamento da matéria-prima na indústria brasileira não ultrapassa 10% da produção, ficando o restante para a exportação muito mais lucrativa. Cachoeira e São Félix, cidades conhecidas no passado como centro da economia fumageira, na segunda guerra mundial, entraram em decadência. Do antigo fausto, restam apenas as ruínas dos seus monumentos coloniais e uma indústria clandestina de charutos que abastece uma faixa popular de consumidores. A cultura do fumo tipo ‘capeiro’ e do tipo Bahia/Brasil e a movimentação econômica gerada pelo mercado exportador (cinemateca brasileira). Disponível em: <https://cartografiadocinemanoreconcavo.com/>. Acesso em: 25 set. 2021.



Fonte: Documentário *Erva Bruxa*, 1970⁹².

A produção fumageira deu contornos peculiares à população negra do Recôncavo, no livro que George Gardner escreveu, *Viagem ao interior do Brasil*. Aos seus olhos, ele adjectivou os negros e negras baianos como os mais belos, inteligentes e robustos, e acrescentou:

O estrangeiro em visita à Bahia, mesmo vindo de outras províncias, tem a atenção atraída pelo aspecto dos negros encontrados na rua. São mais belos que se possa ver no país; homens e mulheres de estatura alta, bem feitos, inteligentes, em geral, alguns deles sendo mesmo sofrivelmente instruídos em língua arábica. Foram quase todos importados da Costa do Ouro (da Mina); e não somente por sua robustez física e intelectual, como também por serem mais unidos entre eles, mostram-se mais inclinados aos movimentos revolucionários do que as raças mistas das outras províncias⁹³.

Os textos determinam, de acordo com o olhar estrangeiro, o caráter insurgente dos negros trazidos para a Bahia, que culminou na famosa Revolta dos Malês, em 1835, que teve repercussão em todo o Brasil. Segundo Verger (1966), tal repercussão causou uma mudança de opinião a respeito do tráfico de escravos, chegando-se a cogitar a abolição da escravidão. O referido autor continua traçando as características dos africanos vindos para a Bahia, por meio das transações ocasionadas pelo comércio do fumo, ao estabelecer uma comparação com a escravidão em Cuba:

O Tráfico de escravos foi detido em cuba em 1865, quatorze anos depois da Bahia. Nessa ilha, rica em fumo, os Iorubás eram conhecidos como Lucumi, e

⁹² Disponível em: <https://www.thomazfarkas.com/filmes/erva-bruxa/>. Acesso em: 15 maio 2020.

⁹³ GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1942. p. 18.

seus descendentes, numerosíssimos, conservaram a lembrança e prática de sua religião. Durante as cerimônias aos orixás, seguem exatamente um ritual semelhante ao que existe na Bahia. Os deuses são invocados na mesma ordem, cânticos pelos quais são saudados e as danças executadas em sua honra são idênticas e seguem uma mesma sequência. Como não houve comunicação possível, no Novo Mundo, entre os escravos da Bahia e os de Cuba, pode-se justamente admitir a autenticidade de um ritual tirado das mesmas fontes, na Nigéria e no atual Daomé. Isso tenderia confirmar a exatidão da teoria exposta do papel decisivo representado pelo fumo a fim de implantar, por meio de trágicas e cruéis transações comerciais, a cultura ioruba na Bahia e em Cuba⁹⁴.

No entanto, com o fim do tráfico transatlântico, a importância do fumo diminuiu economicamente, mas culturalmente moldou as formas de viver dos Campos de Cachoeira até o fim do século XIX, onde eram localizados os sítios de plantio, em que a “erva santa da Europa” pôde se desenvolver com qualidade superior.

Desde o século XVIII, o cultivo do fumo associado ao plantio da mandioca é uma prática que marca a região. Essa associação não é aleatória: “[...] a farinha de mandioca ou farinha de pão entrava com um largo contingente no comércio, pois servia de sustento às guarnições dos Veleiros da Costa da África e da Ásia”⁹⁵.

O alvará do século XVIII ratifica o documento do século XVII, obrigando os habitantes da capitania da Bahia, “os homens de negócio que navegavam e comerciavam”⁹⁶, a recorrerem à plantação de mandioca para o mantimento da viagem à Costa da Mina.

O alvará de 25 de fevereiro de 1688 determinou que os moradores do Recôncavo desta cidade e dez legoas ao redor fossem obrigados a plantar quinhentas covas de mandioca cada anno por escravo que tivesse de serviço. O alvará de 27 de fevereiro de 1701 acrescentava que havendo para os homens de negocio que navegação e commerceão com pataxó e sumacas para Costa da Mina, sítios capazes onde podessem fazer a planta que bastasse para o mantimento da viagem fossem obrigados a fazer roças⁹⁷.

A cultura do fumo passou por inúmeros processos de organização visando à maior obtenção de lucros, a reprodução da mão de obra escrava, bem como a articulação de tais plantações com gêneros de subsistência.

Elle [a cultura do fumo] certamente seria incomparavelmente muito mais feliz, se não tivesse por inimigos os atravessadores, os comerciantes que suprem com usuras os fracos lavradores, a sua mesma irregularidade em as plantações, quando propondo-se avançar a maior numero de rolos, se entregão todos a isto

⁹⁴ VERGER, **O fumo da Bahia...** Op. cit., p. 48.

⁹⁵ AMARAL, **História geral da agricultura brasileira...** Op. cit., p. 185

⁹⁶ VERGER, **O fumo da Bahia...** Op. cit., p. 52.

⁹⁷ BARICKMAN, **Um contraponto baiano...** Op. cit., p. 69.

com preterição, descuido, e esquecimento da cultura dos mais gêneros que sendo a primeira necessidade, os vão comprar a terceiros por hum alto preço dando muitas vezes duas a três arrobas de tabaco por hum alqueire de farinha, e finalmente o mesmo mau trato, em que a escravatura he mantida, fartando-a de castigos, e de tyrannias, tendo para com ella o sustento, o veterinário, e o curativo por desnecessário e supérfluo⁹⁸.

Barickman postula que “[...] o lucro do fumo está na mandioca”⁹⁹, pois ela proporciona a manutenção de uma dieta que favorece o crescimento natural da população envolvida na produção, embora o autor destaque que a exploração dos atravessadores e a desorganização dos preços acarretam em maus tratos aos escravizados, causando prejuízo aos lavradores, ao terem despesas para cuidar da propriedade escrava e uma supervalorização no alqueire de mandioca, podendo ser trocado por três arrobas de tabaco.

Nos inventários encontrados nas regiões fumageiras do Recôncavo baiano, segue a associação do fumo à mandioca, bem como a reprodução natural da mão de obra, com a predominância de mulheres nos serviços da lavoura.

Os escravizados das fazendas e sítios de fumo possuíam uma dieta de quantidades significativas de milho e feijão para suplementar suas rações de farinha e carne seca, resultando em um regime alimentar mais saudável, o que ocasionava a redução da mortalidade, em geral, e favorecia o crescimento da população cativa predominantemente crioula nos distritos fumageiros, ou seja, tais lavouras dependiam muito mais do crescimento natural da população escrava do que do tráfico transatlântico, continuando a comparação entre as duas produções. Barickman define que, para os próprios escravos, as experiências nas lavouras de cana-de-açúcar eram bem diferenciadas do que ocorria nas lavouras de fumo:

Os homens e mulheres que trabalhavam nos canaviais e engenhos do Recôncavo eram, em sua maioria, estrangeiros. A escravização lhes roubara a liberdade, arrancara-os dos parentes e os trouxeram para uma terra estrangeira, onde, se fossem homens, tinham poucas possibilidades de constituir uma família estável. Podiam, contudo, compartilhar essas experiências com muitos dos seus companheiros de cativeiro. Mas nos sítios e fazendas de Cachoeira (Campos da Cachoeira), Nazaré e Maragogipe, ao contrário, a maior parte dos escravos estava em sua própria terra. Criados falando português, ou pelo menos uma variante do português, esses escravos trabalhavam entre homens e mulheres e muitas vezes deviam ser seus parentes (...). A vida que os escravos

⁹⁸ Discurso Preliminar, Histórico, Introductivo com a Natureza de Descrição Econômica da Comarca e Cidade da Bahia. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1906, p. 283-348. Vol. 27.

⁹⁹ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...* Op. cit., p. 70.

e seus senhores levavam era moldada pelas tarefas diárias e as rotinas de trabalho envolvidas na lavoura de cana de açúcar, do fumo e da mandioca¹⁰⁰.

As informações assinaladas por Barickman no século XIX refletem uma relação firmada nos primórdios da produção fumageira no Recôncavo baiano. A estreita relação entre o fumo e a mandioca é visível em diversos inventários, como também no de José Ferreira de Almeida, morador da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, que teve seus bens inventariados em 1853. Entre os itens avaliados estavam “[...] um armazém de fazer fumo, tapado de adobe e coberto de telha, avaliado em cem mil réis [...]. Uma casa de fabrico de farinha com forno, avaliada em trinta mil réis [...]. Por último, José Ferreira de Almeida possuía “[...] 60 mil covas de mandiocas novas, avaliadas em 240 mil réis [...]” e para o trabalho nas suas plantações contava com a força de quinze escravos¹⁰¹. O também morador de São Gonçalo dos Campos, Antonio F. da Silva, direcionou a mão de obra de seus seis escravos para o trabalho nas lavouras de fumo e mandioca. Ao ter seus bens inventariados em 1860, possuía “(...) um armazém de fazer farinha, no valor de 60 mil réis [...], um armazém para o fabrico de fumo, no valor de 70 mil réis [...], 60 mil covas de fumo nascidos, no valor de 60 mil réis [...]” e mais “[...] 40 mil covas de mandiocas nascidas e outras nascendo, no valor de 80 mil réis [...]”¹⁰².

Em 1870, em São Gonçalo dos Campos, Balbino Ribeiro de Araújo, marido da inventariada, e o pai da mesma, Antônio da Silva Lopes, partilharam amigavelmente a herança de Ana Francisca de Jesus. Aos 14 dias do mês de fevereiro do ano citado, os dois dividiram uma casa na Fazenda Roçado, no valor de 200 mil réis; um quinhão de terras, na mesma fazenda, no valor de 380 mil réis; seis cabeças de gado, no valor de 200 mil réis; 13 mil pés de mandioca, no valor de 65 mil réis; um cavalo castanho, por 50 mil réis; 26 arrobas e 14 litros de fumo de corda, no valor de 4 mil réis por arroba, totalizando 105.700 réis; um cordão de ouro e alguns objetos do mesmo metal, no valor de 35 mil réis.

A organização colonial perpetuou até meados do século XX no cotidiano dos lavradores dos distritos fumageiros, que continuaram associando “o lucro do fumo” à mandioca, pois em suas fazendas e sítios colhiam mandioca o suficiente para sustentar suas famílias e seus escravos e ainda vender o excedente de farinha nos mercados locais.

¹⁰⁰ BARICKMAN, **Um contraponto baiano...** Op. cit., p. 70.

¹⁰¹ APMC. Inventário de José Ferreira de Almeida (1854-1870). 02-198-2200. Fl.7, 8, 18, 19.

¹⁰² APMC. Inventário de Antonio Ferreira da Silva 9 (1860-1880). 02-210- 2456 Fl. 04, 05.

Além disso, os lavradores do tabaco usavam a alternância de culturas para manter a fertilidade da terra. Mesmo em anos bons, em que o preço do tabaco estava em alta e florescia o tráfico negreiro, o cultivo da mandioca reduzia seus gastos monetários e os ajudava a suprir as necessidades domésticas. Então, a venda da farinha representava para os lavradores de fumo uma fonte de renda adicional, que podia ser usada na expansão da produção do tabaco.

Figura 9 – Lavrador nos campos de plantio de fumo e mandioca, 1970



Fonte: Documentário *Erva Bruxa*, 1970¹⁰³.

Nessa perspectiva, podemos citar o Discurso Preliminar, Histórico, Introductivo com a Natureza de Descrição Econômica da Comarca e Cidade da Bahia, onde é salientada a abundância de navios à procura do gênero, pois o mesmo entrava mais nas permutas (trocas) do que o açúcar:

No commercio entre este gênero muito airosamente, porque nelle é bem aceito. A abundância dos navios tem obrigado e posto o comerciante no efeito de contarem o dinheiro sobre ele. Este gênero entre mais em permutações, do que o assucar, e os Senhores dele achando, e encontrando o preço, e dinheiro corrente, não hesitão, cooperando para sua perene felicidade, porque tem obrigado facilitando o gyro, e sendo benigno aos compradores, receber a fazenda a quem também fazem o preço como com o dinheiro à vista, levando-a, em os seus campos de lavra do tabaco muito bem a reputação, no que não tem inconveniente algum, pois que vivem mais descansados e mais tranquilos dos que os lavradores e senhores engenho, sobepejando-lhes tempo para tudo, e depondo a soberba, a vaidade, e a enfatuação, não se peção servindo aos amigos e vizinhos, dão esta extracção a ella, em casas da sua moradia a dinheiro, ou a permutação de outros gêneros, de que precisão, ou a entrega do

¹⁰³ Disponível em: <https://www.thomazfarkas.com/filmes/erva-bruxa/>. Acesso em: 15 maio 2020.

tabaco no anno subsequente, para fazer acrescida na entrada a sua folha, ferro e numero, no que tem principio a travessia¹⁰⁴.

O documento continua enumerando as vantagens na aceitação e benefícios do comércio do fumo e da durabilidade do produto, o que gera redução no valor do frete e a importância paralela ao açúcar:

Na navegação, elle tem muito melhor recebimento ainda por outros princípios mais relevantes: 1. Porque a navegação não conta muitos gêneros que a carregue e não tem tanto para onde se alargue como o commercio; 2. Porque este he todo arbitrário e activo, e aquella he toda passiva, e só obediente em receber e si o que lhe mandão tomar os carregadores; 3. Porque esse gênero é hoje de huma summa abundancia e segundo ella na navegação, vem influir tanto como o assucar na equivalência do seu peso; 4. Porque elle é de suma conveniência, e de muito bom commodo na navegação, pois que sendo curtos os rolos, e de 14 arrobas cada hum, servem para encher os bicos, e os vãos que ficão das entrecaixas, os tozamentos e os delgados que sua construção trazem, e tem os navios como necessários e precisos à sua forma, que decide sobre a bondade, e segurança deles, no que economiza muito frete, o que vem a ser útil na navegação.

Com muito maior vantagem e com muito maior proveito, este gênero influiria no Commercio e na Navegação se elle não tivesse por trahidores à Navegação da Costa da Mina, que inutilmente desvia, e consome o seu quanto e o indulgente, ou subordinado Inspector, que seguindo com preferência os officios de amizade e do interesse, o sacrifica a huma injusta condemnação do refugio o que muitas vezes hé melhor, e o que não tem padrinho procurador vindo com isto não só a perder-se o melhor preço, não só as rigorosas escolhas de Genova, e de Hamburgo, mas também os lucros de hum commercio mais vantajoso, e os de huma navegação mais segura¹⁰⁵.

Além de trazer nuances da intensa utilização do fumo no tráfico transatlântico, bem como os acordos, o documento relata a existência de “traidores” à navegação na Costa da Mina que, supostamente, com a conivência do Inspetor, chama de refugio o fumo que, de melhor qualidade, deveria ser enviado a Gênova ou Hamburgo. Verger (1966) informa que, desde o século XVII, o fumo de primeira e segunda classes era reservado para ser exportado a Portugal, enquanto que o fumo de terceira classe era deixado para o consumo local e para permutas na Costa da África, ou seja, o fumo era levado para a Costa da Mina, um dos motivos que na Bahia se encontram vestígios da cultura nagô-iorubá até os dias atuais, conforme pontua o referido autor:

O fumo de terceira classe, de má qualidade, tornou-se sucesso para tal produto. Os exportadores da Bahia eram obrigados a tratá-lo de modo particular, a fim de que essas folhas de refugio, de haste pequena ou quebrada, não mofassem ou secassem exageradamente. Eram enroladas em uma forma de corda grossa,

¹⁰⁴ AMARAL, **História geral da agricultura brasileira...** Op. cit., p. 28.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 29.

como as folhas das outras qualidades, mas eram mais abundantemente untadas com melaço. O aroma de que desprendia do fumo assim preparado era apreciado na Costa da Mina, a tal ponto que seria artigo indispensável ao tráfico¹⁰⁶.

O fumo era classificado de acordo com um padrão eurocêntrico, e o considerado de refugo, de terceira ou pior qualidade, passava por um processo para ser enviado à Costa da Mina, então, o que poderia ser ruim passa a ser relativo. É importante atentar para as relações de poder que determinavam as definições e classificações, orientadas pelo conceito de bom e ruim da cultura branca, além do essencialismo e determinismo na caracterização e definição dos africanos em todos os aspectos, assim, o fato descrito acima de troca do refugo pelo de primeira classe por si define que a classificação europeia não se aplica em África.

Figura 10 – Descendente Béhanzin, rei do Daomé, com um cachimbo na boca à imagem dos seus ancestrais, que só fumavam tabaco da Bahia¹⁰⁷



Fonte: Pierre Verger

Adentrando o século XIX, o Recôncavo baiano continuou sendo assunto dos escritos de muitos viajantes naturalistas e de cientistas, inclusive príncipes que decidiram

¹⁰⁶ VERGER, **O fumo da Bahia...** Op. cit., p. 13.

¹⁰⁷ Definição e caracterização da imagem de Pierre Verger. In: Fluxo e Refluxo.

conhecer mais profundamente as terras tropicais, sua gente e costumes. No dia 4 de novembro de 1819, Von Spix e Martius avistaram a cidade de Cachoeira e o Arraial de São Félix, ambos ficaram deslumbrados com a movimentação comercial, populacional e urbana do lugar¹⁰⁸. Para os naturalistas, na Freguesia de São Félix reinava:

[...] a plena atividade de porto terrestre, ao passo que na Villa de Cachoeira tudo faz lembrar a proximidade com o mar e o comércio marítimo [...] numerosas tropas de muares recebem as mercadorias europeias, vindas por via marítima, para transportá-la ao interior do Império. Numerosas vendas e armazéns, cheios de variados artigos europeus, revelam o alto grau de movimentação do seu comércio [...]. A Vila estende-se pela margem do rio ao sopé de verdes colinas, cobertas de açúcar e tabaco [...]. A maior fonte de renda é a cultura do fumo que prospera no distrito e na redondeza [...] que é exportado para Europa e para Costa da África. É, sem dúvida, a mais rica, populosa e uma das mais agradáveis das Vilas de todo o Brasil¹⁰⁹.

A região ostentava uma economia agrícola próspera e variada, entre os séculos XVIII e XIX, que se baseava em grande parte na mão de obra escrava e cuja produção era destinada a mercados externos e locais. Mais do que isso, mesmo em 1872-73¹¹⁰, a Bahia ainda tinha a terceira maior população servil do Brasil. O número de cativos que trabalhava na Bahia era superior ao da província cafeeira de São Paulo¹¹¹, que no momento estava em ascensão.

1.2 O Recôncavo feminino: além das representações coloniais

Pensar o Recôncavo é fundamental para entender o que se convencionou chamar de baianidade¹¹². Nesse sentido, Thales de Azevedo eternizou a representação sexista, misógina e racista sobre a mulher negra, afirmando: “a Bahia é geralmente representada

¹⁰⁸ SANTANA, Clíssio. “**Ele queria viver como se fosse homem livre**”: escravidão e liberdade no termo de Cachoeira (1850-1888). 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

¹⁰⁹ SPIX; MARTIUS, 1979 *apud* SANTANA, 2014, p. 68.

¹¹⁰ Na década de 1870, a Bahia possuía 165.403 escravos, correspondendo a aproximadamente 12,8% da população geral, ocupando em nível nacional o terceiro lugar em número de cativos. No ano de 1872, foi realizado o primeiro censo nacional do Império do Brasil. No mesmo período (1872- 1873), foi realizada a matrícula geral dos escravos de cada província. Esta última foi repetida em algumas províncias nos anos de 1886-87. Com base nesses dados completados por documentação cartorial, especialmente inventários, Barickman sustenta suas reflexões sobre o peso da demografia escrava no Recôncavo na segunda metade do século XIX.

¹¹¹ BARICKMAN, *Um contraponto baiano...* Op. cit., p. 231.

¹¹² BAHIA, *Ser baiano na medida do Recôncavo...* Op. cit., p. 13.

como ‘a mulata baiana’, com trajes característicos das mulheres do candomblé”¹¹³. Ao tratar desse assunto, o autor explica que:

A mestiçagem de portugueses e brasileiros com africanas e pretas já nascidas no país foi torada possível e mesmo favorecida por diversos fatores, entre os quais a escassez de mulheres brancas nos períodos iniciais do povoamento, o sistema escravagista, o frouxo controle social sobre o comportamento sexual masculinos, os tratamentos físicos e psicológicos de muitas mulheres negras, em particular das pretas “minas”, riginárias na Costa da Mina, no Sudão Ocidental. Dizia-se na época para ver belas negras era preciso vir a Bahia; um visitante europeu descreveu-as como mulheres gigantescas, de opulentas formas, parecendo deusas antigas talhadas em blocos de mármore negro, as quais chamavam a atenção pela sua riqueza de seiva incomparável¹¹⁴.

A ideia do autor converge com o mito da democracia racial endossada por Gilberto Freire, que defende que as relações entre homens brancos e mulheres negras eram consentidas e consensuais. De acordo com Ana Cláudia Pacheco, o dito popular “branca para casar, multa para f... e negra para trabalhar” foi evocado e legitimado na obra freyreana, funcionando como elemento estruturante das práticas sociais e afetivas dos indivíduos¹¹⁵.

A violência a que as mulheres negras eram submetidas no contexto da escravidão, principalmente os abusos sexuais, por muito tempo foi ocultada, como se essas mulheres fossem condicionadas e culpadas pelo que sofreram. Elas eram vistas como hipersexualizadas, lascivas e eram marginalizadas, e aí reside a importância da história para construção de uma educação antirracista.

Walter Benjamin¹¹⁶ nos dá uma contribuição importante para tal compreensão, ao trabalhar o conceito de rememoração, como uma ação de transformação ativa do presente pelo passado. Benjamin acredita que situar o passado historicamente não significa conhecer como esse passado realmente foi, afinal, tudo é uma questão de perspectivas e jogos de poder, mas o autor afirma a existência de um forte conformismo social de se entregar às classes dominantes, e acrescenta que o historiador tradicional estabelece uma relação de empatia com os vencedores.

¹¹³ AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade de Salvador**. 2 ed. Brasiliense Nacional, 1955. p. 55.

¹¹⁴ AZEVEDO, **Povoamento da cidade...** Op. cit., p. 50.

¹¹⁵ PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008. p. 55.

¹¹⁶ BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 225.

De acordo com Stuart Hall, as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma determinada correspondência, mesmo sem intenção. Essas identidades se relacionam com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo que nos tornamos. A memória histórica constitui um fator de identificação humana e é o sinal de sua cultura. Reconhecemos nessa memória o que nos distingue e o que nos aproxima. A identidade cultural define, por sua vez, o que cada grupo é e o que nos diferencia uns dos outros¹¹⁷.

A história dos vencedores sempre celebrará uma vitória advinda da dominação dos mais fracos, e muitos documentos da cultura (livros, relatos históricos etc.) não passam de meros monumentos da barbárie – nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um documento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Desse modo, a tarefa do historiador é escovar a história a contrapelo.

No caso das mulheres operárias do fumo, o poder exercido pelos mestres e outros homens que possuíam posições hierárquicas superiores era corriqueiramente utilizado para coagir e contranger com a intenção de forçar relações sexuais. Nogueira (1998), em seu estudo sobre o corpo da mulher negra, mostra como a opressão colonial reprimiu o exercício da feminilidade da mulher negra brasileira, cabendo ao branco criar uma identidade sexual para ela em nossa sociedade, totalmente baseada na discriminação e no preconceito:

Seu corpo, historicamente destituído de sua condição humana, coisificado, alimentava toda sorte de perversidade sexual que tinham seus senhores. Nesta condição eram desejadas, pois satisfaziam o apetite sexual dos senhores e eram por eles repudiadas, pois as viam como criaturas repulsivas e descontroladas sexualmente. Não podiam, pela condição de mercadoria, se vincular afetivamente, apenas funcionavam como máquinas reprodutoras. Seus filhos não lhes pertenciam, quase sempre eram vendidos, o que era determinado pelo interesse do senhor. Tinham como possibilidade de exercer sua “função materna”, quase sempre enquanto amas de leite do filho do senhor. Isto é, a mulher negra é historicamente desinvestida de qualquer possibilidade que a permitisse exercer sua feminilidade¹¹⁸.

¹¹⁷HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹¹⁸NOGUEIRA, Isildinha Baptista. O corpo da mulher negra [on-line]. Site **Antroposmoderno**. Disponível em: <http://www.geocities.com/HotSprings/Villa/3170/IsildinhaNogueira.htm>. Acesso em: 30 out. 2020. Cf. NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Singinificações do corpo negro**. 1988. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/corpo-negro.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

Então, o sistema escravagista e colonial não só se apropriou do trabalho da mulher negra, mas também de seu corpo¹¹⁹, criando imagens distorcidas e equivocadas que sustentam a exploração de sua mão de obra. Nesse sentido, repensar a história da fumicultura no Recôncavo baiano é tão importante como repensar a socialização da mulher negra no pós-abolição, e nos dois casos abordagens generalizantes foram solidificadas e capítulos importantes da história caíram no esquecimento.

1.3 Nas malhas da liberdade: exportações e fábricas de fumo na construção dos “lavradores pobres”

A caracterização do Recôncavo é predominantemente definida pela presença de grandes engenhos, bem como pelas relações sociais que caracterizam os espaços de produção açucareira. As lavouras produzidas na região tinham um papel fundamental na balança comercial e nas taxas de exportação da província da Bahia. Na tabela 1, é possível observar que o açúcar e o fumo foram os principais produtos exportados pela Bahia durante mais de três décadas. Na segunda metade do século XIX, os dois produtos somados nunca deixaram de ocupar menos que 50% nas taxas de exportação¹²⁰.

Quadro 1 – Açúcar e fumo nas exportações da província, 1850-1881

Ano Comercial	Açúcar	Fumo	Soma em %
1850-1851	69,8%	12,6%	82,4%
1851-1852	58,3%	14,2%	75,5%
1852-1853	65,8%	8,0%	73,8%
1853-1854	59,5%	16,8%	76,3%
1854-1855	53,6%	13,6%	67,2%
1855-1856	49,4%	12,7%	62,1%
1856-1857	50,3%	16,5%	66,8%
1857-1858	43,8%	14,2%	58,0%
1858-1859	56,8%	15,7%	72,5%

¹¹⁹ GIACOMINI, Sônia Maria. Ser escrava no Brasil. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 15, 1988.

¹²⁰ SANTANA, “Ele queria viver como se fosse homem livre”... Op. cit., p. 38.

1859-1860	26,6%	30,9%	57,5%
1860-1861	32,0%	18,3%	58,3%
1861-1862	45,9%	26,2%	72,1%
1862-1863	38,3%	30,0%	68,3%
1863-1864	41,2%	21,3%	62,5%
1864-1865	44,9%	14,6%	59,5%
1865-1866	36,5%	20,4%	56,9%
1866-1867	37,8%	17,6%	55,4%
1867-1868	38,8%	16,2%	55,0%
1868-1869	46,1%	28,2%	62,3%
1869-1870	30,5%	21,9%	58,7%
1870-1871	38,8%	31,0%	67,4%
1871-1872	30,1%	32,9%	52,0%
1872-1873	27,2%	31,0%	58,2%
1873-1874	25,1%	32,9%	58,0%
1874-1875	38,1%	31,0%	69,1%
1875-1876	20,4%	40,7%	61,1%
1876-1877	37,0%	29,5%	66,5%
1877-1878	24,8%	35,3%	60,1%
1878-1879	30,2%	40,6%	70,8%
1879-1880	22,0%	35,9%	57,9%
1880-1881	42,3%	22,4%	64,7%

Fonte: CEAB/UFBA/IPHN (1979).

É importante relembrar que nosso estudo está centrado entre os anos de 1870 e 1920, período de intensas mudanças econômicas e sociais na região e de recrudescimento das exportações de fumo, queda das exportações de açúcar devido à competitividade e à

continua queda de preços que atingiram os mercados mundiais. Fraga Filho¹²¹ pontua que, no final do século XIX o Recôncavo se destacara como um importante polo de atração da população livre, descendente de africanos e liberta. Em 1863, a Bahia exportou 5.372:666\$099 de fumo, mais que café e diamantes no mesmo período. Em 1865, fundou-se ali a primeira fábrica de cigarros, a Leite & Alves. De 1886 a 1891, foi esta a exportação¹²²:

Tabela 2 - Exportação de Tabaco e seus derivados¹²³

Rolos	Mangotes	Em folhas Fardos	Pesos dos fardos Kg	Charutos Volumes
4.293	15.428	200.905	16.023.920	32
3.422	5.981	305.119	22.409.520	40
5.258	6.465	257.650	20.612.000	22
10.170	7.865	179.617	14.393.360	21
10.074	7.387	228.502	1.280.160	32
1.447	6.065	330.011	26.400.880	65

Fonte: Amaral (1940).

Nos últimos anos do século XIX, o fumo atingiu o preço de 30\$000 a arroba, ocupando o primeiro lugar nas exportações baianas, seguindo-se o café, o açúcar, a piassava, o cacau, os couros, as madeiras, os diamantes, os cocos, carbonatos, dentre outros, como informa Góes Calmon¹²⁴, segundo o qual existiam 4 fábricas de cigarros e 12 de charutos, sendo 4 na capital, 6 em São Félix e 2 em Maragogipe¹²⁵.

O recenseamento de 1872 registrou 8.146 habitantes na Freguesia urbana de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. Destes, 79,6% eram pretos e pardos. Em 1890, tal população saltou para 12.607 pessoas. Desse quantitativo, Calmon concluiu que 72% eram não brancos; e nos primeiros anos do século XX as cidades de São Félix e

¹²¹ FRAGA FILHO, **Encruzilhadas da Liberdade...**

¹²² AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira...** Op. cit., p. 369.

¹²³ Rolos de fumo ou fumo de corda é um tipo de fumo torcido e enrolado ou entrelaçado manualmente com folhas de tabaco destaladas, submetidas aos processos de cura no sol. Mangotes, feixes de folhas de fumo. Fardos de Fumo, grandes quantidades do produto embalados para a comercialização.

¹²⁴ CALMON, Francisco de Marques de Góes. **Vida Econômica-financeira da Bahia:** elementos para a história de 1808 a 1899. Salvador: Editora CPE, 1979.

¹²⁵ Ibidem, p. 370.

Cachoeira¹²⁶ se tornaram polos de concentração da indústria fumageira, abrigando uma população flutuante constituída por trabalhadores residentes nas freguesias rurais próximas, que se deslocavam diariamente para as fábricas de charutos.

Entre o mercado 1880 e 1890, as fábricas de charutos experimentaram uma conjuntura de crescimento de exportações para o continente europeu. O nível de empregos nessas atividades também seguiu num ritmo de crescimento. Vejamos algumas cifras referentes a trabalhadores contratados nas maiores fábricas de charutos da região, entre o final do século XIX e início do XX. A Suerdieck, sediada em Cachoeira, em 1916, empregava cerca de 400 operários; em 1921, esse número saltou para 900. Em 1887, a Costa Ferreira & Pena, sediada em São Félix e com filial em Muritiba, empregava 70 trabalhadores; em 1921, esse número já estava em tornos de 1.000 operários. Em 1877, a fábrica Dannemann, fundada por dois imigrantes alemães, empregava cerca entre 300 a 400 trabalhadores; em 1921, contava com cerca de 1.200 operários¹²⁷.

De acordo com os dados da Tabela 1, nos anos 70 do século XIX, na província da Bahia, o percentual de exportação de fumo superou as exportações de açúcar em quase toda a década. Vale destacar que o ano de 1875, quando a indústria fumageira exportou 40,7% de fumo, quase duas vezes mais que o açúcar (20,4%), esse avanço contínuo do tabaco, durante a segunda metade do XIX, permaneceu até as primeiras décadas do século XX, quando a produção alcançou o ápice do desenvolvimento fabril¹²⁸, ou seja, com a implantação das primeiras fábricas de charutos¹²⁹ e ampliação das que já existiam. Até esse momento, só havia no Recôncavo uma fábrica de rapé, fundada em 1819, pelo suíço Frederic Meuron. A partir da segunda metade do século XIX, proliferaram as manufaturas

¹²⁶Cachoeira era a sede da maior vila de todo o Recôncavo e ocupava o lugar de segunda cidade mais importante da província da Bahia, superada apenas pela cidade de Salvador. A vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, fundada em 1698, tinha como polo o município de mesmo nome. A cidade foi erguida em meio a um vale entrecortado pelas águas do Rio Paraguaçu, que desaguam na Baía de Todos os Santos, distante sete ou oito léguas da sede da vila. Por ter sido erguida às margens do Rio, em um trecho navegável, Cachoeira desempenhou importante papel como cidade portuária no trânsito de mercadorias e pessoas, entre as freguesias mais distantes, o Sertão e a Cidade da Bahia, fazendo da Vila e do Arraial vizinho, São Félix, localidades de grande efervescência comercial e urbana. Cf. SANTANA, Clássio. **“Ele queria viver como se fosse homem livre”**... Op. cit., p. 37.

¹²⁷FRAGA FILHO, **Encruzilhadas da liberdade**... Op. cit., p. 328.

¹²⁸SANTANA, **“Ele queria viver como se fosse homem livre”**... Op. cit., p. 37.

¹²⁹Na segunda metade da década de 1850, a Bahia estava exportando uma média de quase 475 mil arrobas por ano, um aumento de quase três vezes a média de 1830-1840. As poucas primeiras “fábricas” de fumo da Bahia, na primeira metade do século XIX, produziam, sobretudo, rapé ao invés de charutos. Na segunda metade do século XIX, com o aumento das exportações e a consequente expansão geográfica das áreas de plantação de fumo, a indústria caseira de charutos havia se desenvolvido em Cachoeira, São Félix, Maragogipe e Nazaré, proporcionando empregos de tempo integral e parcial para um grande número de trabalhadores livres e escravos. Nos mesmos distritos se estabeleceram fábricas de charutos. As fábricas recém-fundadas e a indústria caseira produziram, só para exportação, mais de 1,5 milhão de charutos e cigarros por ano na década de 1850. Cf. BARICKMAN, **Um contraponto baiano**...

de charutos¹³⁰, cigarros e rapé. Na maioria, as fábricas eram pequenas e de natureza familiar e artesanal e, segundo Mattoso (1992), com mão de obra composta basicamente de mulheres e crianças, onde poucas usavam máquinas, ou seja, houve uma multiplicação das manufaturas. Charutos e cigarros eram enrolados à mão, sendo fundamental pontuar que muitas famílias trabalhavam em casa por conta da fábrica¹³¹. Assim, é importante salientar que:

No ano de 1842, o português Francisco José Cardoso fundou a fábrica de Charutos Juventude, em São Félix; em 1851, o também português Luis Costa Penna fundou a fábrica Costa Penna na mesma cidade; nesse mesmo ano surgiu a fábrica Vieira Mello. As duas principais fábricas instaladas no decorrer o século XIX foram a Dannemann e Suerdieck, ambas fundadas por imigrantes alemães. A primeira iniciou suas atividades em 1873, fundada por Gerhard Dannemann. A segunda teve sua origem em 1888, quando August Wilhelm Suerdieck em barcou do porto de Hamburgo para trabalhar nos negócios de fumo do Recôncavo e, em 1892, inaugurou a própria fábrica chamada Suerdieck¹³².

Conforme uma correspondência do fim do século XIX¹³³, emitida pelo Palácio da Presidência da Bahia, Joaquim R. de Souza Dantas dirige-se à Câmara Municipal da Cachoeira para dar conta da intenção do governo imperial de fiscalizar as indústrias do país. No aviso de 31 de dezembro de 1881, foi enviado um questionário sobre a indústria brasileira, onde o presidente da província solicitou que fosse respondido urgentemente pelos empresários de Cachoeira e São Felix. Nesse documento, caracterizam-se as fábricas de charutos, com relação à mão de obra, estrutura, receitas, despesas e localização. Um dos documentos transcritos exemplificam formas de resistência à exploração do trabalho, que eram entendidas como falta de afeição ao trabalho sistemático, contrariando a visão prodominante que tem se perpetuado sobre o período de transição do trabalho escravo para o livre, onde prevaleceram os valores de obediência e fidelidade, assim muitos ex-escravos permaneceram nas propriedades de seus ex-senhores. Há de se pensar também na exploração do trabalho que permeou a relação

¹³⁰Uma fábrica conhecida como Juventude, em 1882, tinha mais 150 operários, contando que muitas famílias trabalhavam em casa por conta da fábrica. Em outra, chamada Fragrância, dos 70 operários, 20 eram mulheres e 10 eram crianças, todos trabalhando manualmente. Cf. MATTOSO, **Bahia no século XIX...** Op. cit., p. 464.

¹³¹MATTOSO, **Bahia no século XIX...** Op. cit. p. 464.

¹³²SANTANA, “**Ele queria viver como se fosse homem livre**”... Op. cit., p. 47.

¹³³Correspondência encontrada no Arquivo Público de Cachoeira, na pasta intitulada Documentos Avulsos, Século XIX, em 18 de janeiro de 1882. Circular n. 53, seção 4.

senhor e ex-escravizado e na possibilidade de o sujeito recém-egresso escolher ou não se condicionar a tal relação.

Freguesia de São Felix, município de Cachoeira, província da Bahia, denominada Juventude – Fábrica Imperial de Charutos.

Propriedade de Francisco José Cardoso.

Fundado no ano de 1842 e tem seu edifício na rua Senhor Deus Menino, a qual é bem arejada e oferece espaço a maior número de trabalhadores. É avaliada em 40 contos de reis. Os produtos desta fábrica foram premiados na exposição de Viena, d'Austria, Córdoba e nacional de 1861, Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e agraciada com o título de Imperial por sua Magestade o Imperador, que também o visitou.

O fumos empregados para o trabalho de diferentes marcas, mas de superior qualidade, que custam a 20 mil reis a arroba e chegam das matas de São Felix e Nazaré.

Na falta de maquinaria apropriada, trabalha-se com o uso de formas de madeira vindas do estrangeiro.

O número de operários empregados na casa atinge a 80 homens, 20 meninas e trinta mulheres, além de muitas famílias que trabalham em suas residências. O salário respectivos varia de 4 a 16 mil reis, semanalmente.

A manipulação manual por charutos é de cerca de dois milhares que custam ao máximo de 20 a 60 mil reis e que são exportados para quase todas as províncias e mesmo para o estrangeiro, além dos que são vendidos na fábrica.

As dificuldades de obter-se capitais são extraordinários a ponto de socorrer-se aos bancos com garantia pagando-se o prêmio de 12 a 10%, anualmente. Luta-se com a falta de braços para o trabalho de fábrica, pois grande parte da população não se sujeita à disciplina e respeito que há nas horas de labor, nem temos leis policiais que obriguem-nos às ocupações diversas.

Os direitos que se paga principiam do município e vai à província: daí passam a renda geral, não se falando nos de exportação, que, além de serem na alfandega de 5% estão sujeitos a serem elevados em outras províncias, por exemplo, Pernambuco, onde o fisco provincial é rigorosíssimo para os produtos da nossa indústria.

O estado do pessoal operário é de limitada instrução, faltando aos industriais recursos para estabelecerem aulas primárias nas próprias fábricas para ensino dos filhos do pessoal operário.

São Felix, 21 de abril de 1882

Francisco José Cardoso¹³⁴.

Há de se questionar também, no documento, sobre qual seria a definição de “menina” e “mulher” para o período descrito, já que os marcadores de raça, gênero e a posição social incidem de diferentes maneiras nas conceituações de “mulher” e “menina”, quando se trata de mulheres brancas e de mulheres negras, ou seja, é importante ficarmos atentos ao fator geracional e até mesmo à vivência da sexualidade, ao estado civil, à formalização ou não do matrimônio. Luciana Falcão Lessa (2019), no texto “Nossos Passos vêm de longe: a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos à luz do

¹³⁴CARDOSO, Francisco José. **Fábricas de Charutos**. Governo da Província. Agricultura. Março. 4602. APEB.

feminismo negro”, evidencia que 50% das irmãs da Boa Morte estavam vinculadas à cultura fumageira, como lavradoras e charuteiras:

Com relação ao estado civil, a maioria das mulheres da Irmandade tinha constituído família sem, no entanto, contrair o matrimônio do ponto de vista formal. Por essa razão, eram estigmatizadas e discriminadas, sendo em muitas ocasiões adjetivadas de raparigas, que no contexto local significava “mulheres que tinham filhos, mas não eram casadas”. Por isso, a festa da irmandade era conhecida como festa das raparigas¹³⁵.

Em várias passagens do romance *Teixeira Moleque*, ambientado em Cachoeira, o autor Ruy Santos faz referências às raparigas como mulheres pobres de vida fácil¹³⁶, por exemplo. Penso que as atuais discussões historiográficas, acima citadas, preencherão várias lacunas sobre um capítulo muito importante da história do Recôncavo baiano, já que muito se explorou sobre os diversos fatores que levaram à decadência econômica dessa região. Um deles foi a *Cholera Morbus*, conforme a descrição Maria Azevedo Brandão:

A crise culmina com uma epidemia de *chorelamorbus* que atingiu o Recôncavo em 1855-1856, com o custo estimado de 27 mil vidas e a perda de toda uma safra de açúcar. Amotinado, o povo se levanta na Cidade da Bahia pela “Carne sem osso e a farinha sem caroço”. Teme-se que as mazelas do comércio, epidemias, pragas e mau tempo, ameacem jogar as “classes laboriosas” na indigência. “Homens de bem” se suicidam¹³⁷.

Aliado à *Cholera Morbus*¹³⁸, infere-se que o fim do tráfico de escravizados, no início da segunda metade do século XIX, impactou decisivamente a movimentação econômica da localidade. Sem o tráfico, a produção de fumo ou tabaco entrou em decadência, e justamente nesse momento surgiram as primeiras fábricas de charutos empregando ostensivamente mulheres negras, que integravam vários ramos da economia

¹³⁵LESSA, Luciana Falcão. Nossos passos vêm de longe: a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos à luz do feminismo negro. ENECULT: Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. **Anais [...]**. Salvador, 2019. p. 28.

Irmandades eram associações religiosas nas quais pessoas se reuniam em torno de um santo de devoção os leigos no catolicismo oficial. Inicialmente, formaram-se irmandades de brancos e, paulatinamente, o Estado Português e a Igreja Católica incentivaram os escravizados a organizarem suas irmandades, como meio de controle social e conversão dos negros à fé católica, a fim de submetê-los ao projeto colonizador. Entretanto, as irmandades negras garantiram um espaço africanizado ou de exercício de suas práticas no interior da sociedade escravocrata. Cf. COSTA, Sebastião Heber Vieira. **A festa da Boa Morte e o ícone ortodoxo**. Salvador: ZUK Comunicação, 1993. p. 10.

¹³⁶SANTOS, Ruy. **Teixeira Moleque**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960. p. 100.

¹³⁷BRANDÃO, **Recôncavo da Bahia...** Op. cit., p. 36.

¹³⁸ Para saber mais sobre a epidemia de cólera na Bahia, Cf. DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível: epidemia de cólera na Bahia em 1855-56**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

informal baiana. É importante citar o trabalho de Onildo Reis David (1993), *O inimigo invisível: a epidemia de cólera na Bahia, 1855-56*, onde é relatado que, além do impacto da doença, o comércio exterior ficou completamente paralisado em 1855, o café e o fumo deixaram de ser comercializados¹³⁹.

Nesse sentido, trafegamos pelo terreno da disputa de memórias, pois a fumicultura no Recôncavo foi associada à imagem sexualizada da mulher negra na produção de charutos de primeira qualidade. É nesses meandros que percebemos o processo que Pollak (1989)¹⁴⁰ chama de enquadramento de memória, ou seja, a construção de uma memória forjada por grupos dominantes, e que em sua forma bem acabada pode ser representada pela memória nacional, mutila, silencia de fragmentos de memória, como forma de construir uma versão do passado para beneficiar determinado grupo político, ideológico e nacional.

Nesse sentido, a cultura fumageira foi um fator decisivo para a exploração colonial, com destaque para o comércio de escravizados e, juntamente com a produção de charutos, deu contornos históricos peculiares às experiências e modos de socialização das mulheres negras no Recôncavo da Bahia.

¹³⁹ Idem, Ibidem.

¹⁴⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

2 A “ERVA SANTA DA EUROPA”: ENTRE A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE

Conforme as discussões do capítulo anterior, a cultura do fumo se desenvolveu, sobretudo, a partir de meados do século XVII, quando o produto começou a servir de moeda de troca na compra de escravos na costa da África. O fim do tráfico transatlântico de africanos escravizados, em 1850, embora estivesse proibido desde 1831, indicou um aprofundamento das desigualdades raciais e sociais, bem com o surgimento do movimento abolicionista a partir do fim da década de 1860, assim, a precarização¹⁴¹ da liberdade tomou diversas dimensões após a abolição da escravidão, em 1888. Em uma sociedade construída por uma escravidão pautada na subjugação racial de um povo, a manutenção dos lugares sociais dos ex-escravizados era essencial para a preservação das hierarquias, no entanto, a economia do fumo atraiu os trabalhadores livres. Conforme o livro *Provas de liberdade*¹⁴², no final do século XIX, nos Estados Unidos, a fabricação de charutos poderia ser o último recurso para homens de cor que estavam com má sorte; aqui no Brasil, especificamente no Recôncavo, era a primeira alternativa que a população negra tinha para gerenciar seu tempo, seus ganhos e se desvincular do poder senhorial. Conforme a obra¹⁴³:

... a técnica de fazer charutos era comum entre as populações de cor escravas ou livres na cidade (em Nova Orleans). Um empreendedor talentoso podia enrolar charutos sozinho para começar, ou comprar charutos de outros que os enrolavam e mais tarde comprar folhas de tabaco no atacado e contratar trabalhadores para fazer o enrolamento... Os irmãos Tinchant presumivelmente complementavam o trabalho do escravo Martín Mitchel com o seu próprio e o de homens livres que eram seus empregados e empreiteiros independentes. Em vários bairros da cidade, artesãos de pequena escala adquiriam caixas de folhas de tabaco por compra ou consignação e depois enrolavam os charutos em casa...

Paulo Henrique de Almeida relata, em sua dissertação, que as primeiras manufaturas baianas empregavam uma elevada proporção de força de trabalho escravo.

¹⁴¹ CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. O autor trata a precariedade da liberdade no sentido de instabilidade jurídica.

¹⁴² SCOTT; HÉBRARD, **Provas de liberdade**... Op. cit., p. 144-145.

¹⁴³ Ibidem, p. 145.

No entanto, no que se refere às zonas fumageiras, após 1850 cresceu a presença de trabalhadores livres na elaboração do rapé, dos charutos e de outros produtos¹⁴⁴.

Neste capítulo, abordaremos o cotidiano das mulheres negras, negociações e sobrevivência fora do mundo privado das cozinhas, tanques e quintais. Entenderemos como a estrutura colonial construída a partir da economia fumageira, abordada no capítulo I, foi materializada nas propriedades do Recôncavo.

Faremos uso de processos-crimes, entre os anos de 1870 e 1890, analisaremos os arranjos familiares que se configuraram em torno das malhadas de fumo e do cotidiano das charuteiras, seus laços de solidariedade e conflitos. Utilizaremos também os registros de batismos das paróquias de São Gonçalo dos Campos, Muritiba e São Félix, que nos permitem ter um panorama dos perfis das famílias recém-egressas da escravidão, assim como os laços de compadrio. Usaremos os Livros de Atas da Sociedade Libertadora Cachoeirana e os Livros de Notas, com o objetivo de traçarmos a dinâmica da referida sociedade, a partir das possibilidades legais abertas pela promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871. É importante destacar que, segundo os estudos de Karine Damasceno (2019), no contexto de Feira de Santana, no final do século XIX as mulheres possuíam maior representatividade entre as pessoas alforriadas, com exceção apenas para o modelo condicional e paga, que ambos os sexos atingiam a mesma porcentagem:

... foram elas que mais se destacaram na conquista da manumissão- condicional não paga, incondicional paga e incondicional não paga. Tal constatação sugere que o caráter da escravidão feminina e, conseqüentemente, suas escolhas para lutar pela liberdade foram determinantes para constituição de seu sucesso nos casos em que envolveu pagamento de dinheiro ou não. Isso fortalece o argumento de que as mulheres foram as principais protagonistas no complexo processo de negociação para a conquista de sua própria liberdade e ainda da sua prole¹⁴⁵.

Em Nazaré das Farinhas, também no Recôncavo Baiano, entre 1850 e 1888, Barreto evidenciou que, ao longo deste período, as mulheres foram maioria na obtenção de todos os tipos de cartas de alforria – gratuitas, pagas, incondicionais e condicionais –, demonstrando seu protagonismo na conquista da própria liberdade¹⁴⁶.

¹⁴⁴ ALMEIDA, A **manufatura do fumo na Bahia...** Op. cit., p. 28.

¹⁴⁵ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si...** Op. cit., p. 148.

¹⁴⁶ BARRETO, Virgínia Queiroz. **Fronteras entre a escravidão e a liberdade: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888).** 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2016.

É necessário salientar que a configuração geográfica da região deu contornos peculiares ao perfil populacional e à distribuição de suas culturas econômicas, ao contrário da cana-de-açúcar, em que os senhores de engenho controlavam as melhores terras, às margens da baía, como também o maquinário para o fabrico do açúcar, as condições mais módicas e baratas de cultivo do fumo permitiram que alguns ex-escravizados conseguissem alternativas de plantar tal gênero de exportação e até mesmo escravizados tiveram a possibilidade de juntar algum pecúlio para a aquisição da liberdade.

A economia da localidade e as possibilidades de obtenção de pecúlio perpassavam pela fumicultura, onde famílias inteiras participavam dos processos de produção, seja por “conta da fábrica”¹⁴⁷ ou “por conta própria”¹⁴⁸, a maioria dos casos era associada à agricultura de subsistência ou a outros serviços, como a lavagem de roupas e a vendas de alimentos.

Figura 11 – Lavadeiras de Cachoeira fim do século XIX



Fonte: Acervo particular de Luiz Cláudio Nascimento.

¹⁴⁷Trabalhar por conta da fábrica significava levar a matéria-prima da fábrica para ser beneficiada em casa, e no ato da devolução havia o recebimento da força de trabalho.

¹⁴⁸Vender sua produção de folhas de fumo ou as folhas já beneficiadas para as fábricas de charutos.

As características e o cotidiano dos escravizados e libertos das zonas fumageiras aparecem nos inventários e em processos-crimes, como por exemplo, o caso de Domingas e Jacob¹⁴⁹, um casal de africanos, uma mulher liberta e um homem cativo que viviam juntos¹⁵⁰. Domingas foi assassinada em 1861, na cidade de Muritiba, região fumageira do Termo de Cachoeira¹⁵¹.

A africana Domingas foi encontrada morta no interior de sua casa, e o principal suspeito do crime foi Jacob, seu “amásio” há dezesseis anos! Jacob era um africano nagô, tinha mais que 40 anos de idade, vivia do serviço da roça em companhia de seu senhor, o capitão Carlos Pereira Mota, há mais de 20 anos. A suspeição de Jacob se deu na noite do dia 30 de dezembro de 1861. Algumas pessoas disseram ter ouvido o africano dizer que “haveria de matar a mulher e depois lhe cortar a língua”. Logo no dia posterior às ameaças de Jacob, Domingas teria ido à casa de uma vizinha se queixar que havia escapado de ser morta por seu amásio. Depois destes acontecimentos, o corpo de Domingas foi encontrado em estado de putrefação, manhã do dia 7 de Janeiro de 1862, no interior da sua residência, “uma каза coberta de palha, paredes de taipa com duas portas e janella defronte, sendo uma defronte, e outra do quintal [...]”.

Iniciando a análise do processo, a fim de matizar o dia a dia das mulheres negras entre a liberdade e o cativo, entre paradigmas morais tradicionais, eurocêtricos e patriarcais e as possibilidades de se construir dignamente, forjando modelos próprios de família e trabalho. O relacionamento de Domingas e Jacob é a demonstração das formas de relações afetivas e familiares que emergiram entre aqueles que viveram submetidos ao cativo. O texto do exame do corpo delito informa que o cadáver estava em um quarto, no chão, fora da cama, o que deixa transparecer que a casa de Domingas tinha mais de um cômodo. Isabel Reis continua descrevendo o processo:

Foi dito que a porta do quintal estava aberta, com a chave do lado de dentro da fechadura, o que levou aos peritos acreditarem que o criminoso havia saído pela aquela porta, depois de haver lutado com a mulher, morta com um “aperto na garganta”.

A descrição feita dos pertences da africana, assim como de seu cotidiano de muito trabalho, fornece uma ideia de como viviam os negros saídos do cativo. Os pertences de Domingas, encontrados no interior de sua residência, foram enumerados pelo perito como sendo duas “arcas”, uma maior e outra menor. A arca maior estava aberta e continha toda a roupa da falecida, “boa e mau”; a arca menor estava fechada e foi arrombada pelo subdelegado, dentro dela foram encontrados um “corpo de camisa nova” e alguns panos considerado inúteis. Na sala da casa da africana havia, aproximadamente, 20

¹⁴⁹Processo também trabalhado pela professora Isabel Reis. Cf. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão**: Bahia, 1850-1888. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2007.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 76.

¹⁵¹APEB. Seção de arquivo colonial e provincial, judiciário. Núcleo: Tribunal da Justiça. Série: Homicídios, classificação: 11/388/01, Cachoeira, 1862. 88 páginas.

melancias; cerca de uma “canga” de bananas verdes e a quantia de mil e seiscentos réis em cobre num canto, envolvido por terra. Havia ainda “obra de uma arroba de fumo em folha”¹⁵².

O processo de Domingas é taxativo, ao trazer à tona a operacionalidade da fumicultura associada a outras culturas de subsistência, o que possibilitava que as mulheres empreendessem e viabilizassem o sustento familiar, além de comprarem a própria liberdade. Das oito testemunhas chamadas para prestar depoimento no caso, o vizinho de Domingas, Marciano Francisco Martins, disse que:

Em dezembro ouviu uma desordem e logo depois sua vizinha apareceu querendo queixar-se de alguém. Logo atrás dela veio o africano Jacob, os quais ele se negou a ouvir. Quando o casal estava retomando para o lugar onde havia saído, Marciano ouviu Jacob proferir as seguintes palavras: “se quiser me comprar amanhã vá a caça do meu senhor”. No dia 31, Domingas mostrou a Marciano a cabeça e os joelhos inchados e ralados, e disse que Jacob tinha sido o autor da agressão. O motivo da desavença entre o casal de africanos teve sua origem na promessa feita pela africana de comprar a alforria do seu “amásio”¹⁵³.

Já outra testemunha, que morava em frente à casa de Domingas, Ignácia Moreira da Conceição, relatou que teria visto Domingas e Jacob juntos na janela da falecida no dia 1º de janeiro, “em toda harmonia como sempre vivião” e continuou dizendo que:

Na tarde de sábado, 4 de janeiro, viu Domingas chegar na rua de suas vendagens, muito contente e cantando. Como esta tarde foi de muita chuva e trovoada, Ignácia não a viu mais nesse dia e nem nos dias seguintes, nem no domingo e nem na segunda-feira. Na terça-feira aproximadamente às duas da tarde Jacob passou montado a cavalo em frente a casa da depoente. Nesta ocasião ela o chamou para falar do grande fedor que exalava da casa de sua amásia. Jacob, então lhe respondeu que talvez fosse por conta de um carneiro que Domingas criava dentro de casa¹⁵⁴.

Então, além terem maiores possibilidades de ganhos para comprar a própria liberdade, possivelmente, como outras mulheres negras viam-se “pressionadas” e/ou com a atribuição, em alguns casos, de libertar seus companheiros e/ou familiares, o que dá margem para pensarmos na emergência de novas relações de poder que contrariavam o modelo burguês e eurocêntrico. Nesse sentido, é necessário lembrar que às mulheres negras havia uma sobreposição de responsabilidades, além de cuidar de seus familiares e

¹⁵² REIS, *A família negra no tempo da escravidão...* Op. cit., p. 77.

¹⁵³ APEB. Seção de arquivo colonial e provincial, judiciário. Núcleo: Tribunal da Justiça. Série: Homicídios, classificação: 11/388/01, Cachoeira, 1862. 88 páginas.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*.

da comunidade negra, elas ainda precisavam cuidar da família senhorial, das crianças, da senhora e do senhor, dos velhos e doentes. Essa reflexão nos permite destacar umas das diferenças fundamentais entre a escravidão masculina e a feminina¹⁵⁵. Ainda, de acordo com os depoimentos, Bernardino José Sena contou que,

Dia 2 de janeiro, Domingas apareceu se queixando de Jacob por ele ter dado com um pau na cabeça e nas costas dela e que no dia seguinte, uma sexta-feira viu Domingas passar com sua gamela na cabeça vendendo toucinho e mais couzas, e no sábado pela manhã também a viu passar pela porta vendendo aipins, e nesse dia a tarde em ocasião que roncava trovoadas a viu passar cantando e muito contente do que foi por elle, testemunha censurado, do dia de domingo e na segunda-feira não a viu mais e então na terça-feira, 7, do mesmo mês foi achada morta¹⁵⁶.

Em todos os relatos, a liberta aparece como uma mulher trabalhadora e feliz, isso lhe rendeu repreensões, censuras e até a própria vida. Era um verdadeiro comportamento transgressor para uma mulher negra.

Em relação a Jacob, ele foi condenado às galés perpétuas. Seu senhor tentou intervir, possivelmente, para não perder a força de trabalho:

Carlos Pereira da Motta vem respeitosamente ponderar à Vossa Excelência, que tendo seu escravo Jacob, africano idoso sendo condenado pelo Juri da Cidade de Cachoeira a pena de Galés perpétua, por ter a justiça acusado como autor da morte de uma africana liberta de nome Domingas, recorreu o suplicante da decisão para o Poder Moderador quase servir diminuir, ou comutar a indicada pena para 6 anos de prisão com trabalho, e que se o juiz executor da sentença esteja em dúvida se a pena assim modificada de 6 anos de prisão com trabalho compete à um escravo, ou se deve ser comutada em açoites, conforme aviso nº 109 de abril de 1855, vem o suplicante implorar a Vossa Excelência que se digne a dissolver a dúvida para que a sentença seja devidamente executada contra o referido escravo. Bahia, 7 de novembro de 1863¹⁵⁷.

O caso de Domingas e Jacob configura as diversas realidades de arranjos familiares ou relações afetivas que emergiram do cativeiro, resultantes do choque de paradigmas eurocêtricos e das possibilidades peculiares a cada contexto em que os escravizados e ex-escravizados tiveram que reconstruir suas vidas afetivas, econômicas e experiências sociais.

¹⁵⁵ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si...** Op. cit., p. 138.

¹⁵⁶ APEB. Seção de arquivo colonial e provincial, judiciário. Núcleo: Tribunal da Justiça. Série: Homicídios, classificação: 11/388/01, Cachoeira, 1862. 88 páginas.

¹⁵⁷ Idem, ibidem.

Em se tratando dessas reconstruções, alguns historiadores, como Kátia Mattoso e Stuart Schwartz, concluem que a pequena produção familiar predominava na fumicultura baiana e que a mão de obra escrava nunca desempenhou um papel importante nesse ramo da agricultura. Ao contrário dessa conclusão, Barickman demonstra que havia uma população de quase 4 mil escravos na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, que trabalhava no cultivo do produto para a exportação¹⁵⁸. Então, os lavradores usavam efetivamente quantidades consideráveis de mão de obra escrava.

Kátia Mattoso (1992) caracteriza as propriedades de fumo como uma sede, construção térrea muito simples, sem qualquer semelhança com as belas casas grades dos engenhos, e exigiam de dois a vinte e cinco escravos (segundo a superfície cultivada), alojamentos para eles e um barracão para secagem e estocagem do produto. O capital a se investir era três vezes menor que o necessário para o cultivo da cana-de-açúcar. Além disso, o ciclo da produção do fumo é mais curto do que o da cana (seis a oito meses contra dezoito), o que permitia duas colheitas ao ano. O rendimento médio por unidade de produção era de 100 a 150 arrobas por ano¹⁵⁹. Até a presente data, encontra-se no município de Cachoeira o Livro de Rol dos Lavradores do Fumo do século XVIII, uma espécie de censo realizado pela Coroa Portuguesa, a fim de listar as propriedades de tabaco de Cachoeira e saber quem eram os proprietários, como usavam a terra e onde se localizavam as fazendas. No referido censo consta que só em 1788 havia 8 mil plantadores de fumo, ao que parece, a maioria era de rendeiros.

A colheita do tabaco era feita costumeiramente ao longo de todo o ano, o que, com frequência, causava transtornos aos senhores, nas conjunturas em que o preço do fumo era mais atraente ou havia grande demanda das indústrias fumageiras locais. Assim, os

¹⁵⁸ Tanto em São Gonçalo dos Campos quanto em Santiago do Iguape, mais de 90 % dos “pardos” escravos eram ingênuos, isto é, nasceram livres. Além disso, segundo os censos, os senhores “pardos” mais ricos eram todos livres de nascimento. Assim, o senhor “não-branco” mais rico do Iguape era Francisco Marinho de Aragão, um “pardo”, ingênuo de 35 anos de idade, que empregava 16 escravos na lavoura de cana. Mais ricos que Marinho e Aragão eram três “pardos”, ingênuos, todos lavradores de fumo de São Gonçalo dos Campos: Antônio Ferreira de Brito, Luís Martins Souto e José Coitinho de Oliveira. Possuíam, respectivamente 30, 43 e 48 escravos, ou seja, aproximadamente 5 a 8 vezes mais escravos dos que o lavrador médio na mesma Freguesia. De fato, menos de 15% de todos os lavradores de São Gonçalo dos Campos tinham 30 ou mais cativos. Pelo número de cativos que possuíam, os três lavradores de fumo citados eram os mais ricos do Recôncavo. O autor fez uso de dados compilados no texto “As cores do escravismo: escravistas ‘pretos’, ‘pardos’ e ‘cabras’ no Recôncavo Baiano, 1835”. BARICKMAN, B. J. As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos” e “cabras” no Recôncavo Baiano, 1835. In: *Jornal População e família*, n. 2, 1999.

¹⁵⁹ MATTOSO, op. cit., p. 464.

períodos de alta de preços do fumo ou da mandioca podiam determinar a oferta de trabalho nos canaviais.

Em 18 de Agosto de 1892, no arraial do Simidouro, no Rio Pojuca, diversos “trabalhadores rurais” foram à roça de Simplício “cavar umas covas de fumo”. O roceiro Antonio do Espirito Santo foi à tarde com o irmão, e “aí tiraram carreiras de covas. Então à noite ele testemunha e os mais companheiros que ali se achavam a convite de Simplício foram jantar, findo o qual principiou o samba¹⁶⁰.

Os pequenos e médios lavradores tiveram um papel importante, tanto na produção de culturas de exportação como no abastecimento de mercados locais na Bahia, na segunda metade do século XIX. Era certamente esse o caso da lavoura fumageira, uma cultura ideal para o pequeno agricultor, que dispunha apenas de seus próprios braços e do trabalho de seus familiares. Como Francisco Varnhagen observou, em um estudo sobre o fumo na Bahia, publicado em 1863, “A indústria do tabaco é de todas as entretropicais é a que requer menos capitais”¹⁶¹. Na segunda metade do século XIX, na medida em que a produção de fumo na Bahia se tomava cada vez mais associada a pequenos lavradores familiares, ela ganharia uma reputação duradoura de “lavoura de pobre” e “lavoura de quintal”. Tornou-se tão forte essa reputação, que alguns historiadores foram levados a concluir que a mão de obra escrava esteve ausente da lavoura fumageira no século XIX. Esses estudiosos deixaram de notar que os lavradores de fumo mais abastados do Recôncavo continuavam a empregar escravos em suas lavouras e sítios, mesmo na década de 1880.

Liberdade negociada: Ventre livre e povoamento no contexto das freguesias fumageiras.

Paralelamente ao crescimento das fábricas de charutos, cigarros e rapés, a década de 70 do século XIX se caracterizou pela abertura do sistema escravista, com a promulgação da Lei do Ventre Livre, que provocou um grande impacto nas relações de trabalho. Além de libertar os ingênuos, nascidos após sua publicação, instituiu o fundo de emancipação, que libertava escravos com os recursos provenientes de impostos sobre a

¹⁶⁰ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...* Op. cit., p. 236.

¹⁶¹ VARNHAGEN, Francisco. *Historia geral do Brazil*. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854-1857. 1863.

propriedade escrava, loterias, multas para quem desrespeitasse a lei e dotações de orçamentos públicos. A Lei do Ventre Livre, em 1871, de maneira oficial, permitiu ao escravizado acumular algum pecúlio destinado exclusivamente para a compra de alforria e era estratégico que as famílias escravizadas priorizassem a libertação das mulheres, pelo fato de sua alforria garantir a liberdade de todas as crianças nascidas de seu ventre a partir de então¹⁶². Antes de 1871, a alforria no Brasil era predominantemente uma questão privada. O Estado, via de regra, não promovia nem restringia, deixava a decisão sobre a liberdade de um escravo na mão de seu senhor¹⁶³. É importante salientar que, além de comprar a liberdade, os ex-escravizados deveriam garantir a sobrevivência numa sociedade de restritas oportunidades.

Conforme os relatórios da Presidência da Província de 1882, havia referência às maiores e mais importantes fábricas do país. A respeito da Juventude, exportadora de charutos, cujo número de operários neste mesmo ano excedia 150, o texto afirmava que “contando-se as muitas famílias que trabalham em sua residência, por conta da fábrica”, isso significa que famílias inteiras se ocupavam desde o plantio, secagem até o beneficiamento das folhas, já previamente destinadas à produção de charutos e rapés de determinadas fábricas. Na Fragrância, fábrica da mesma natureza, dos 70 operários existentes no mesmo ano, 20 eram do sexo feminino e 10 eram crianças trabalhando, sem o uso de máquinas. Tendo essas características, a lavoura fumageira tanto foi valorizada para a compra de escravizados como deu possibilidade aos seus descendentes de conduzirem os seus sentidos de liberdade e trabalho¹⁶⁴.

Assim, o primeiro recenseamento geral do Brasil, de 1872, realizou um levantamento de dados que contemplou a população escravizada, relacionando idade, sexo, estado civil, origem, cor, profissão e nível de instrução. Realizado 16 anos antes da abolição e após dez meses da Lei do Ventre Livre. Destacamos os dados do quadro populacional geral para perceber o perfil quantitativo com relação ao sexo e à cor da população às vésperas da abolição, e o número de lavradores de algumas “Paróchias” – termo que se referia à unidade mínima de contagem de comunidades erguidas em torno da religião dominante do colonizador, onde estavam localizados os principais campos de

¹⁶² OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. Viver e morrer no meio dos seus – Nações e comunidades africanas na Bahia. **Revista da USP**, São Paulo, n. 28, 1996.

¹⁶³ REIS, **A família negra no tempo da escravidão...**

¹⁶⁴ BORBA, **Industrialização e exportação do fumo na Bahia...** Op. cit., p. 38.

Relatório da Província da Bahia. Presidente Machado Portela, 1889. Biblioteca Nacional.

Relatório da Província da Bahia. Presidente Cunha Paranaçuá. 5 de Janeiro de 1882. Biblioteca Nacional.

plântio e as maiores fábricas. Esses dados nos chamam a atenção, na medida em que as freguesias fumageiras apresentam uma população nitidamente superior, quando comparadas às demais.

Tabela 3 – Perfil quantitativo: sexo e cor da população às vésperas da abolição

Paróquia NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CACHOEIRA													
LIVRES		ESCRAVOS		BRANCOS		PARDOS LIVRES		PARDOS ESCRAVOS		PRETOS LIVRES		PRETOS ESCRAVOS	
H	3526	H	506	H	972	H	2100	H	195	H	435	H	311
M	4620	M	618	M	1609	M	2964	M	241	M	994	M	377
Total de lavradores: 820													
SÃO FÉLIX													
LIVRES		ESCRAVOS		BRANCOS		PARDOS LIVRES		PARDOS ESCRAVOS		PRETOS LIVRES		PRETOS ESCRAVOS	
H	1562	H	186	H	521	H	736	H	78	H	192	H	108
M	1295	M	162	M	394	M	570	M	69	M	222	M	93
Total de lavradores: 884													
PAROCHIA DE SÃO PEDRO DE MURITIBA													
LIVRES		ESCRAVOS		BRANCOS		PARDOS LIVRES		PARDOS ESCRAVOS		PRETOS LIVRES		PRETOS ESCRAVOS	
H	5891	H	994	H	1909	H	2791	H	369	H	896	H	625
M	5198	M	704	M	1739	M	2398	M	258	M	818	M	446
Total de lavradores: 5241													
PAROCHIA DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS													
LIVRES		ESCRAVOS		BRANCOS		PARDOS LIVRES		PARDOS ESCRAVOS		PRETOS LIVRES		PRETOS ESCRAVOS	

H	6971	H	1862	H	1013	H	2728	H	800	H	2667	H	1062
M	2896	M	521	M	465	M	1320	M	228	M	782	M	293
Total de lavradores: 7083													
PAROCHIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA FEIRA													
LIVRES		ESCRAVOS		BRANCOS		PARDOS LIVRES		PARDOS ESCRAVOS		PRETOS LIVRES		PRETOS ESCRAVOS	
H	5118	H	1315	H	2087	H	2064	H	588	H	884	H	727
M	3353	M	1597	M	1171	M	1865	M	563	M	434	M	1034
Total de lavradores: 6808													

Fonte: Censo de 1872, IBGE¹⁶⁵.

A observação da tabela 3 nos permite perceber o contingente de lavradores e moradores significativamente superior nas regiões de Muritiba, São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, zonas que produziram a maior parte do fumo que o Brasil exportava. O número de mulheres e de mulheres livres em todas as Paróquias também chama a atenção. Em Cachoeira, temos um total de 820 recenseados que se identificaram como lavradores, ao passo que a população feminina classificada como preta e parda livre totaliza 3.011 almas. A masculina, dentro das mesmas especificações, totaliza 2.554 almas, traço essa comparação porque em paróquias, com um significativo número de habitantes, mas onde as fábricas de chatutos foram estabelecidas, o contingente de lavradores é pequeno. Escravizadas, pardas, do sexo feminino, são 241. Homens pardos, escravos, quantificam-se 195, pretas escravas, 377, e homens pretos escravos, 311. O caso de São Félix é semelhante ao de Cachoeira, apenas 884 pessoas se identificaram como lavradoras, numa freguesia onde viviam 1.041 pretos e pardos livres, 901 mulheres pretas e pardas livres, 78 escravizados pardos e 69 mulheres pardas escravas, 108 homens pretos e 95 mulheres. Saliento que, dos dados, conforme a tabela, exclue-se a população identificada como branca, já que o objetivo aqui é fazer um panorama do perfil populacional, enfatizando o quantitativo de homens e mulheres pretas e pardas, livres e escravizadas, percebendo o número de recenseados declarados como lavradores.

¹⁶⁵ Censo de 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 15 maio 2020.

Nos dados dispostos na tabela, chama a atenção as divisões entre pretos e pardos, que poderiam ser motivadas pela cor da pele. Nesse sentido, é importante salientar que:

Por ocasião do primeiro Recenseamento do Brasil, realizado em 1872, que se cristalizou um sistema de classificação da cor no País, com a utilização das seguintes categorias: branco, preto, pardo e caboclo. “Ressalva-se que tal escolha foi muito apropriada, pois em um levantamento dessa natureza é importante que os termos empregados tenham uso corrente e o mais disseminado possível para proporcionar maior uniformidade e confiabilidade aos dados obtidos” (OSORIO, 2003, p. 8). Mas na operação censitária, que distinguia a população segundo sua condição civil em livres e escravos, se os primeiros se autotransformavam quanto à cor, os últimos eram classificados pelos seus donos¹⁶⁶.

Segundo Barickman (1999), pardos tanto poderiam ser negros nascidos no Brasil ou pessoas que tivessem alguma ascendência europeia¹⁶⁷. Já para Hebe Matos (1995), pardo não se referia diretamente à pigmentação da pele, tampouco à miscigenação. Não era a miscigenação que transformava em pardos os descendentes de africanos, mas o reconhecimento de sua condição de livres, com base nas relações comunitárias que se estabeleciam. Assim, segundo a referida autora, a expressão “pardo livre” era possível, enquanto “preto livre” não era. Pardo era oposição semântica a preto e negro¹⁶⁸.

Conhecer o número de lavradores nos campos de plantio do fumo é muito importante para compreendermos a diferença de distribuição das profissões, como também reflete os contrastes geográficos e econômicos das freguesias. Por exemplo, nas paróquias de São Pedro de Muritiba foram identificados 5.241 lavradores. Em São Gonçalo dos Campos, local dos maiores campos de plantio de fumo, foram recenseados 7.083 lavradores, e em Conceição da Feira, 6.808 lavradores. Conforme Barickman, os lavradores de fumo baianos, qualquer que fosse sua cor, podiam ao mesmo tempo participar da agricultura de exportação e suprir as necessidades domésticas de farinha, milho e feijão e até mesmo produzir excedentes para serem consumidos nas feiras locais, ou seja, com a renda proveniente se ampliavam as possibilidades de adquirir um escravo ou comprar a própria liberdade. Segundo o mesmo autor,

Mas se a simplicidade da produção de tabaco tornava essa cultura aos lavradores pobres, diminuía as oportunidades para os artesãos. Os lavradores de fumo, em termos relativos tinham pouca necessidade de recorrer a ofícios especializados dos artesãos. Em contraste, os senhores de engenho contratavam carpinteiros, marceneiros, pedreiros, ferreiros e outros artesãos

¹⁶⁶ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

¹⁶⁷ BARICKMAN, As cores do escravismo...

¹⁶⁸ CASTRO, **Das cores do silêncio...**

livres para consertar e manter o funcionamento das moendas, fornalhas e demais instalações que nas suas propriedade transformavam-se em açúcar¹⁶⁹.

Após compararmos os perfis populacionais de algumas freguesias fumageiras, tanto onde se localizavam as fábricas quanto nos campos de plantio, entendemos como o movimento de migração, circularidades em torno da materialização da liberdade, e as possibilidades de gerência do tempo e recursos financeiros influenciaram na configuração das zonas fumageiras como local de atração para a população liberta. No Relatório da Província da Bahia de 1889, o então presidente, Dr. Manuel Machado do Nascimento Portela, informou em um telegrama enviado para Princesa Imperial Regente, Princesa Isabel, que desde o dia 11 de março de 1888, a capital se encontrava em clima festivo por conta do caminhar do processo de abolição, sendo gerais as manifestações de apoio da imprensa, da população e das corporações em toda a Província. Citamos tal documento a fim de demonstrar o clima que norteou as possibilidades de viver em liberdade da população recém-egressa da escravidão, no qual o presidente da Província continua escrevendo:

... os recém-libertos pela lei não praticaram actos que determinassem a intervenção da autoridade, mostrando-se d'est'arte dignos da condição de cidadãos, a que foram chamados.

Si, porém não perturbaram a boa ordem social, e em geral, procuraram exercer sua actividade em outras localidades que não aquellas em que tinham estado sob o regime da escravidão, é certo que, não é só um em muitos que ainda não se firma a convicção de que é pelo trabalho que podem e devem cooperar para grandeza da Pátria e garantir o próprio bem estar, mas também que, pelo motivo exposto, deu-se em algumas fazendas por elles abandonadas a perturbação do trabalho...

Os então considerados cidadãos brasileiros, oficialmente a partir do dia 13 de maio de 1888, conforme ofício, não causaram perturbação da ordem, mas preferiram exercer seus trabalhos longe dos lugares que foram escravizados, embora o estado continuasse procurando meios de disciplinar e explorar os recém-libertos, “não se firma convicção que podem e devem cooperar para grandeza da Pátria”¹⁷⁰, muitos buscaram os meios mais convenientes para si, de viver em liberdade, e as zonas fumageiras atraíram significativamente a população liberta.

Assim como Domingas teve a possibilidade de comprar a sua liberdade, a partir do final do século XIX é notável um grande número de registros de compra de cartas de liberdade. Esse é o caso, por exemplo, de algumas mulheres das áreas onde a cultura

¹⁶⁹ BARICKMAN, As cores do escravismo... Op. cit., p. 45.

¹⁷⁰ Relatório da Provincia da Bahia. Presidente Machado Portela, 1889. Biblioteca Nacional.

fumageira predominava, como Umberlina, que comprou sua liberdade por 400 mil réis, em 19 de agosto de 1884, na cidade de São Félix. Caracterizada como cabra, solteira, de presumivelmente 30 anos de idade, negociou sua alforria com Dona Maria Antonia de Magalhães, que recebeu a quantia de 350 mil réis na hora do registro, deixando Umberlina dar-lhe 50 mil réis da negociação após dois meses, e como testemunha da negociação, assinou Francelino do Valle Cabral¹⁷¹. Já a escravizada Eufrosina, a partir de 2 de março de 1882, viveria como se de ventre livre tivesse nascido, ou seja, isso significava que a liberta tinha assegurado, teoricamente, o seu direito à família, propriedade e livre disposição de seus bens, podendo até ser nomeada tutora de outras pessoas carentes de capacidade civil¹⁷². Ela negociou sua carta de liberdade e de seu filho, o pequeno Manoel, pagando 500 mil reis ao senhor Tranquillino José Nogueira, na cidade de Curralinho, sendo sua carta de liberdade registrada na comarca de Cachoeira e tendo como testemunha o senhor Aprígio Costa Neto¹⁷³. Em junho de 1883, Rachel, filha da africana Leodovasia, acompanhada de seus filhos menores, Afra, Cláudio e Generosa, comprou sua liberdade por 600 mil réis na mão do Senhor João Menezes de Queirós, na cidade de Cachoeira. A escravizada Maria Fellipa de Mattos teve sua liberdade conferida por Fellipa de Mattos, senhora possuidora da mesma, caracterizada como crioula. Maria Fellipa tinha uma filha livre de nome Sabina. Sua liberdade foi concedida na condição de acompanhar sua Senhora até a morte, que curiosamente possuía praticamente o seu mesmo nome, além de se referir à Sabina, no registro de liberdade, como neta: “deixo à minha neta a quantia de cinquenta mil réis como lembrança”. Não sabendo ler nem escrever, a Senhora Fellipa de Mattos pediu ao Doutor Francisco Prisco de Souza Paraizo para representá-la na Cidade de Cachoeira, em 21 de junho de 1881.

A liberdade gratuita ou onerosa tinha sempre um alto preço a ser pago, antes e depois de conseguida. A subserviência, a fidelidade, a aceitação, ao menos aparente, das regras do jogo, ditadas pelo senhor/senhora, ou a obediência de um sobretrabalho arduamente acumulado, eram o preço a se pagar para adquiri-la. Cortês traz um aspecto importante na vida dos libertos, onde seus destinos estavam alheios às suas aptidões. As variações das conjunturas ligadas ao mercado externo podiam atuar de modo favorável e desfavorável, sobre tal mobilidade. Tendo em vista que as áreas escravistas eram, via de

¹⁷¹ APEB, Livro de Notas 137, Cachoeira.

¹⁷² CORTÊS, Maria Inês Oliveira. **O liberto**: o seu mundo e os outros (Salvador, 1790-1890). 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

¹⁷³ APEB, Livro de Notas 137, Cachoeira.

regra, regiões de economia dependente, a expansão do mercado de trabalho nessas áreas, quer para os escravizados, quer para os libertos, variava na razão direta às oscilações da economia de exportação, para onde a produção de fumo era voltada. As condições mais favoráveis, tanto para a mobilidade legal quanto para a ampliação das oportunidades de trabalho, ocorriam nos momentos em que se configuravam as conjunturas de alto incremento do tráfico negreiro¹⁷⁴. Nesses períodos, ocorria o declínio do preço da mão de obra, devido à grande oferta no mercado, ao tempo em que a expansão do setor de exportação ampliava as oportunidades em todos os setores da economia.

A sociedade era fortemente influenciada pelas práticas costumeiras, o que dá margem para a investigação dos mais variados aspectos da vida dos escravizados e libertos, por meio dos indícios deixados nas documentações, especialmente as judiciais¹⁷⁵. Por exemplo, um termo de contravenção, dentre vários, encontrado no Arquivo Público da Bahia, na seção judiciária, convocava os donos ou donas de ingênuos a realizarem a matrícula sob pena de multa. As justificativas que os donos de escravizados davam nos mostram essa dimensão, bem como os destinos dos mesmos. Foi o que aconteceu com Dona Maria Pereira Alves dos Santos, viúva de Manoel Alves dos Santos, no dia 13 de julho do ano de 1874. A mesma compareceu à Mesa de Rendas da Cidade de Cachoeira. Conforme as declarações que trata o artigo 21 do regulamento nº. 4835, de 1º de dezembro de 1871, pelas quais mostra que no dia 20 de fevereiro de 1873 foi libertado o escravo Mariano, e a 18 de junho do mesmo ano, tendo alienado a escrava Clemência ao “seo casal”, verificou-se que estava fora do prazo marcado no artigo 21, acima citado, e sujeita a mesma, Dona Maria Pereira Alves, à multa de 10 mil réis por cada um dos dois escravos, que lhe foi imposta no grão mínimo do artigo 35 do supradito regulamento, pelo senhor administrador. Em 21 de setembro de 1874, em ofício enviado para o presidente da província, Dona Maria se autodefiniu como viúva de Manoel Alves Santos, procedendo inventário de bens pelo falecimento de seu marido. Ao dito Alves dos Santos foi dada a partilha de seus bens. Para o cumprimento das disposições dos testamentários, a escrava Clemência foi vendida no dia 20 de fevereiro de 1874, enquanto que o escravo Marianno a suplicante libertou no dia 18 de junho do mesmo ano, e como a disposição das leis lhe eram estranhas, a suplicante, caracterizada como pobre, viúva, residente em seu sítio, em Cachoeira, deixou de cumprir a lei preceituada no artigo 21 do

¹⁷⁴ CORTÊS, **O liberto...**

¹⁷⁵ SANTANA, “**Ele queria viver como se fosse homem livre**”... Op. cit., p. 87.

regulamento, que baixou como decreto n. 4835, do dia 1º de dezembro de 1871. Por completa ignorância, se considerava isenta de culpa e entendia que não havia negligenciado a lei, deixando de pagar a multa de 20 mil réis, só fazendo isso posteriormente, após ser advertida¹⁷⁶. Nesse mesmo contexto, a escrava Maria da Conceição, tendo seu filho, menor, de nome Carlos, remetido pela polícia no dia 10 de julho de 1878, para a companhia de aprendiz de marinheiros, suplicou a liberação do mesmo em ofício enviado ao Inspetor do Arsenal da Marinha e Guerra, no dia 12 de julho de tal ano, pois tinha mais dois filhos, ambos menores e libertos, que precisavam do amparo de Carlos.

A história de Dona Maria Pereira Alves ilustra as estratégias dos donos de escravos na manutenção da propriedade, bem como as estratégias de sobrevivência da escrava Maria da Conceição no Recôncavo Fumageiro. Ao criar a matrícula obrigatória dos cativos, na medida em que visava o maior controle fiscal sobre os proprietários¹⁷⁷, o objetivo do Estado era controlar e taxar a mão de obra escrava. Paralelamente, as ideias abolicionistas estavam fervilhando e, conseqüentemente, surgiram sociedades e fundos para libertação de escravizados, sendo que a presença feminina era um dos marcos de orientação dessas ações.

Em 1º de maio de 1884 foi criada a Sociedade Libertadora Cachoeirana. No segundo parágrafo, do sétimo artigo do regimento da referida Sociedade, evidenciava-se a prioridade dos cativos a serem libertados; primeiramente, os que possuísem superioridade de pecúlio. Em seguida, a libertação de mulheres. Por último, os que soubessem ler e escrever e tivessem boa conduta e maior idade, necessariamente nessa ordem¹⁷⁸. No dia 18 de maio de 1884 foi aberto o primeiro livro ata com a lista dos nomes dos escravizados que desejavam ser libertos pelo Fundo Social Libertador Cachoeirano. De acordo com item, “Inscrição abolicionista dos escravos desde município, a constar de 1º de maio de 1884 a 1º de abril de 1885”, o primeiro a possuir o pecúlio necessário para pleitear a liberdade foi Martinho, crioulo, solteiro, filho natural de Faustina, falecida, nascido na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro e pertencente ao Capitão Manoel Antonio da Silva Pinto, morador da cidade de Cachoeira. Logo em seguida, Margarida, parda, solteira, 30 anos de idade, filha de Dionísia, mãe de dois filhos ingênuos, Américo

¹⁷⁶ APEB. Documentos avulsos. Presidência da Província. Seção Colonial.

¹⁷⁷ FRAGA FILHO, **Encruzilhadas da liberdade...** Op. cit., p. 49.

¹⁷⁸ Caixa 2877 e 2878 Sociedade Libertadora Cachoeirana, Livro de inscrição abolicionista 1884/1885 e Ata da Sociedade Libertadora Cachoeirana 1884/1887.

e Brazilia, escrava de Leonidio da Costa Murilo, morador da cidade de Cachoeira. Hermelinda, parda, solteira, natural de São Felix, escrava de Hermenegildo Ferreira, morador da mesma Freguesia, também conseguiu o pecúlio para se livrar do cativeiro. Depois, Joaquim, preto, solteiro, natural de São Gonçalo, escravo de Manuel Ribeiro Lima, morador de Feira de Santana.

É necessário salientar que São Gonçalo dos Campos, conhecido como Campos de Cachoeira, a Freguesia fumageira do Termo da Cidade Heróica, teve sua emancipação em 1884, quatro anos antes da legitimação da abolição. A localidade se tornou economicamente independente pela logística da variedade de culturas agrícolas empreendidas pela dinâmica da fumicultura. Barickman¹⁷⁹, em “As cores do escravismo”, informa que 90% dos escravistas “pretos”, “pardos” e “cabras” de tal freguesia fumageira eram lavradores. Apenas 6% dos não brancos com escravos na freguesia fumageira se ocupavam em atividades artesanais, inclusive a costura. Por essas condições, o local atraiu um contingente significativo de ex-escravizados, que contavam com a possibilidade de se reconstruírem socialmente.

É ainda possível que a maior riqueza dos senhores de engenho e lavradores de cana (do Iguape), em comparação com os lavradores do fumo, e consequentemente seu maior consumo de artigos de luxo resultassem numa demanda maior de serviços especializados como o de costureira. Mas também, desconfio que os recenseadores talvez tenham classificado como costureiras algumas solteiras e viúvas que só de vez enquanto se empregavam na costura, “costureira” seria um profissão aceitável e respeitosa para mulheres desacompanhadas que chefiavam fogos e que se sustentavam de uma gama de atividades¹⁸⁰.

Nesse sentido, é importante pontuar que, possivelmente, as mulheres que trabalhavam na lavoura de tabaco e na produção de charutos também poderiam costurar os sacos para enfardamento das folhas, podendo assim ser classificadas como costureiras.

Continuando a sequência de aquisição da liberdade pela relação da Sociedade Libertadora Cachoeirana, Paulina, preta, solteira, moradora de Cachoeira, escrava de D. Constância Soares, viúva de José Luiz Soares. Cirila, parda, solteira, natural de Capela do Alto, no termo de Maragogipe, escrava de D. Maria Carolina de Souza Lima, em poder de seu procurador, o capitão José Honório Cajazeira. Constança, parda, solteira, de 28 anos de idade, natural de Juazeiro, escrava de Domingas Gomes de Oliveira. Um dos

¹⁷⁹ BARICKMAN, As cores do escravismo...

¹⁸⁰ Ibidem.

últimos escravizados que consta no livro é Fillipe, preto, solteiro, de 29 anos de idade, natural da Freguesia de Conceição da Feira, neste termo (Cachoeira), escravo de Francisco Alves Medeiros. E, por último, Maria Luiza, crioula, solteira, 45 anos de idade, natural de Muritiba, neste termo (Cachoeira), escrava de D. Augusta Pomponet da Rocha Venas, viúva de Dr. Rocha Passos.

Mesmo possuindo pecúlio e seguindo as regras impostas pelas juntas de classificação, o escravizado estava condicionado à conveniência do seu senhor. A junta de classificação de escravos de Nova Boipeba enviou um ofício ao Presidente da Província da Bahia, no dia 24 de março de 1884, relatando as peculiaridades do caso de uma escravizada inscrita e beneficiada pela Junta, cujo senhor não aceitava conceder sua liberdade, no documento também é registrada a suspensão dos trabalhos da Junta. Até aquela data foi reconhecido que uma escrava, parda, com pouco mais de 20 anos de idade, com filha ingênua, menor de 6 anos de idade, na falta de outros escravos que estivessem em condições de ser classificados, em primeiro lugar, ela de preferência deveria ser contemplada, “e nesse sentido a sessão da junta do 11 do corrente mês oficiou-se o senhor da aludida escrava para comparecer e tratar da classificação dela. Não compareceu elle e de novo a junta resolveo officiar-lhe. Não querendo aceitar o ofício, dirigiu ao portador a esta Junta”¹⁸¹. Continuando o processo:

Entretanto classificada como se deve considerar, a dita escrava para ser liberta, o seu dito senhor escravocrata, como é, possuindo unicamente ella, oppõe-se à classificação, e só agora, posteriormente a deliberação desta junta, confere elle à dista escrava uma carta de, não de plena liberdade, mas condicionalmente, isto é, para gozar de sua liberdade depois de decorridos sete anos a contar da respectiva data. Por esse motivo, vem essa junta, respeitosamente consultar a V. Exa., se pode ou não considerar-se liberta essa escrava pela carta condicional de seo senhor, ou se, não obstante, dever ser ella classificada por essa junta¹⁸².

Em resposta ao ofício, o presidente da província, em 25 de abril de 1884, concluiu que, uma vez liberta, embora condicionalmente, a escravizada não poderia mais ser classificada pela junta. Certamente a escravizada continuou lutando pela liberdade, mesmo sendo mãe de ingênuo, possuindo, assim, os requisitos para a obtenção da mesma, o seu senhor não aceitou a concessão.

¹⁸¹ APEB. Seção Colonial. Doc 2877.

¹⁸² Idem.

O trabalho no cultivo do fumo era mais minucioso que na produção de açúcar. Ainda parafraseando Kátia Mattoso (1992), era muito difícil haver uma mulher negra no Recôncavo que não tivesse se dedicado a algum dos processos relacionados à cultura fumageira, seja como complemento ou fonte principal de renda¹⁸³. No Livro de Registros de Nascimento de Cachoeira, 1881-1888¹⁸⁴, encontramos uma forma de perceber os arranjos familiares e sociabilidades das charuteiras. No texto abaixo, registro de Maria Emília de Jesus, caracterizada como solteira, charuteira e natural de Muritiba, tem-se que:

Aos trinta dias do mês de junho do ano de 1881, neste distrito de paz compareceu Manoel Salvador de Araújo e na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas apresentou-me uma criança do sexo masculino e declarou que no dia primeiro do presente mês, nesta cidade, Maria Emília de Jesus deu à luz a dita criança. É solteira, charuteira, natural de Muritiba, residente nesta cidade, filha natural de Maria Antonia. De que para constar lavro este termo e que comigo assinam o declarante e as ditas testemunhas: Manoel Francisco de Santana e Manoel Paulino dos Santos, morador desta cidade, este carpinteiro e aquele funileiro¹⁸⁵.

Já o caso de Felicidade Maria Ribeiro pode evidenciar a forma com que as famílias estavam envolvidas na fumicultura. A declarante não informa se ela ou o cônjuge exercem alguma atividade, mas relata que Bonifácia, mãe de Augusto, é escolhedora de fumo:

Aos quatro dias do mês de agosto de 1881, neste distrito de paz, da cidade de Cachoeira, província da Bahia, em meu cartório compareceu Felicidade Maria Ribeiro na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, apresentou-me uma criança do sexo masculino e declarou que no dia 4 de junho, às 11 horas da manhã, deu luz à dita criança. A declarante é casada com Augusto Marçal de Cerqueira Lima, filho natural de Bonifácia Cerqueira Lima, escolhedora de Fumo e ambos cônjuges naturais e residentes nesta cidade¹⁸⁶.

No caso de Ana Joana Silva, cujo filho é resultante do envolvimento com Albino Pedreira França, que se apresenta como charuteiro, o registro é mais um exemplo de arranjos familiares no contexto fumageiro:

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 1881, neste distrito de paz da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, município da cidade de Cachoeira, província da Bahia, em meu cartório compareceu Albino Pedreira França e perante as testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, apresentou-me uma criança do sexo feminino e declarou que no dia 24 de junho do ano corrente Ana Joana da Silva deu a luz a filha dele, o declarante. Que ambos são solteiros, ele natural da

¹⁸³ Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C33X-QQZD-N?i=51&cat=3037907>. Acesso em: 21 set. 2019.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem.

capital da província, charuteiro, filho de Thereza Pedreira e a parturiente natural de Conceição da Feira, filha natural de Joana Serra, ambos moradores desta cidade. De que para constar, lavro este termo e comigo assinam o declarante, que não saber ler, nem escrever, Eduarda Joana e as testemunhas, Martino Dias do Nascimento e Félix Borges Gondinho, este morador de São Félix, onde é empregado no comércio e aquele morador dessa cidade, que é empregado na estrada de Ferro Central¹⁸⁷.

Clíssio Santana, analisando processos-crimes e inventários, localizou diversos libertos, escravos, pessoas livres de cor e brancas trabalhando conjuntamente nas fábricas de charutos do Recôncavo¹⁸⁸. Barickman, ao pesquisar as características do Recôncavo Açucareiro e Fumageiro, demonstra que os lavradores do fumo tendiam a comprar menos escravos do sexo masculino que os senhores de engenho e os lavradores de cana, não só porque os preços das escravas eram mais baixos, mas porque podiam aproveitar com vantagem o trabalho de mulheres e crianças no cultivo de fumo. Os lavradores de fumo, ao contrário dos senhores de engenho e lavradores de cana, empregavam seus escravos na produção de gêneros alimentícios para o consumo doméstico: não só a mandioca, mas também o milho e o feijão¹⁸⁹. Tal afirmação é demonstrada no inventário de D. Maria Roza de Santana, que faleceu em 25 de março de 1868, na Fazenda Cocão, localizada na Freguesia de São Gonçalo dos Campos¹⁹⁰. Dentre as inúmeras benfeitorias da inventariada, estão:

Um armazém sobre esteios, coberto de telha, paredes de taipa, serve para fazer farinha, situado na Fazenda Cocão, avaliado em trinta mil réis, e outro dito na mesma fazenda que serve para o fabrico de fumo, sobre esteios, coberto de telha, avaliado em oitenta mil réis (...). Francisco, crioulo, do serviço da lavoura, avaliado em um conde réis; Amaro, crioulinho de doze anos de idade, mais ou menos, do serviço da lavoura, avaliado por quinhentos mil réis; Maria Crioula, grávida, de trinta anos, do serviço da lavoura, avaliada em setecentos mil réis; Delfina, crioulinha de quatro anos de idade, filha da dita, avaliada em trezentos mil réis e, Maria, crioulinha, de três anos de idade, também filha da dita, avaliada em duzentos e cinquenta mil réis¹⁹¹.

A realidade das benfeitorias de Angélica Maria de Jesus, falecida em 1871¹⁹², em São Gonçalo dos Campos, é uma pequena amostra de casos recorrentes na região fumageira:

¹⁸⁷ Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C33X-QQZD-N?i=51&cat=3037907>. Acesso em: 21 set. 2019.

¹⁸⁸ SANTANA, “**Ele queria viver como se fosse homem livre**”...

¹⁸⁹ BARICKMAN, **Um contraponto baiano...**

¹⁹⁰ Arquivo Público de Cachoeira. Estante 02, Cx. 206. Maço 2312.

¹⁹¹ Arquivo Público de Cachoeira. Estante. 02, Cx. 2016. Maço. 2316.

¹⁹² Idem.

Diz Antonio Roza Valle que tendo falecido a sua mulher Angélica Maria de Jesus, no dia 16 de fevereiro de 1871, sem testamento, quer o suplicante proceda com o inventário dos poucos bens do casal que consiste numa casinha, uma casa na Fazenda Tapera, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos e que foi avaliado por trezentos mil réis que se procedeu do falecimento do pai do suplicante e duas escravas sendo uma velha e doente, a fim de dar a partilha aos seus herdeiros (...). Sendo elas, Joaquina, crioula, solteira. De idade de trinta e oito anos, natural da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, do serviço da lavoura e avaliada em quatrocentos mil réis e Agostinha crioula, solteira, de idade de cinquenta anos, natural da freguesia de Oliveira, do serviço da lavoura, avaliada em trezentos mil réis¹⁹³.

Gênero , violência's e famílias negras no pós -abolição

O processo descrito abaixo nos coloca em contato com a dinâmica do trabalho, as relações de gênero e a operacionalidade dos conceitos de infância e juventude nas regiões fumageiras, bem como o sentido de família, tendo em vista que, segundo Muaze (2006), para acompanhar o fio de um destino familiar, em particular, deve-se ter em mente a necessidade de recuperar as mediações existentes entre a racionalidade individual e a identidade coletiva¹⁹⁴. Nesse sentido, é muito importante destacar a análise de Martha Abreu (1989), em *Meninas Perdidas*, sobre o pensamento e as práticas jurídicas acerca da sexualidade, entre o fim do século XIX e início do XX. Delegados, juízes e promotores oscilavam entre intenções marginalizadoras e civilizadoras no exercício do seu papel de ditadores e guardiões da moral e dos bons costumes. Tais autoridades construam os perfis de culpados e inocentes de forma a definirem padrões de comportamento adequados e difundí-los através do efeito propagador e didático dos julgamentos públicos. Sobre as mulheres recaíam os dever de zelar pelas regras de condutas sexuais e higiênicas, de serem honestas, recatadas e bem comportadas¹⁹⁵. E esse discurso moralizante reforçava a marginalização das classes populares.

A história de Bruno Ramos, um rapaz de 14 anos, filho de Maria do Pereira, solteiro, brasileiro, natural do Arraial de Belém, que se ocupava em trabalhar na roça, e Bernardina de Tal, uma criança de 7 anos, ocorrida na Freguesia de Belém, pertencente ao Termo de Cachoeira, no dia 11 de julho de 1876, aproximadamente às 11 horas da manhã, na casa de Manoel Custódio, pai de Bernardina, que no momento do delito encontrava-se no trabalho em suas malhadas de fumo, deixando a menina Bernardina em

¹⁹³ Arquivo Público de Cachoeira. Estante. 02, Cx 2016. Maço. 2316.

¹⁹⁴ MUAZE, **O Império do Retrato...** Op. cit., p. 9.

¹⁹⁵ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

casa a cuidar de outra criança aleijada, quando o agressor Bruno Ramos, que certamente sabia da rotina da família, entrou, agarrou-a violentamente, conduzindo-a para um quarto, e deflorou-a¹⁹⁶. Diante da situação, a expressão mais correta, penso, seria “estuprou-a”, mas o processo utiliza o termo “defloramento”, ao passo que nos seus autos consta:

[...] ahí achando-se a menos Bernardina em casa balançando outra criança, pegou-a e derrubando-a serviu-se da mesma à força, a qual se acha em risco de vida, pois a dita Bernardina ainda não conta com sete anos de idade e está principiando a mudar os primeiros dentes da frente [...].

A menor, conforme o processo, foi deixada em um estado deplorável, cercada por uma poça de sangue. O corpo delito foi realizado dias depois da violência, de acordo com o resultado da análise médica, houve introdução forçada de um corpo estranho nas partes íntimas de Bernardina, deixando-a dilacerada, e comprovou-se também a cópula carnal.

Bernandina, filha de Januária, parda, natural do Arraial de Tibiri, Freguesia de Conceição da Feira, em seu depoimento relatou que conhecia Bruno Ramos, porque estava alugado na casa de seu pai, onde comia e dormia. A criança seguiu falando que foi deflorada por Bruno e no dia que se achava em casa sozinha, cuidando de seu primo aleijado que se encontrava deitado em cima de uma mesa, no momento que viu Bruno Ramos chegar e pegar-lhe pelo braço, querendo levar-lhe para dentro de um dos quartos, ao que ela, a respondente, querendo gritar, Bruno apertou-lhe o queixo e assim foi conduzindo-a até dentro do quarto, e lá chegando, depositou-a em cima de uma cama e tratou de por em execução seu brutal apetite; acabando de conseguir, viu que ficou uma enorme quantidade de sangue em suas vestes e no quarto, nesse momento entrou uma vizinha na casa e vendo o estado que se encontrava ela, Bernardina, perguntou a Bruno o que era aquilo; ele respondeu-lhe que não era nada, querendo tal vizinha chamar o pai de Bernardina, Bruno disse que não era preciso, mas mesmo assim a vizinha, que se chamava Rosalina, saiu para procurar o pai da ofendida. Neste tempo, Bruno ficara fazendo promessas de dar-lhe um vintém para a respondente não dizer nada a seu pai, daí a poucos instantes algumas pessoas prenderam Bruno, este repetia insistentemente que a queixosa teria caído de uma goiabeira e se estrepado em um cafezeiro, por isso se encontrava em tal estado. Bernardina relatou também que há muito tempo Bruno lhe fazia promessas e agrados, convidando-a para ir com ele a certos lugares, e que ela, a respondente, nunca aceitou. Fato curioso é a ausência da mãe de Bernardina, Januária Ferreira de Souza, no

¹⁹⁶ APEB. Tribunal da Relação. Est. 09, cx. 373, Maço 08.

dia que o estupro aconteceu, mas no decorrer do processo, ela justifica a ausência perante o juízo e no acompanhamento dos termos de queixa por estar amamentando outra filha recém-nascida, impossibilitando-a de sair de casa, sendo substituída por um procurador. Entende-se que Januária formou outra família além da que pertencia à pequena Bernardina e Manoel Custódio.

Todas as testemunhas do processo se ocupavam com os trabalhos nas malhadas de fumo, como por exemplo, Felicíssimo Pereira de Souza, natural de Belém, com 25 anos, lavrador. Felicíssimo relatou que no dia do acontecido estava indo de suas malhadas¹⁹⁷ para casa, quando encontrou no caminho o querelado Bruno Ramos, preso por Manoel Custódio e outras pessoas que se dirigiam à casa de queixas e ele, testemunha, resolveu acompanhá-los até a referida casa, onde a menor Bernardina já estava. A testemunha, Maria Vivência de Jesus, de 25 anos de idade, solteira, costureira, relatou:

[...] achando ela em sua casa quando chegou Maria Rosalina que lhe pediu que fosse chamar Manoel Custódio dos Anjos que estava na malhada perto da casa dela para vir ver a menor Bernardina que se achava na casa dele toda lavada de sangue, a mesma Rosalina carregou-a e a levou-a para casa de queixas, no caminho foi perguntando à menor o que havia lhe feito àquelas ofensas, Bernardina respondeu que estando cuidando de uma criança aleijada chegou o queixado que arrastou para um quarto e aí deflorou-a [...].

Continuando com os depoimentos, Augusto Pereira do Lago, de 22 anos, lavrador, solteiro e natural da Freguesia de Conceição da Feira, contou que se achava na roça e soube que o réu tinha deflorado Bernardina, filha de Januária Maria de Jesus, cujo fato se dera na casa de Manoel Custódio, onde morava a dita menina, querendo ele, a testemunha, saber mais do acontecido, dirigiu-se até lá, mas no caminho disseram-lhe que a menor já não estava mais na casa de Custódio e sim na casa de sua mãe Januária, para onde se dirigiu. Chegando lá, viu a menina deitada, sem cor, maltratada a ponto de precisar de ajuda para se virar. Segundo Augusto, muitas pessoas estavam na casa e todas acusavam Bruno de ter deflorado a menor.

Maria Carolina de Souza, testemunha de 40 anos de idade, natural da Freguesia de Conceição da Feira, solteira, que disse viver de costuras e ser prima terceira do réu, relatou que no dia que se deu o fato ela se achava na casa de Marcolino Pereira, irmão de Manoel Custódio, pouco distante da casa do mesmo, quando apareceu um filho dela dizendo que Bernardina fora deflorada por Bruno Ramos, preso por Manoel Custódio, e

¹⁹⁷ Plantações de fumo.

Bernadina teria sido levada para a casa de sua mãe Januária. Na casa de Manoel Custódio foi encontrada uma bacia de sangue e uma jaqueta velha com manchas de sangue, usada pelo agressor para tentar limpar o sangue espalhado pela casa. Carolina relatou também que Bruno Ramos morava na casa de Manoel Custódio e era afilhado deste, informação que o réu deu em seu depoimento, dizendo-se afilhado de Manoel Custódio, e no dia que abusou de Bernardina estava trabalhando nas malhadas, junto com o padrinho, quando o mesmo lhe mandou ir buscar um “boião de água” em casa. Chegando ao local, encontrou Bernardina toda ensanguentada, que teria caído de um pé de goiaba e se estrepado num cafezeiro, negando sempre que tinha cometido o delito, como também a oferta de dar 1 vintém à Bernardinha, para que a mesma não contasse nada ao pai. Bruno continuou o relato dizendo que Bernardina morava com o pai e o avô, sendo seu avô desafeto do agressor “por não querer pagar seus salários como seu alugado” e as testemunhas, parentes de Bernardina, “juraram falso” falar a verdade perante o juiz.

O mais impressionante no processo é que, para se eximir da pena, o curador do réu sugeriu o casamento com Bernardina, a fim de “reparar-lhe o mal” e em respeito ao parentesco de ambos, sendo Januária intimada em juízo para se posicionar sobre a proposta, “Januária Ferreira de Jesus disse que de maneira alguma consentiria semelhante casamento; porquanto, o acusado era um homem sem meios de vida que nem residência própria tinha, e que, portanto não poderia concordar com tal casamento”¹⁹⁸. A pequena Bernardina se negou a aceitar a proposta, dizendo que o acusado a maltratava e já tentou matá-la, referindo-se ao estupro. Insistentemente, o curador de Bruno solicitou que o juiz perguntasse à menor quem a aconselhou a dizer que não queria casar neste juízo, Bernardina respondeu que sua mãe lhe disse para não querer casar, mas que ela, por vontade própria, não queria tal casamento. Bruno, mesmo sustentando a versão que não foi o autor do defloramento, respondeu em juízo que se casaria para se livrar da prisão. Após o réu ser condenado a cinco anos de prisão, o curador continuou as razões da apelação, relatando que “o que explica a violência não é a tenra idade da vítima, mas os meios de violentos empregados para conseguir os fins desejados”¹⁹⁹ e que a injustiça reside em um Juiz, representante do trono da verdade, se curvar à vontade de uma mãe desnaturada que prefere ver sua filha desonrada, marchar a senda da prostituição, do que

¹⁹⁸ APEB. Tribunal da Relação. Est. 09, cx. 373, Maço 08.

¹⁹⁹ APEB. Tribunal da Relação. Est. 09, cx. 373, Maço 08.

lavada a mácula pelo próprio autor dela, ver sua filha receber os entes sacros em nome de mulher casada. Prossegue relatando que a pequena Bernardina seguiu os caprichos de sua mãe, “uma mulher perdida e que deseja que sua filha a imite no caminho da imoralidade, caminho da perdição e prostituição. A lei quer moralidade e não pode seus executores concorrer para o contrário disso”.

A constituição do arcebispado não se opõe a realização do casamento, atento a idade da menor ao tempo do defloramento, parece e é de toda justiça, que neste caso, se deverá seguir o casamento, já em cumprimento da lei, já para salvá-la da prostituição uma menina que virá vir constituir uma família legítima, e já finalmente não venha triunfar o capricho filho da estupidez de uma mulher ignorante, e com ele a condenação desmerecida e antilegal de quem, acorbertado com a lei quer reparar a ofensa praticada²⁰⁰.

O apelante segue pedindo ao superior tribunal uma providência legal para efetuar o casamento, que segundo ele trará mais vantagens à sociedade, à lei, do que a condenação do réu, e com ela a perdição perpétua de uma menina que não pode e nem deve ser sacrificada pelos caprichos de sua mãe. Conforme as palavras do curador do réu:

Assim a moralidade ganhará, a lei será respeitada e mantida, a sociedade não terá que presenciar um mais um quadro feio, triste e repugnante vendo lançada na carreira da prostituição e da miséria uma menina que por capricho daquela que deveria prezar por sua honra e por sua dignidade²⁰¹.

No entanto, o advogado de Bernardina postulou que a lei deveria ser entendida em termos hábeis e não no absurdo inqualificável que seria o casamento da vítima com o réu, porque repugnaria as leis da natureza, e prossegue:

Só se pode contrair matrimônio aos quatorze anos sendo varão, e aos doze anos completos, sendo fêmea, palavra da constituição arcebispado, artigo duzentos e sessenta e sete, salvo quando antes da dita idade constar que tem descrição e disposição bastante que supra a falta daquela: citado artigo da constituição... um grande número de expectadores que comparecerão à sessão presenciaram a impossibilidade absoluta de casamento, não só pela tenra idade da ofendida, mas pela configuração do delito e traços de organização²⁰².

O advogado de Bernardina e sua mãe evidenciaram que é impossível o consentimento materno ao casamento, por valiosas razões:

Não se há de entregar uma criança a um homem, que não tem residência, e menos ainda meios de vida, um perfeito vadio, vagabundo porque ao invés de moralizar o fato seria agravado com a prostituição, seria um mal maior e sem

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

paradeiro. Parece que temos o dito o bastante para demonstrar improcedência ao recurso interposto²⁰³.

O processo se arrastou até o ano de 1878, quando Bruno presumivelmente já estava com 16 anos e Bernadina com 9 anos. No entanto, ainda em 1876, encontramos um pedido de *Habeas Corpus*²⁰⁴ para Bruno Ramos, feito por Maria Pereira de Jesus, sua mãe. O documento alega que seu filho menor, de nome Bruno Ramos, está preso à disposição do delegado de polícia sem ordem legal e sem razões para tal, e que o mesmo precisa ser alistado como recruta, mas isso só pode ocorrer quando ele tiver 19 anos completos, e ele tem 14 anos comprovados, com certidão que mandou extrair em Conceição da Feira. A impetrante continuou meios para conseguir o *Habeas Corpus*: “[...] por sua idade, conta seu filho como único arrimo, tendo além dele, mais quatro filhos menores, inclusive um aleijado [...]”²⁰⁵.

Esse triste infortúnio na vida de Bernardina é elucidativo para se pensar a evolução e a operacionalidade do conceito de moralidade, estritamente atrelado às vivências femininas, sendo o fardo de mulheres pobres e negras aos olhos de uma sociedade patriarcal e racista; o sentido da infância totalmente diverso, e segundo Fraga Filho (1996), no caso de Salvador, existia uma distinção entre as crianças que nasciam em conjunturas sociais livres, libertas e escravas. A ideia de infância, também, não era compreendida de maneira igual para cada criança que fazia parte desses grupos. Desse modo, as crianças desfavorecidas, além de experimentar os rubores das ruas, eram consideradas como mendigas, moleques e vadias²⁰⁶. Penso que seja uma definição extremamente delicada, pois como indica a matéria abaixo, do Jornal *A Imprensa*, da cidade de Cachoeira, de dezembro de 1884²⁰⁷, não tem definição que dê conta do que poderia ser considerada a infância para meninos e meninas negras.

Existe nesta cidade uma pessoa que é senhor de duas escravas, uma dellas deve a infelicidade de ter um filho, oh fatal infelicidade, pois saiba vosmicê sr. Redator qual é o procedimento do dito senhor com a escreva e o ingênuo? É o mais revoltante, o mais desumano, o mais selvagem que dar-se pode, pois nega aesta o direito de amamentação e entrega aquele para servir de boneco reacetivo a seus filhos, os quais lhe infligem os maiores maus tratos que podem imaginar. E isso com um inocente que tem apenas 4 meses, nem por

²⁰³ APEB. Tribunal da Relação. Est. 09, cx. 373, Maço 08.

²⁰⁴ APEB. Habeas Corpus. Seção Judiciária, 1876. Est. 01, cx. 05, m. 19.

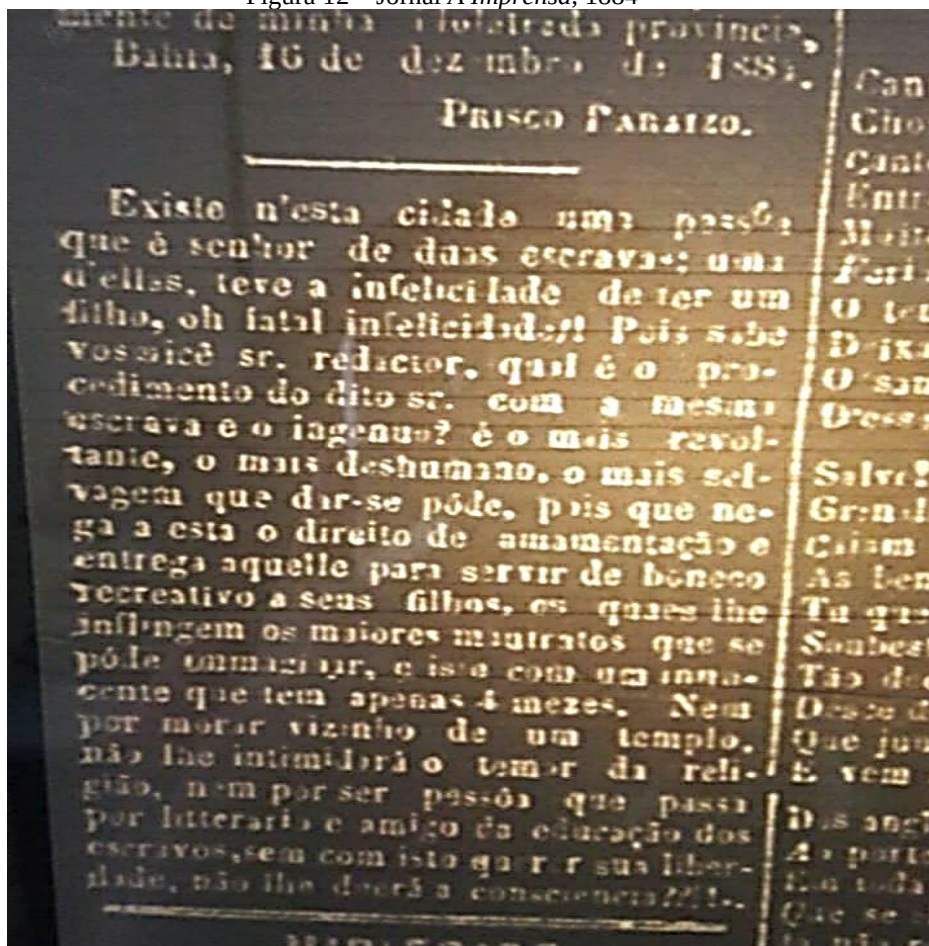
²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.

²⁰⁷ Arquivo Público da Bahia, flash 43, filme 08. *A Imprensa*, Cachoeira 1884-1885.

morar vizinho de templo não lhe intimidará o temor da religião e nem por ser pessoa que passa por ser literário e amiga da educação dos escravos, sem com isto querer a sua liberdade, não lhe doerá a consciência?

Figura 12 – Jornal *A Imprensa*, 1884



Fonte: Arquivo Público da Bahia.

De acordo com Mattoso, no curto período de vida de crianças, entre os 3 e os 8 anos, iniciavam-se as relações sociais com os senhores e os demais cativos, sendo que nos dois últimos anos a criança começava a prestar pequenos serviços; a fase dos 7 aos 12 anos não era mais a idade da infância, pois sua força de trabalho era explorada ao máximo²⁰⁸. Em seu estudo, Maria Cristina Luz Pinheiro encontrou crianças com apenas 4 anos de idade trabalhando, entretanto, para a autora, mais importante que a precisão da idade em que elas começavam a vida de trabalhadoras, importa saber que as crianças estavam longe de ser um peso para os proprietários e que, desde muito cedo, elas podiam ser encontradas no processo produtivo, seja no serviço doméstico, na lavoura, no

²⁰⁸ MATTOSO, Kátia de Q. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 51- 55, 1988.

comércio ou, em alguns casos, como mão de obra qualificada²⁰⁹. Os laços de parentesco, familiares ou de solidariedade, possibilitados por trajetórias individuais e coletivas no seio das comunidades negras, pobres e rurais, recém-egressas da escravidão, variavam de acordo com as especificidades de cada localidade.

Os legados da escravidão impactaram diretamente nas normas socioculturais, trata-se de uma constelação de questões de gênero, feminilidade, masculinidade, sobre o *status* de menina/mulher de maneiras díspares em cada contexto. É importante que tais questões, resguardadas as suas devidas especificidades, sejam pensadas interseccionalmente e, de acordo com Hill Collins (2021), a interseccionalidade não só é um método de fazer pesquisa, mas também é uma ferramenta de empoderamento.

2.1 Cotidiano, trabalho e conflitos no mundo das charuteiras

*Onde há homem, há briga, onde existe mulher,
existe fuxico.*

*Mas dessa vez foi o contrário. O fuxico que fez foi
o homem e a briga foi de mulher, disse Cantídia.*

Mariah Costa Penna

A história de Rosalina Góes de Freitas e Etelvina Maria da Conceição, preservada através de um processo-crime²¹⁰ de tentativa de homicídio, ocorrida em 6 de fevereiro 1892, na cidade de Cachoeira, nos dá uma dimensão dos conflitos, do cotidiano, dos jogos de poder e da demarcação de espaços no mundo das charuteiras. Neste caso, foram arroladas cinco testemunhas: Luiz Magno Dias, Porcino Ferreira de Melo, Eufrosina Rosa Guerreira, Florentina de Tal e Alexandrina de Tal. No dia 6 de fevereiro de 1892, ao cair da tarde, entre 6h e 6h30min, possivelmente, ao findar o expediente nas fábricas de charuto, Rosalina feriu “bastantemente” Etelvina, em uma rua chamada Rua da Lama, hoje conhecida como Rua Manoel Bastos, segundo Dias Nascimento²¹¹, um local ocupado por candomblezeiros, charuteiras, ganhadeiras e africanos. A imagem a seguir retrata a referida rua, povoada pelas classes menos abastadas, no início do século XX, em Cachoeira:

²⁰⁹ PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade do Salvador, 1850-1888. **Afro- Ásia** – Centro de Estudos Afro-Orientais, n. 32, 2005.

²¹⁰ APEB. Tribunal da Justiça, 1892. Est.17, cx. 691, maço 14.

²¹¹ Luiz Cláudio Dias Nascimento, historiador cachoeirano.

Figura 13 – Rua da Lama, 1908



Fonte: Acervo Erivaldo Brito. Arquivo Público da Bahia.

Após passar pelo exame de corpo delito, na Santa Casa de Misericórdia, onde foram comprovados inúmeros ferimentos feitos a navalhadas, Etelvina Maria da Conceição, de 20 anos de idade, solteira, filha legítima de José Pereira da Conceição e Florentina Maria da Conceição, natural de Maragogipe e residente em Cachoeira, foi submetida ao auto de perguntas para dar andamento aos certames processuais. Quando indagada sobre sua profissão e sobre os fatos que resultaram nos ferimentos, Etelvina respondeu que era charuteira e tinha uma rixa antiga com Rosalina de Tal, por causa de um rapaz chamado Manoel de Tal, que era pai de um filho dela (de Etelvina). Ela conta que a dita Rosalina vivia insultando-a constantemente com palavras desonrosas e também a ameaçava com instrumentos como facas, navalhas etc. No dia 6 de fevereiro, às 18h30min, estando ela, a respondente, em sua casa, foi desrespeitada por Rosalina, armada com uma navalha, que a convidava para brigar, e ela se negou, sendo posteriormente intimada por Rosalina a não passar mais na Rua da Lama. Depois, Rosalina seguiu seu caminho, e mais tarde a respondente teria recebido o recado de uma mulher conhecida por Nenem “que lhe viesse pagar um dinheiro que ela, a respondente lhe era devedora” e, justamente, a mulher morava na Rua da Lama, próxima à casa de Rosalina, há poucos instantes que foi feita a intimação de não passar pela referida rua, conforme o depoimento de Etelvina. Temendo a agressora, apanhou um facão, e na

ocasião em que passava para pagar o dinheiro da mulher, Rosalina lançou-se sobre ela, armada de um cacete, e descarregou-lhe nesta ocasião diversas cacetadas. Ela, a respondente, estava armada com um facão, defendendo-se da agressora, fazendo-lhe também alguns ferimentos. Segundo Etelvina, ela nunca tinha tido nenhuma questão com Rosalina, e passou na Rua Lama depois da intimação feita pela ofensora, porque tinha que pagar o dinheiro à dita Nenem, que morava em frente à Rosalina. Etelvina foi perguntada sobre o motivo de não se apresentar às autoridades no dia em que Rosalina lhe fora insultar, ao que respondeu que não teve essa lembrança na ocasião.

No decorrer do processo, Luiz Magno Dias, solteiro, carpinteiro com 31 anos de idade, ao testemunhar o ocorrido, relatou que no referido dia e horário viu Rosalina de Tal sentada na porta de sua casa, depois viu Etelvina de Tal passar pela Rua da Lama em direção à casa de Rosalina, quando esta se levantou e se lançou sobre Etelvina, armada com pedaço de lenha, ficando ele, a testemunha, de pé para ver o resultado, foi quando as duas se uniram e foram ao chão, e ele foi apartar o barulho, mas quando se aproximou, já estavam ambas feridas. Etelvina, com alguns ferimentos na cabeça e em uma das fontes, e quanto à Rosalina ele não presenciou bem, porque estava ocupado com Etelvina, procurando desarmá-la e efetivamente o fez, tomando-lhe das mãos uma pequena faca, e pouco antes da sua chegada outro rapaz já tinha tomado um facão das mãos de Etelvina, e continuou o depoimento dizendo que Rosalina trazia nas mãos um pedaço de lenha que quebrou em Etelvina e uma pequena faca de ponta aguda. O depoente disse conhecer Rosalina e Etelvina, e as definiu como “mulheres de má vida”, mas que não eram provocadoras.

Já Porcino Ferreira de Melo, de 28 anos, solteiro, lavrador, natural do distrito de Belém e morador de Cachoeira, respondeu que, voltando de sua roça viu Etelvina passando pela porta de sua casa com um facão na cintura, continuando ele com sua marcha, viu também uma rapariga de nome Rosalina de pé, olhando para a rua onde se achava Etelvina. Momento depois, ele, estando em sua casa a lavar seus pés, ao escutar alaridos, mandou sua companheira ver o que era, e ela lhe respondeu que eram duas raparigas que estavam se acabando e que, de fato, chegando ele na janela, viu Rosalina e Etelvina rolando em briga pelo chão. Viu Etelvina ferida e Rosalina se gabando, dizendo: “agora sim que eu estou satisfeita porque quebrei a cabeça desta burra”. E algumas pessoas reprovaram o procedimento de Rosalina, que saiu novamente batendo nos peitos e gritou “quem deu fui eu!”. Porcino continuou relatando que dias depois, de sua janela,

viu Rosalina com o braço amarrado, mas ele ignora a causa e disse que ouviu dizer que uns dias antes do conflito Rosalina foi à porta da casa de Etelvina e insultou-a vergonhasamente, a ponto de despertar a atenção dos vizinhos.

Continuando com a apuração da versão das testemunhas, a terceira a relatar o caso foi Eufrosina Rosa Guerreira, de 28 anos de idade, solteira, costureira e residente de Cachoeira, que disse que numa sexta-feira, cerca de 7 horas, estando sentada na porta de sua casa, na Rua do Rosário, viu Rosalina ir à casa de Etelvina insultá-la gravemente, ameaçando a ofendida, dizendo-lhe que havia de botá-la na Santa Casa de Misericórdia por seis meses, assim como tinha feito com uma mulher da cidade de Feira de Santana, porém, apareceu um homem chamando-a e mandando-a embora, e a dita Rosalina continuou gritando que Etelvina não deveria aparecer mais na Rua da Lama, onde a ofensora morava. No dia seguinte, ela soube por terceiros que as duas tinham se pegado e ambas saíram feridas, e a briga teria sido porque uma estava enciumada de um tal Manoel.

Alexandrina de Tal, quarta testemunha, disse ter presenciado Rosalina e Etelvina proferindo palavras ofensivas uma contra a outra. E Florentina Bispo da Silveira, a quinta e última testemunha, disse não conhecer nenhuma das duas mulheres envolvidas no delito, caracterizou Rosalina como uma mulher baixa e Etelvina como alta e gorda, que carregava uma faca e um facão, e que viu que Rosalina se encontrava caída no chão e Etelvina tentou furá-la nos braços com o facão.

Finalmente, no dia 3 de maio de 1892, no ato de qualificação, Rosalina Alves Freitas se definiu com 23 anos de idade, solteira, brasileira, filha legítima de Francisco Alves, falecido no momento do processo, e de Joanna Evangelista, e que ganha a vida sendo charuteira, não sabendo ler e nem escrever, residente na cidade de Cachoeira, continuou dizendo que não precisava de esclarecimentos sobre o fato. Com relação às testemunhas arroladas, respondeu que as conhecia e que não tinha nada contra a elas, recusou-se a responder sobre o motivo da contenda e indicou seu advogado como melhor pessoa para justificar a sua inocência, negando que tinha ferido Etelvina, encerrando assim o interrogatório, sendo Rosalina recolhida à cadeia.

Na leitura dos casos de Rosalina e Etelvina, as duas charuteiras certamente se desentenderam por disputarem o mesmo “amásio”, uma história que nos faz perceber a dinâmica das ruas, as ocupações exercidas pelas classes populares no contexto e período estudado, os costumes, as organizações familiares das envolvidas no processo, as redes

de sociabilidades, as habitações, as construções das afetividades, bem como a importância de manter a sobrevivência, ao ameaçar deixar Etelvina parada por alguns meses, possivelmente elas dividissem o mesmo local de trabalho, na intenção de não deixar Etelvina ter meios de subsistência e/ou ficar longe de Manoel de Tal.

Dessa forma, neste capítulo compreendemos como a colonização e a escravidão delinham os caminhos de inserção das mulheres negras na sociedade, não perdendo de vista as particularidades econômicas e históricas do Recôncavo Fumageiro, e seus aspectos que revelam relações de gênero e conceitos de moralidade e infância, questionando os paradigmas universais que excluíram tais mulheres e crianças.

3 ENTRE PARADIGMAS DE DECÊNCIA E EXPLORAÇÃO: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NO RECÔNCAVO FUMAGEIRO

Ela nem se dava conta de nada, nem percebia a extensão da sua vida de mulher vigorosa e útil. Que Destino é perfeito? Que virtude se desenvolve? Que vida se estimula? Na desgraça que humilha a criatura nascida do sofrimento e desencantos da miséria.

Neste capítulo analisaremos as relações de trabalho através da utilização das fichas das funcionárias da Dannemann e de jornais, evidenciando processos de resistência de mulheres negras, apesar das lógicas opressoras presentes no pós-abolição no Recôncavo Fumageiro, bem como as permanências, rupturas e reinvenções através das hierarquias socioeconômicas que se formaram nesse contexto. Em outras palavras, buscaremos evidenciar a conexão entre racismo, sexismo e exploração de mulheres negras nesse contexto, destacando os processos de resistência protagonizados por essas mulheres. Para tanto, faremos uso também do livro *Vidas da vida*, de Mariah Costa Penna, publicado em 1989²¹² e do documentário *Erva Bruxa*, produzido em 1970 e disponibilizado no site Cartografia do Recôncavo²¹³, com o objetivo de retratar a realidade²¹⁴ das regiões fumageiras, a exploração a que lavradores estavam condicionados durante o século XX, a cooptação dos sindicatos pelos donos das fábricas de charutos e de armazéns de beneficiamento do fumo e a produção doméstica de charutos²¹⁵. Cruzaremos a literatura com as fontes históricas, como possibilidade de ler as marcas da sociedade e da cultura no interior dos escritos e, de outro lado, compreender o significado deles na sociedade, sendo imprescindível criar estratégias para estabelecer um diálogo entre os textos e o mundo circundante²¹⁶.

Conforme reportagem do Jornal *O Estado do Paraná*, de 25 de fevereiro de 1989, sobre o livro *Vidas da vida*:

Sente-se em seus textos os reflexos de personagens reais, com histórias acumuladas ao longo de toda a sua vida – o que faz com que a leitura de seu livro (o segundo que publica, pois há 12 anos, pela Editora Tommes já havia lançado “A Casa do Morro”) seja agradável e estimulante. São seis textos avulsos – “Pedaço de Vida”, “Adversidade”, “O Anjo do Canteiro”, “A Menina e o Cão”, “**Charuteiras**” e “O Mar e o Menino”, que espelham o universo de pessoas simples e extremamente humanas – em suas paixões,

²¹² PENNA, Mariah Costa. **Vidas da vida** – aos humildes e humilhados. Brasília: Horizonte Editora Ltda., 1989.

²¹³ Disponível em: <https://cartografiadocinemanoreconcavo.com/filmes/erva-bruxa/>. Acesso em: 19 out. 2021. O filme tem esse título, pois segundo o autor D. Rodrigo Xerxes foi preso pela inquisição na Espanha por produzir seus próprios charutos sob denúncia de bruxaria, então o tabaco foi conhecido como Erva de Bruxa, posteriormente Erva Santa e até Erva mágica. Para saber mais: <https://www.thomazfarkas.com/filmes/erva-bruxa/>. Acesso em: 19 out. 2021.

²¹⁴ FARKAS, Thomaz. Cinema Documentário: um método de trabalho. 1972. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1972.

²¹⁶ CELSO, Antonio. Literatura. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 61-91.

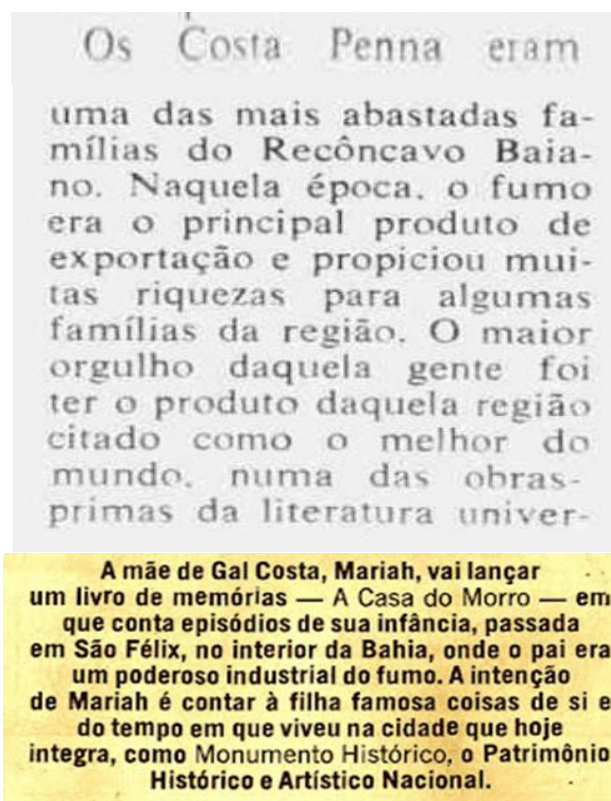
problemas do cotidiano, dúvidas e inquietações. Na dedicatória, Dona Mariah reporta-se a Dostoiévski ao dedicar seu livro aos “humildes e humilhados”, mas acrescenta seu justo orgulho de ver a filha Gal como uma de nossas maiores estrelas: “tudo que escrevo é para minha filha”. No curto prefácio, Márcia Stein diz com precisão: “a linguagem porreta de boa, faz sorrir de saudade de um tempo que se a gente não viu, reconhece por ser brasileiro. A postura é a do galo; das esporas prontas para a briga, essa que acontece todo dia, a de sobrevivência do corpo e da alma”.

Mariah Costa Penna é natural de São Félix, no Recôncavo da Bahia, nasceu em fevereiro de 1905 e faleceu em 1993, no Rio de Janeiro. Além de *Vidas da vida*, nos anos 70 do século XX a autora publicou o livro *Casa no morro*, sobre o qual só conseguimos localizar recortes de jornais²¹⁷ que indicavam que era um romance sobre a história de uma família abastada do Recôncavo, fato que possivelmente se confunde com a história da própria autora.

A reportagem de Pedrosa Filho define a família Costa Penna como umas das mais abastadas do Recôncavo, em decorrência das riquezas auferidas com a produção de fumo destinadas à exportação para países europeus no início do século XX. Esta informação é de extrema importância quando pensamos no apagamento da memória da escravidão, no tráfico ilegal de escravizados e na seletividade das perspectivas da história.

Figuras 14 e 15 – Revista Manchete

²¹⁷ Reportagem de Pedrosa Filho, de julho de 1972, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://caetanoendetalhe.blogspot.com/2013/11/1989-gal-e-dona-mariah-uma-festa.html>. Acesso em: 25 ago. 2021.



Fonte: Revista Manchete, 14 de outubro de 1978, nº 1.382.

A família Costa e Penna fundou a fábrica de charutos Utilidade, em 1851, ano do fim do direcionamento em larga escala do fumo para o tráfico ilegal de escravizados, negócio que proporcionou a formação da riqueza de várias famílias do Recôncavo. Caso semelhante foi da fundação da fábrica de charutos Fragância, em 1851, por José Furtado Simas.

Figura 16 – Jornal o Propulsor



Fonte: Jornal O propulsor, 1911, São Félix. APC.

Nos dois primeiros capítulos desta tese trouxemos vários autores que identificaram o fumo como uma lavoura de pobre, de quintal, cuja mão de obra era de produção familiar, um raciocínio coerente quando pensamos na produção destinada às fábricas de charutos e cigarrilhas da região. O Jornal *A Vanguarda*, de 1917, homenageia os fundadores da fábrica Utilidade, Manoel Costa Penna, Manoel Costa Penna Júnior e Luís Costa e Penna, cuja especialidade é a fabricação de charutos superiores.

15 JANEIRO 1927 NOVEMBRO 1927

Um grande emporio industrial de S. Felix

que honra a industria nacional

FABRICA "UTILIDADE" DE

Costa Ferreira & Penna

Sr. Manoel Costa Ferreira Junior, socio da firma

Sr. Costa Penna, socio da firma

Sr. Costa Penna, socio da firma

Uma plantação de fumo por mangues modernos, propriedade de Costa Ferreira & Penna

Especialidade em charutos superiores, dos quaes destacam-se, as incomparaveis marcas:

"Flor de Cuba" -- "Civilistas" -- "Flor de Havana" -- "Violeta" -- "Real Club" -- "Príncipe de Galles"

E MUITAS OUTRAS

End. Teleg. "Utilidade"

Codigos usados: "Ribeiro", "A. B. C.", "S. Ed." e "Particulares"

Casa Matris--S. Felix

Filiaes em Cachoeira e Muritiba

S. FELIX--BAHIA

O sobrenome da família Costa é recorrente nos registros encontrados por Pierre Verger em Fluxo e Refluxo tal constância se dá entre os proprietários e capitães dos navios. No século XVIII se encontrava no porto de Tanixuma, a oeste do Golfo de Benim, um navio pertencente a Luiz Coelho, morador da Bahia, de que era Capitão Manoel Luiz da Costa, em 1751 o autor cita um navio que saiu da Bahia, 12 de abril, com 8101 rolos de tabalho e voltou em 27 de junho de 1752 com 834 escravos, ou seja, uma média de 9,5 rolos por escravo²¹⁸. Em 12 de março de 1824 o Dianna saiu da Bahia e chegou ao porto do Molembo com uma carga de tabaco, aguardente, pólvoras e chapéus, o dono do Bergantim era Manoel Joaquim Carvalho da Fonseca e o capitão Manoel dos Santos Costa²¹⁹.

Em 17 de setembro de 1851, Pierre Verger destaca um episódio relatado pelo cônsul britânico que naquele no dia 5 do mês corrente (setembro) aproximadamente seiscentos escravos foram desembarcados no porto de Ilhéus, o vice-presidente da província enviou dois iates de guerra para ajudar capturar os negros, sendo que o juiz de Ilhéus conseguiu prender 112 escravizados e os enviou para Bahia (Salvador). O navio negreiro que seria capturado pelas autoridades da província foi afundado pelo seu capitão e a tripulação fugiu para interior do país. Nesse episódio, Wanderley Pinho, auditor na marinha na época, prendeu Francisco Balduino Ferreira, administrador das armações de baleia, e João da Costa Júnior o dono delas²²⁰. As armações de baleias recebiam um grande número de escravizados, o que leva a entender o vínculo dos Costa Penna com tráfico de escravizados.

A Bahia na segunda metade do século XIX foi responsável intenso tráfico de escravizados e a região que distribuía a referida força de trabalho para todo Brasil, esse período foi marcado por mudanças na sociedade e economia, ascensão das fábricas de charutos, declínio dos engenhos de cana-de-açúcar e uma economia voltada para manutenção da produção de charutos, por exemplo, a Fábrica Dannemann, conforme propaganda do Jornal A vanguarda de 1925, apesar de localizada em São Félix mantinha trapiches, armazéns de beneficiamento do tabaco em São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Nagé, São José, Muritiba, Maragogipe, Cruz das Almas, dentre outros. Em 1923, por exemplo, as fábricas de charutos de São Félix, Cachoeira e

²¹⁸ VERGER, Op. cit. p. 795.

²¹⁹ Idem, p. 478-479.

²²⁰ VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo**: do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII ao XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 509.

Maragogipe, as três principais cidades do Recôncavo Fumageiro, juntas, empregavam 7 mil operárias, sendo que a Danemann possuía mais de 3 mil, a Suerdick mais de 2,2 mil e as fábricas restantes 2 mil, que labutavam nas incontáveis pequenas unidades e no trabalho em domicílio²²¹.

Figura 18 – Operárias da Dannemann (início do século XX)



Fonte: Arquivo Público de São Félix.

Foi no contexto do trabalho nas fábricas que emergiram as possibilidades de as mulheres negras resistirem às lógicas opressoras e desafiarem os processos de coisificação e desumanização impostos por uma sociedade pautada da escravidão racial. Além da sobrevivência, como desdobramento das lutas operárias ocorridas no Rio de Janeiro no início do século XX, nas quais tecelões, sapateiros e estivadores reivindicavam uma jornada de trabalho de 8 horas, as charuteiras encabeçaram um movimento grevista, conforme os estudos de Aldrin Castellucci:

[...] no dia 16 de junho de 1919, cerca de 2 mil operários das fábricas de fumo das cidades de São Félix e Muritiba, especialmente os das firmas Costa Ferreira & Penna e Dannemann & Cia., entraram em greve reivindicando aumento salarial de 20%, jornada de 8 horas, direito de livre organização sindical e indenização por acidentes de trabalho. À frente desse proletariado fundamentalmente feminino estavam o advogado Luiz Soares e a União Operária de São Félix. Na manhã do dia seguinte, a multidão operária se dirigiu à vizinha cidade de Cachoeira com o intento de buscar novas adesões. Entretanto, encontrou pela frente a repressão. Com o auxílio de 8 praças da força pública, 15 funcionários públicos e 4 guardas-fiscais, o deputado Ubaldino de Assis interceptou os manifestantes, lançando mão de agressões dirigidas

²²¹ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. Salvador: Fieb, 2004. p. 231.

principalmente contra Luiz Soares, com quem aquele político da oligarquia local possuía uma antiga contenda. A associação Comercial da Bahia, atendendo ao pedido dos proprietários de fábricas, solicitou ao secretário de Polícia e Segurança Pública que enviasse tropas para reprimir o movimento, mas não parece ter sido atendida. Sem apoio das autoridades estaduais, os patrões tiveram que ceder às reivindicações dos operários, que saíram em passeata comemorativa pelas ruas de São Félix no dia 18, ao mesmo tempo em que arrastavam para o movimento seus colegas trabalhadores de Cachoeira²²².

No dia 16 de junho de 1919, os operários e as operárias das manufaturas de fumo cruzaram seus braços diante dos patrões, reivindicando aumento salarial de 20%, jornada de 8 horas, indenização por acidentes no trabalho e o direito de livre associação. O movimento contou com mais de 2 mil operários das manufaturas Costa Ferreira & Penna, Stender & Cia e da Companhia de Charutos Dannemann, das cidades de São Félix e Muritiba²²³. De acordo com o jornal *O Propulsor*, de 1911, somente a Dannemann contava com 2 mil operários. Mais tarde, todas as fichas das operárias e operários foram preenchidas, em 1938, constando a jornada de 8 horas de trabalho. Isso é reflexo da luta árdua contra a exploração do trabalho no contexto local e em âmbito nacional. A constituição de 1934 instituiu o salário mínimo, a jornada de trabalho de 8 horas, o repouso semanal, as férias anuais remuneradas e a indenização por dispensa sem justa causa.

Figura 19 – Jornal *O Propulsor*, 1911



Fonte: Arquivo Público de São Félix.

²²² CASTELLUCCI, **Industriais e operários baianos...** Op. cit., p. 235.

²²³ Idem.

Como consequência dessa greve, os portos de Cachoeira e São Félix foram afetados pela falta da importação do principal produto da região, o fumo. Contudo, a luta teve um final vitorioso para o proletariado, que em poucos conseguiu arrancar os 20% e as demais exigências dos patrões²²⁴. Os acordos foram fechados e no dia 18 de junho de 1919 os operários saíram em festa pelas ruas de São Félix, comemorando a vitória²²⁵.

Os jornais da época permitem que ampliemos nossa percepção sobre o contexto e o movimento econômico, geográfico e populacional acerca da produção de charutos. Por outro lado, é importante salientar que só tivemos a oportunidade de ter acesso à documentação que se refere aos patrícios do fumo e suas benfeitorias, raríssimos são os registros que encontramos sobre o operariado, sendo as fichas das operárias da Dannemann as principais.

Figura 20 – Jornal *A Vanguarda*, novembro de 1925

²²⁴ Não Ficaremos sem Charutos. *A Rua*. Rio de Janeiro, ano 6, n. 166, jun. 1919. p. 3.

²²⁵ FONTES, José Raimundo. **Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888-1930**. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982. p. 84.

A Vanguarda 15 de Novembro de 1925

Um notavel estabelecimento da industria do fumo

Companhia de Charutos Dannemann

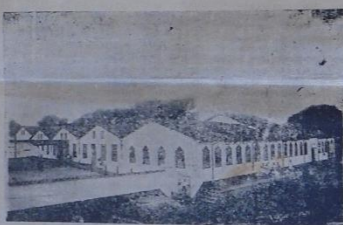
Successora de Dannemann & Cia. e Stender & Cia.
 ✱ S. Felix—Bahia ✱



Um corte de prédio onde se acham localizados o escritório da "C. de Charutos Dannemann" e varias seções da importante fabrica desta cidade



Prédio onde se acham localizados as seções de empacotamento, almoxarifado, e embalagem da fabrica desta cidade

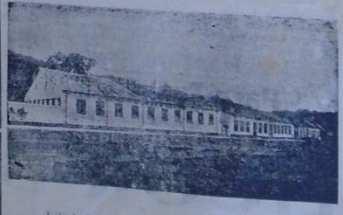


Filial da "C. C. Dannemann" em Marituba



Filial da "C. C. Dannemann" em Maragogipe

Mantem a "Companhia" fabricas e trapiches em S. Felix, Marituba, Maragogipe, Nagé, Cruz das Almas, S. Gonçalo, S. José, Carahy e Conceição da Feira ✱



Filial da "C. C. Dannemann" em Nagé

Fonte: Arquivo Público de São Félix.

3.1 Anna Patrícia Souza e Alexandrina Carvalho: racismo, sexismo e exploração econômica

As experiências de vida das mulheres negras na contemporaneidade, marcadas pelo racismo, além de outros mecanismos de exclusão, como gênero e classe, contribuem para problematizar as relações de poder que permeiam a construção das narrativas

históricas de cada parte do Brasil. Através das perspectivas tradicionais foi perpetuada a mentalidade colonial, racista, patriarcal e sexista que estrutura até hoje todas as relações sociais, estigmatizam e determinam os campos estéticos, afetivos, intelectuais e de trabalho das mulheres negras.

Se o tráfico de escravizados construiu a riqueza das famílias merecedoras de honrarias e distinção nos jornais e na sociedade, a exploração de homens e mulheres negras teve um papel decisivo na manutenção de tais privilégios e *status* social, e múltiplas formas de resistir constituem as estratégias de mulheres negras inscreverem sua existência historicamente. Nesse sentido, desconstruir os estereótipos que perpetuam a subordinação é o grande desafio da História na contemporaneidade. E segundo Hill Collins (2019), os grupos marginalizados estão localizados em posições que lhe possibilitam um maior conhecimento dos fatos sociais, produzindo questionamentos de forma mais acurada que os grupos privilegiados²²⁶.

A construção de uma educação antirracista e de uma sociedade com justiça social perpassa o conhecimento dos processos históricos que permearam a inserção social dos sujeitos, bem como o reconhecimento e o respeito às diferenças. E contar a história de mulheres negras é uma forma de suprimir os processos de coisificação e desumanização que fazem parte de um complexo de exploração, vivenciado em contextos diferenciados, onde não há uma única forma de resistência²²⁷.

Anna Patrícia Souza, nascida em 1880, e Alexandrina Carvalho, em 1878, poucos anos antes da abolição da escravidão, conforme demonstram as fichas dos registros de empregados da fábrica de charutos Dannemann, bem poderiam ser confundidas com Cantídia e Lindaura, personagens do capítulo *As charuteiras*, de Mariah Costa Penna (1989).

²²⁶ COLLINS, **Pensamento feminista negro...**

²²⁷ Idem.

Figuras 21 e 22 – Fichas de empregadas da Dannemann, 1938

349060

CP 79-15

REGISTRO DOS EMPREGADOS

DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann N. 216 C.



O Sr. Anna Patrícia Sousa nacionalidade Brasileira
 Estado civil Solteira com 58 annos de idade, nascido na
 cidade Tapé em 30 de Maio de 1880
 filiação { Paterna Alexandre da Silva
 Materna Concência Sousa
 residente a rua Do Hospital n. 25 na cidade São Félix
 portador da Carteira Profissional n. 22465 serie 9ª foi admitido em 20 de Novembro de 1938
 na qualidade de Charuteira com os vencimentos de Rs \$
 (Tarefa fixa, Tarefa variavel)
 para trabalhar normalmente das 8 às 17 horas, com os intervallos de 1 horas para refeição e descanso
 beneficiarios

Observações:

São Félix, 18 de Fevereiro de 1938 Vicente Araújo
Anexo de Anna Patrícia Sousa Domingos José de Almeida
 ASSINATURA DO EMPREGADO

Procure a fixa de anotações

CP 79-15

REGISTRO DOS EMPREGADOS

DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann N. 487 C.



O Sr. Alexandrina Carvalho nacionalidade Brasileira
 Estado civil Solteira com 60 annos de idade, nascido na
 cidade Miragogyra em 25 de Novembro de 1878
 filiação { Paterna Balthazar Pereira de Carvalho
 Materna Chana Augusta
 residente a rua Curiachito n. 7 na cidade Vachocia portador da
 Carteira Profissional n. 22305 serie 2ª foi admitido em 12 de Outubro de 1935 na qualidade
 de Charuteira com os vencimentos de Rs 1208/43
 (Tarefa fixa, Tarefa variavel)
 para trabalhar normalmente das 8 às 17 horas, com os intervallos de 1 horas para refeição e descanso
 beneficiarios

Observações: 16/11/43

São Félix, 11 de Outubro de 1935 Vicente Araújo
Anexo de Alexandrina Carvalho Domingos José de Almeida
 ASSINATURA DO EMPREGADO

Procure a fixa de anotações

Fonte: Arquivo Público de São Félix.

Através da vida de Cantídia e Lindaura, a autora materializa as várias dimensões das recém-egressas da escravidão, a precariedade das habitações, as longas caminhadas para a faina cotidiana: “desciam a ladeira aos grupos, mas Cantídia gostava de isolar das outras, que gostava de tagarelar, troçar e debochar”²²⁸, essa era uma movimentação característica das localidades que abrigavam os armazéns e fábricas de charutos.

Além disso, a autora se refere às longas jornadas de trabalho, que causavam prejuízo à saúde, como mãos e pés inchados, tonturas, enjoo, doenças graves, como asma

²²⁸ PENNA, *Vidas da vida...* Op. cit., p. 147.

brônquicas, alergias respiratórias, dermatoses, eczemas e até a morte das operárias. A consciência de classe aparece no trecho: “Gente pobre não pode vadiar, isso para os ricos, que têm com que se guentá. Mesa coberta de pitéu e, para nós, sempre faltando gororoba”. Em resposta à marginalização imposta pela sociedade e à “disparidade com que são tratados os seres humanos”, as mulheres desdenhavam das pessoas bem vestidas, agrediam com olhares quando eram notadas²²⁹.

É importante citar a análise Hill Collins (2009) sobre o ativismo das mulheres negras, onde a autodefinição, a autovalorização e a busca de autonomia definem a sua visão de mundo, assim como as crenças que derivam de sua luta pela sobrevivência, para tanto, a autora registra uma entrevista com Sara Brooks, uma empregada doméstica que teoricamente não costuma ser vista como uma ativista política, “Para mim, os brancos podem estar me julgando, mas eu estou julgando eles também. Se desdenhavam de uma pessoa de cor, desdenhavam de mim também e eu fazia a mesma coisa com eles [...]”²³⁰.

Então, era essencial continuar resistindo às relações de solidariedade, e Mariah Costa Pena retratada os laços das mulheres nos momentos de morte e doença, bem como as alternativas utilizadas para de livrar os filhos de uma vida de miséria, como é o caso de uma menina fraca, que já tinha uma filha que morava com a avó, do outro lado do rio. Assim era caracterizada Berila, que mal completou 17 anos e morreu em decorrência de um aborto, “era costume recorrerem aqueles métodos, quando não queriam filhos, aquela vítima estendida ali não era a primeira e nem seria a última”²³¹. Até mais novas que de Berila, encontrei diversas meninas que não tiveram o direito de serem crianças, entre 13 e 15 anos, trabalhando na Dannemann, a exemplo das que constam nas fichas abaixo, de Arlinda Conceição (15 anos), cuja foto reflete a imagem de uma criança, e Celina Maria da Conceição (13 anos).

Figuras 23 e 24 – Fichas de registro de meninas empregadas

²²⁹ PENNA, **Vidas da vida...** Op. cit. p. 144.

²³⁰ COLLINS, **Pensamento feminista negro...** Op. cit., p. 329.

²³¹ PENNA, **Vidas da vida...** Op. cit. p. 145.

REGISTRO DOS EMPREGADOS
DA FIRMA

Companhia de Charutos Dannemann

N. 1356

O Sr. Aplicada Couceiro nacionalidade Brasileira
Estado civil Solteira com 15 anos de idade, nascido na
cidade Lechoira em 2 de Março de 1923
filiação { Paterna Henrique dos Santos
Materna Maria Auxiliadora da Couceiro
residente a rua Adriana da Ilha n. 13 na cidade Lechoira
portador da Carteira Profissional n. 50921 serie 92 foi admitido em 10 de Januário de 1939
na qualidade de Costureira de Juros com os vencimentos de Rs. 2800
(diária)
para trabalhar normalmente das 8 às 17 horas, com os intervalos de 1 hora para refeição e descanso
beneficiários _____
Observações: _____
São Félix, 18 de Januário de 1939 Aplicada Couceiro
ASSIGNATURA DO EMPREGADO
Procure a fixa de anotações _____

REGISTRO DOS EMPREGADOS
DA FIRMA

Companhia de Charutos Dannemann

N. 1356

O Sr. Celso Lúcio da Couceiro nacionalidade Brasileira
Estado civil Solteiro com 18 anos de idade, nascido na
cidade Maragogi em 15 de Dezembro de 1924
filiação { Paterna Paulo José Gonçalves
Materna Virgínia Luíza da Couceiro
residente a rua 135 n. 118 na cidade São Félix
portador da Carteira Profissional n. 22325 serie 92 foi admitido em 27 de Julho de 1938
na qualidade de Charuteiro com os vencimentos de Rs. 715
(Paralela, Variaável)
para trabalhar normalmente das 8 às 17 horas, com os intervalos de 1 hora para refeição e descanso
beneficiários _____
Observações: _____
São Félix, 27 de Julho de 1938 Orrego da Celina do Couceiro
ASSIGNATURA DO EMPREGADO

Fonte: Arquivo Público de São Félix.

Nos dois primeiros capítulos desta tese ressaltamos que no final do século XVIII a população escrava dos distritos fumageiros do Recôncavo se caracterizava por uma grande maioria de cativos nascidos no Brasil. Entre esse período e as primeiras décadas do século XIX, os escravos representavam cerca de um quinto da população nos distritos fumageiros e produtores de mandioca.

As mulheres negras são sujeitos centrais para se pensar as várias formas de viver em liberdade e a estruturação da sociedade brasileira no contexto amplo da escravidão e

pós-abolição. Além disso, a partir de suas vivências e do choque que suas experiências empreenderam nos paradigmas tradicionais próprios a cada contexto, elas romperam com as abordagens generalizantes, pois segundo a antropóloga Lélia Gonzalez²³², o racismo e o sexismo, na sua forma de mito da democracia racial, foram capazes de ocultar as violências simbólicas que as mulheres negras sofreram e sofrem na objetificação de seus corpos, como também esvanece o cotidiano da divisão racial e sexual do trabalho que essas mulheres ocupam.

Nesse sentido, é muito importante lembrar que a qualidade dos charutos baianos era conhecida mundialmente através da propaganda sexista e misógina que associava seu sabor ao processo de confecção/fabricação “nas coxas das mulatas”. Assim, as mulheres negras eram associadas à degenerescência e sexualidade exarcebada e patológica, como resalta Winnie Bueno (2020), ao refletir sobre o conceito de *imagens do controle* para definir como os grupos dominantes, com o intuito de perpetuar os padrões de violência e dominação que historicamente são constituídos, permanecem no poder²³³. Nas palavras de Patrícia Hill Collins:

As imagens do controle aplicadas às mulheres negras são baseadas centralmente em estereótipos articulados a partir da categoria de raça e sexualidade, sendo manipulados para conferirem às iniquidades sócio raciais a aparência de naturalidade e inevitabilidade. Isso se dá porque as imagens de controle estão articuladas no interior da histórica matriz de dominação que caracteriza a dinâmica intersectada na qual as opressões se manifestam²³⁴.

Assim, padrões estabelecidos pela cultura branca atribuem significados à vida das mulheres negras, solidificando a matriz de dominação. Essas noções de manipulação são variáveis de acordo com os sistemas de poder articulados por raça, classe e gênero. Para melhor dimensionar a marginalização das mulheres fumageiras, Penna postula que “gente decente” não poderia passar pelas redondezas das fábricas nos momentos de intervalo de trabalho. Segundo Collins (2019)²³⁵:

Como os outros da sociedade, aqueles nunca poderão ser realmente parte dela, os estranhos ameaçam a ordem moral e social. Ao mesmo tempo são fundamentais para a sobrevivência, porque os indivíduos que estão à margem

²³² GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 46.

²³³ BUENO, winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento feminista de Patrícia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020. p. 73.

²³⁴ COLLINS, **Pensamento feminista negro...** Op. cit., p. 69.

²³⁵ Ibidem, p. 136.

são os que explicitam os limites da sociedade. As afro-americanas por não pertencerem, colocaram em evidência o significado de pertencimento.

Trafegamos, assim, pelo terreno da disputa de memórias, pois a fumicultura no Recôncavo foi associada à imagem da mulher negra, por ser a força de trabalho predominante. Por consequência, o recrutamento de mulheres negras e de menores de idade para o mercado trabalho acabou por definir um padrão salarial extremamente baixo, sendo insuficiente até mesmo para a reprodução do trabalho²³⁶. A escassez de fontes é indicativa do apagamento das mulheres negras e da racialização explícita da população negra em geral²³⁷. A sociedade oscilava, como afirma Audre Lorde, em um contexto em que a diferença racial cria uma constante distorção: as mulheres negras sempre foram altamente visíveis e, por outro lado, foram tornadas invisíveis, e no caso do Recôncavo, a sexualização, a marginalização e a banalização do trabalho de mulheres, que tinham rotinas de trabalho exaustivas, foram invisibilizadas.

A imagem abaixo ilustra parte do cotidiano das mulheres negras do Recôncavo baiano. Após horas de trabalho nas fábricas, elas retornavam para suas casas com trouxas de fumo na cabeça para serem destalados (retirados os talos das folhas) em casa, sozinhas ou com a ajuda de familiares, sendo que esta era uma alternativa de melhorar os ganhos. A vida de Dona Alexandrina, conforme a ficha, moradora de Cachoeira, não era diferente. Diariamente ela atravessava a ponte que liga Cachoeira a São Félix, cidade em que a Dannemann foi instalada, em 1873.

Figura 25 – Charuteira na ponte que liga São Félix a Cachoeira

²³⁶ CASTELLUCCI, **Industriais e operários baianos...** Op. cit., p. 53.

²³⁷ BRAGA, Carlos Augusto Neri. **Uma História do Trabalho no Recôncavo Fumageiro: controle, lutas e resistência na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.



Fonte: Arquivo Público de Cachoeira, 1920.

Nesses meandros que percebemos o processo que Pollak²³⁸ denomina de enquadramento de memória, ou seja, a construção de uma memória forjada por grupos dominantes, e que em sua forma bem acabada pode ser representada pela memória nacional, e como ela mutila e silencia fragmentos de memória como forma de construir uma versão do passado para beneficiar determinado grupo político, ideológico e nacional.

A cultura fumageira, fator decisivo para a exploração local, com destaque para o comércio de escravizados, juntamente com a produção de charutos, deu contornos históricos peculiares às experiências e modos de socialização de mulheres negras no Recôncavo da Bahia, e conforme Audre Lorde, a visibilidade que nos faz mais vulneráveis é aquela que acompanha o “ser negro”, a nossa própria força. E, nesta pesquisa, buscamos evidenciar a contribuição histórica de mulheres negras para a construção da nação brasileira, acatando à recomendação da autora, quando pauta que os laços comunitários produzidos pelo trabalho de mulheres negras possibilitam que narrativas marginais sejam contadas e sobrevivam.

²³⁸ POLLAK, **Memória, esquecimento, silêncio...**

Dentre as aproximadamente 300 fichas de operárias e operários, do fim dos século XIX a meados do século XX, encontradas no Arquivo Público de São Félix, selecionei Dona Ana Patrícia Souza e Dona Alexandrina Carvalho como uma pequena amostra para historicizar o cotidiano de mulheres negras das zonas fumageiras. Tais mulheres criaram suas próprias lógicas de sobrevivência, como as personagens centrais de *Vidas na vida*. Além do trabalho árduo diariamente nas fábricas de fumo, também exerciam outras atividades, como lavadeiras e engomadeiras, donas de casa e, sobretudo, a tarefa mais importante era ser mãe, e com todas as suas peculiaridades, destaca-se o planejamento de uma vida menos sofrida para sua prole.

O dia começava antes de o sol nascer. Antes de começar as longas caminhadas para as fábricas, Cantídia recomendava aos seus filhos: “daqui a pouco está na hora do colégio. As camisas estão penduradas no prego. Vou passar na escola, pra saber de Dona Durvalina (professora) se vocês estão indo assistir aula”²³⁹. O exercício da maternidade nesse contexto se constitui como um lugar resistência e afeto, até porque, as mulheres negras, ao contrário das mulheres brancas simbolizadas pela “boa aparência”, não contam com o benefício da proteção masculina. Assim, as mães negras buscam ensinar às filhas habilidades que as levassem “aonde elas quiserem”²⁴⁰.

[...] Não queria suas meninas trabalhando nas fábricas, para que não repetissem o destino igual ao seu. Já ensinara tudo que sabia para elas: cozinhar, lavar e engomar, fabricar charutos, além de ler e escrever. Aos filhos dera exemplo e direção, estavam prontos para enfrentar a vida, Crescência, o Cenço; nas horas vagas, ajudava seu Ovídio Pau-de-cedro a fazer caixas de charutos, a fabricar bancos e mesinhas que o carpinteiro tomava de encomendas. Dezinho tinha o emprego prometido no consultório do dentista [...]. As meninas até ajudava Dona Durvalina na escola²⁴¹.

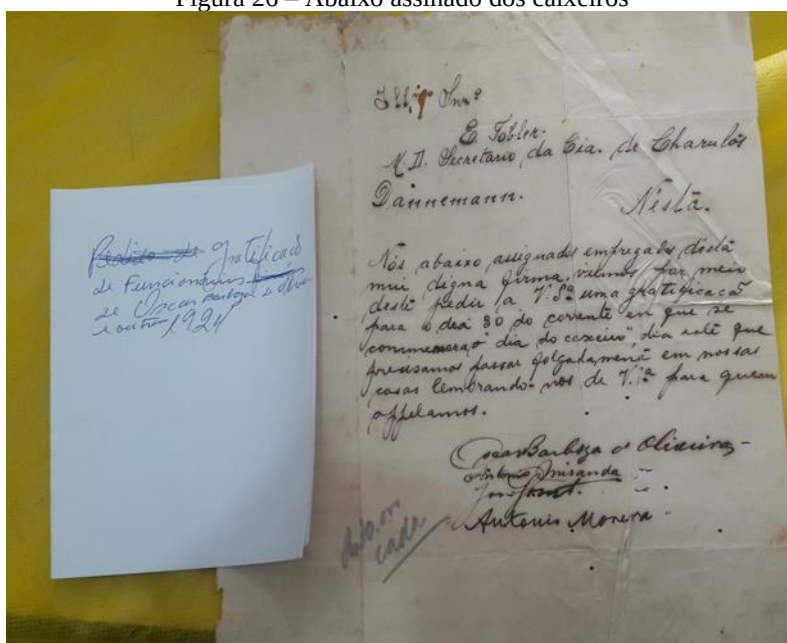
Fato curioso é que a personagem principal do livro de Mariah Costa Penna ressalta o prestígio dos caixeiros, homens encarregados da fabricação das caixas de charutos. O documento abaixo, de 1924, reforça tal hipótese quando menciona que os funcionários da Dannemann pedem uma gratificação. Infelizmente, não encontramos a data de comemoração do dia do caixeiro que, segundo os operários, é “dia que precisamos passar folgadoamente em nossas casas”, um privilégio que não se estendia às operárias da produção de charutos.

²³⁹ PENNA, *Vidas da vida...* Op. cit., p. 143.

²⁴⁰ COLLINS, *Pensamento feminista negro...* Op. cit., p. 309.

²⁴¹ PENNA, *Vidas da vida...* Op. cit., p. 152.

Figura 26 – Abaixo assinado dos caixeiros



Fonte: Arquivo Público da Bahia, 1924. Documentos avulsos do Recôncavo.

Para que as operárias de fumo pudessem ter o sustento longe das cozinhas “dos brancos”, associado à subordinação e subserviência, elas forjaram uma identidade além da que a sociedade da época lhes reservou. Juntamente com os companheiros, filhos ou até sozinhas, como constam nas fichas abordadas, duas mulheres solteiras, a primeira de 58 anos, nascida em 1880 e segunda de 60 anos de idade, nascida 1878, apesar da exploração das fábricas de charutos, saíram do âmbito das famílias brancas e transmitiram aprendizados para seus filhos e filhas de comportamentos de não servidão, gratidão e subserviência, mas o estímulo para romper com esse ciclo, negando o trabalho doméstico e buscando outras possibilidades de ser e estar na sociedade²⁴².

É importante destacar que essa abordagem se refere às limitações das oportunidades de trabalho impostas pela sociedade escravista, a Secretaria de Polícia da Bahia, em 1889, criou um documento que recrutava libertos e ex-escravizados para o serviço doméstico, podemos pensar que esta seria uma manobra de vigilância e controle promovida pelas classes médias, segundo Kátia Mattoso, quando era preciso equilibrar o orçamento familiar. Não eram raras as mulheres brancas que se dedicavam a trabalhos de bordado ou costura, ofícios exercidos no âmbito privado dos lares.

Contudo, o sentido de família nas estruturas coloniais restringiram os conceitos de afeto, amor e beleza do padrão eurocêntrico, no caso das famílias negras, elas

²⁴² BUENO, *Imagens de controle...* Op. cit., p. 92.

geralmente eram constituídas pelas mulheres e seus filhos, às vezes englobavam parentes e vizinhos. Possivelmente, as mulheres eram definidas como solteiras, por não formalizarem uma união afetiva dentro dos padrões religiosos e legais, mas isso não significa que não tivessem filhos e até companheiros. No caso da personagem principal de Costa Penna, Cantídia é uma mulher que passou toda a sua vida a esperar por Firmino, pai dos seus cinco filhos, que a abandonou. Sua consciência considerava a moral burguesa/cristã, cujo exercício da sexualidade é uma ameaça aos ideais de pureza e castidade.

As suas companheiras eram diferentes dela, parecia que as responsabilidades de mulher companheira de homem não tinha grande importância. Aceitavam se divertir com outros, em folganças, não negavam umas às outras o que praticavam às escondidas dos companheiros amigados. Ela não dava para isso, martirizava-se, escondendo do seu eu a ingerência a querer sublimar o dever de esposa fiel [...] às vezes, ficava pensando que sentia bom ser apertada pelos braços vigorosos de outro homem, sentir o bafo de cachaça misturado com cheiro de fumo, a consciência lhe pesava quando lembrava que tinha filhos, apesar de serem quase independentes por poderem manter-se às próprias custas. Sabia que ali no seu meio, a mulher podia transgredir com sua liberdade. Por que ela tinha sempre coragem de enfrentar a tirania da vida e nunca para lutar pela sua liberdade de mulher?²⁴³

Os homens negros pobres dificilmente conseguiam ser os provedores de suas famílias, e isso era motivo de vergonha e invertia a lógica patriarcal, ao mesmo tempo em que era uma forma de oprimir as mulheres negras, através da violência que se materializava no abandono. Segundo Collins (2019), o caso dos Estados Unidos não difere muito do Brasil, no que se refere às opressões interseccionais legadas do colonialismo,

Negar aos homens negros estadunidenses um salário que possibilitasse sustentar uma família significava que as mulheres negras continuariam a trabalhar de remuneração. A maternidade como “ocupação” feminina e própria do âmbito privado nunca predominou na sociedade civil negra, porque não podia se embasar em termos de classe social. Os cuidados comunitários das crianças continuaram a existir dentro de famílias estendidas²⁴⁴.

Assim, a autora aponta que a objetificação da mulher negra pelo homem negro é uma forma de exercer a virilidade e naturalizar a violência que os corpos dessas mulheres recebem historicamente. Sobre tal aspecto, Audre Lorde traz um importante questionamento: Se a sociedade atribui aos homens negros papéis que eles não têm permissão de cumprir, são as mulheres negras que devem se curvar e alterar suas vidas

²⁴³ PENNA, **Vidas da vida...** Op. cit., p. 151.

²⁴⁴ COLLINS, **Pensamento feminista negro...** Op. cit., p. 113.

como forma de compensação ou é a sociedade que precisa mudar²⁴⁵. Nesse sentido, Bonnie Daniels oferece uma resposta: “Aprendi [...] que ser menos do que sou capaz de ser só para levantar o ego de outra pessoa na realidade não ajuda nenhum dos dois”²⁴⁶.

A ficha da Dona Anna Patrícia Souza é possivelmente um exemplo deste aspecto. Ao descrever a sua filiação materna, como sendo de Maurícia Souza, e a paterna, Alexandre da Silva, prevalece o sobrenome da mãe, o que pode ser um indicativo de que ela era a provedora da família, não o pai. A figura materna é um centro da imagem do controle, segundo Hill Collins (2019), uma vez que a relação das mulheres negras com suas filhas é frequentemente o primeiro momento de elaboração e autodefinição de mulheres negras²⁴⁷. E, ao perpetuar a violência e dominação, as elites suprimem de tais mulheres a possibilidade de acesso à justiça social, às instituições, ao poder de nomear suas próprias experiências e à cidadania.

Violência e exploração se perpetuaram em várias dimensões, no âmbito do trabalho. Anna Patrícia Souza foi admitida na fábrica de charutos em 1911, ou seja, com 31 anos de idade, e Alexandrina, com 17 anos, em 1895. É importante não perder de vista que essa documentação foi produzida para contemplar as lutas de trabalhadores e trabalhadoras que buscavam dignidade em um contexto que desumanizava pessoas negras e desenvolvia mecanismos para continuar controlando suas vidas e explorando sua força de trabalho.

A imagem abaixo, retirada curta metragem *Erva Bruxa*, reflete as longas jornadas de trabalho, de pé, na escolha das folhas de fumo.

Figura 27 – Processamento do Fumo

²⁴⁵ LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019. p. 61.

²⁴⁶ DANIELS, Bonnie. In. COLLINS, **Pensamento feminista negro**... Op. cit. p. 261,

²⁴⁷ BUENO, **Imagens de controle**... Op. cit., p. 86.



Fonte: Documentário *Erva bruxa*, 1970.

As mulheres tratadas no texto de Mariah Costa Penna representam tantas outras que, apesar de analfabetas, conforme consta nas fichas, por não poderem assinar seus respectivos nomes, tiveram plena consciência de sua humanidade e batalhas que deveriam empreender para sobreviver. A autora descreve as péssimas condições de trabalho:

Quantos dias, nas horas do trabalho, ao manejar as folhas de tabaco entre os dedos, que se adormeciam no serviço rotineiro, os seus olhos se fechavam, por causa das vigílias permanentes para contas das ocupações que encontrava em casa. Às vezes o vozerio dos operários atordoava a cabeça de Cantídia, sentia latejo nas têmporas, um enjoo provocado pelo sarro do fumo na garganta. Algumas de suas companheiras queixavam-se de dores nas costas, no espinhaço, nas mãos cansadas pelo trabalho. Não podiam parar, para que a tarefa rendesse mais, precisavam do dinheiro²⁴⁸.

Carlos Augusto Neri Braga (2016), em seu texto “Mulheres no trabalho: controle, lutas e resistências na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948)”, traz uma matéria do jornal *A Classe Operária* (1928) que relata um episódio narrado pelas operárias da Dannemann:

Levamos ao conhecimento do nosso jornal que o indivíduo Joaquim Leal, Mestre da seção banca de capa, tendo encontrado uma operária com três folhas de capa na lata em que levava a merenda, conduziu-a ao escritório. A infeliz foi tangida como ladra. O próprio gerente burguês ficou indignado. Mas o capanga Joaquim Leal, virando-se para duas companheiras que assistiram à cena, disse que não tinha contemplação com os operários o que só precisava

²⁴⁸ PENNA, *Vidas da vida...* Op. cit. p. 142.

da proteção dos patrões. Belo cão de Ola! [...] – As operárias da fábrica Dannemann²⁴⁹.

Braga afirma que era típico o furto protagonizado pelas operárias, entretanto, nos interessa pensar a construção do relato como evidência do distanciamento entre mestres e trabalhadores na Dannemann, além das violências de gênero. As palavras “capanga” e “belo cão de ola!” sugerem uma visão sobre a natureza do trabalho dos mestres, como alguém que é mandado para fazer o “trabalho sujo”, um algoz²⁵⁰. É provável que as operárias reconhecessem que o poder dos mestres era apenas uma reverberação dos interesses dos patrões.

No contexto de Cantídia, “o fiscal rondava, para que não escondessem debaixo das saias ou pelos decotes das blusas ou batas, o material para confecção de charutos”²⁵¹. O temor de perder o emprego era constante, as mulheres corriam o risco de não achar trabalho em outras fábricas, tornando-se operárias de má fama e podendo morrer de fome. A consciência que as mulheres negras forjaram ajudaram-nas a perceber que mestres adotavam a linguagem do opressor, o patrão, com a ilusão de ganhar a proteção. Essa dupla consciência “do jogo”, saber jogar o jogo do opressor, viver duas vidas, “uma para eles, outra para nós mesmas”, é abordada por Paul Gilroy, em *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*²⁵².

As mulheres fumageiras encabeçavam uma vastidão de mulheres que tinham empregos estáveis e mal remunerados, visando completar a renda, produziam charutos para ganhos próprios, conhecidos como charutos de balaio ou regalia de balaio, que eram comercializados em feiras livres e botequins, e muitas vezes sob encomenda dos donos das fábricas de charutos, que até preferiam essa relação de trabalho, para não terem com essas mulheres nenhuma obrigação trabalhista. Então, os furtos dessas folhas eram, possivelmente, para incrementar seus próprios charutos.

²⁴⁹ Trabalhadores das fábricas de charutos e dos armazéns de beneficiamento de fumos. *Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 3, mai. 1928, p. 2. In: BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. *Mulheres no trabalho: controle, lutas e resistências na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948)*. ANPUH-BA, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477879113_ARQUIVO_TextoCompleto-ANPUH-MulheresnoTrabalho.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

²⁵⁰ BRAGA, Carlos Augusto Neri. **Operárias negras: lutas e controle patronal na Cia. de Charutos Dannemann e na Costa Penna & Cia. (1910-1950)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

²⁵¹ Personagem retratada por Mariah Costa Pena. In: PENNA, **Vidas da vida...** Op. cit. p. 153.

²⁵² GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

O trabalho com o fumo era comumente realizado em família:

Os pés de fumo estavam ali, convidando-os para o trabalho. Num salto, Dezinho desprendeu alguns distribuiu com todos. Os rapazes destalavam, enquanto as mocinhas enrolavam as folhas com os dedos e iam compondo os charutos. O produto era fornecido para um negociante que possuía uma barraca no Mercado Modelo. Era um bom freguês, porém pagava pouco pelo trabalho dela e dos filhos²⁵³.

As imagens abaixo foram retiradas do site Cartografia do Cinema do Recôncavo, especificamente do filme *Erva de Bruxa* (1970), de Paulo Gil Soares²⁵⁴:

Figuras 28 a 35 – Frames do filme *Erva de Bruxa* (1970), de Paulo Gil Soares



²⁵³ PENNA, *Vidas da vida...* Op. cit. p. 164.

²⁵⁴ Disponível em: <https://cartografiadocinemanoreconcavo.com/filmes/erva-bruxa/>. Acesso em: 10 ago. 2021.









Fonte: Documentário *Erva Bruxa*, 1970.

O trabalho feminino, nesse contexto, deve ser entendido não como um simples dispêndio de força física e mental, mas como atividade que envolve, além disso, um conjunto de significados e representações presentes em todas as esferas da vida. Não sendo o trabalho uma atividade isolada, mas aquilo em que se baseia e reflete cada atividade, ou seja, o conjunto de uma totalidade.

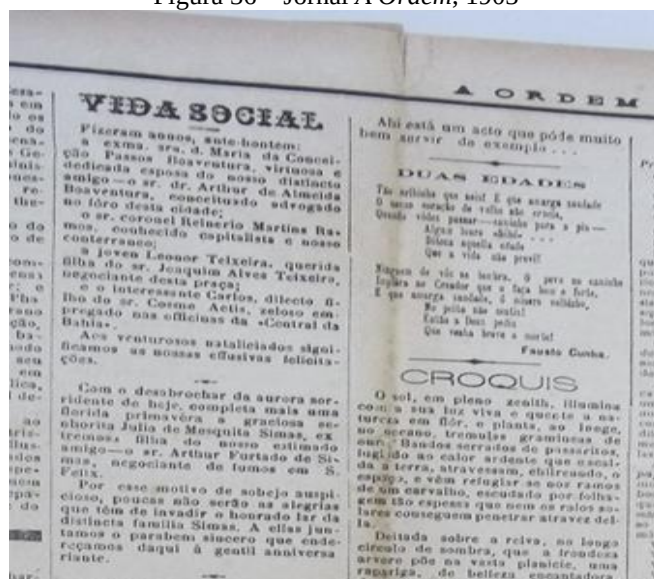
Apesar de não vivenciarem a escravidão, as operárias da Dannemann fizeram parte de uma sociedade que desumanizava diariamente pessoas negras, impondo-lhes rótulos raciais, reforçando as hierarquias pautadas na raça²⁵⁵. No decorrer desta tese, ressaltamos tais assimetrias, principalmente no segundo capítulo, com o processo crime que envolvia a pequena Bernardina, onde fica evidente a violência que as crianças negras sofriam das instituições, vistas como sexualmente ativas e sexualmente responsáveis por si mesmas desde tenra idade, o que contrasta com a comemoração da passagem do aniversário da senhorita Júlia Mesquita Simas, no Jornal A Ordem, de 1903:

Com o desabrochar da aurora sorridente de hoje, completa mais uma florida primavera graciosa, a senhorita Júlia Mesquita Simas, extremosa filha do nosso estimado amigo Sr. Arthur Furtado Simas, negociantes de fumos de São Félix. Por esse motivo de sobejo auspiciano, poucas não serão as alegrias que tem se

²⁵⁵ BRAGA, Mulheres no trabalho...

invadir o honrado lar da distinta família Simas. A ela juntamos o parabéns sincero que endereçamos à gentil aniversariante.

Figura 36 – Jornal A Ordem, 1903



Fonte: Arquivo Público de São Félix.

As meninas negras não gozavam da mesma aurora sorridente que meninas da elite branca desfrutavam. Bernardina Lima, com 16 anos, e Claudemira Pereira, com 14 anos, eram operárias da Dannemann, mas, ainda assim, “na pobreza todos tinham seu quinhão de responsabilidade e nutriam esperanças”²⁵⁶.

Figuras 37 e 38 – Fichas de operárias

4-B *Luiz de Oliveira* 373334

REGISTRO DOS EMPREGADOS

DA FIRMA *Companhia de Charutos Dannemann* N. 264



O Srv.^a *Bernardina Lima* nacionalidade *Brasileira*

Estado civil *Solteira* com *16* annos de idade, nascido na cidade *Cachoeira* em *20* de *Agosto* de *1921*

filiação { Paterna *Ricardo Lima*
Materna *Berthelma Lima*

residente a rua *Cor. Artistas* n. *51* na cidade *Cachoeira* portador da Carteira Profissional n. *22567* serie *9ª* foi admitido em *2* de *Março* de *1925* na qualidade de *Amulladua* com os vencimentos de *Rs. 634.000 \$* *Salário* *(Salário variável)*

para trabalhar normalmente das *8* ds *17* horas, com os intervallos de *1* horas para refeição e descanso beneficiarios

Observações:

São Félix *24* de *Januário* de *1928*

Bernardina Lima
Assinatura do Empregado

²⁵⁶ PENNA, *Vidas da vida...* Op. cit., p. 170.

31-8

REGISTRO DOS EMPREGADOS

Dados da Firma *Compagnia de Charutos Damiense N. 1607*

O *Sr. Claudemira Pereira dos Santos* nacionalidade *Bras.*

Estado civil *Solteira* com *14* annos de idade, nascido

cidade *Guaxupé* em *4* de *Junho* de *1925*

Filiação: (Paterna *Cláudio de Santos*)

(Materna *Claudemira Pereira dos Santos*)

residente á rua *Leodegário Rios* na cidade *São Félix*

Portador da Carteira Profissional n. _____ série _____ foi admittido em *9* de *Junho* de *1944* na qualidade de *Charutista* com os vencimentos de Rs. *Forfeita*

(*Tarefa Variavel*)

para trabalhar normalmente das _____ ás _____ horas, com os intervallos de _____ horas para refeição e descanso beneficiarios

Observações _____

São Félix, 9 de Junho de 1944 *Claudemira Pereira*

ASSIGNATURA DO EMPREGADO

Procure a fixa de anotações _____ n. _____

Fonte: Arquivo Público de São Félix.

Nesse aspecto, Cantídia é assertiva, quando diz: “A plebe é o rebotalho da humanidade; é o esterco que desenvolve e dá vigor às classes superiores”²⁵⁷.

É importante sinalizar que nos registros de nascimento, até meados do século XX, não constavam a data natalícia exata, há casos de pessoas que foram registradas adultas, principalmente nas classes menos abastadas.

Os fragmentos da existência de Dona Anna Patrícia, Dona Alexandrina e tantas outras mulheres, puderam ser descritos pelos vestígios deixados pelo trabalho exercido no Recôncavo Fumageiro, já que a documentação sobre mulheres negras e pobres está ligada a processos-crimes e notícias nos periódicos que tratam de desordem. Mulheres que lutaram por uma sobrevivência miserável, enterraram suas vidas e suas mocidades “por um pedaço de pão tão amargo quanto as horas de seus dias, mas quando pensavam nos filhos sentiam que a vida palpitavam em seu corpo [...] A gente trabalha para se sustentar e falta tempo para segurar os pés dos santos, e por isso Deus pisa na gente”²⁵⁸. Esta é uma reflexão de Cantídia sobre uma vida miséria e exploração para que uma pequena elite branca pudesse ostentar e “segurar os pés dos santos”, como demonstra a nota do jornal *A Vanguarda*, de 22 de novembro de 1925, “um grupo de gentis

²⁵⁷ PENNA, *Vidas da vida...* Op. cit., p. 156.

²⁵⁸ PENNA, *Vidas da vida...* Op. cit., p. 168.

senhorinhas da elite de São Félix que serviram na festa de 15 de novembro em benefício da Igreja”.

Figura 39 – Jornal *A Vanguarda*, 1925



Fonte: Arquivo Público de São Félix.

A construção de uma sociedade justa e antirracista perpassa pela compreensão das condições históricas que os recém-egressos da escravidão enfrentaram para construir e reconstruir suas vidas. Nesse sentido, vida e resistência se confundem, quando historicizamos o cotidiano das mulheres negras no mais variados e complexos contextos.

4 EXPLORAÇÃO E ATIVISMO: MULHERES NEGRAS E AS BARREIRAS INTERSECCIONAIS NO RECÔNCAVO FUMAGEIRO

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e ser carregadas quando há valas na passagem, e ter o melhor lugar onde quer que estejam. A mim, porém, ninguém nunca ajuda a subir em carruagens, a pular poças de lama, nem cedem o melhor lugar. E por acaso eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem meu braço! Já arei, plantei, trabalhei em estábulos, e homem nenhum se saía melhor que eu! E por acaso eu não sou uma mulher?

Sojourner Truth

Pretende-se, com esse capítulo, apreender como as marcas da escravidão definiram as noções de liberdade norteadas pela análise interseccional, a fim de discutir como a estrutura da disparidade da desigualdade é, simultaneamente, racializada e orientada por gênero, atingindo em especial as mulheres de cor²⁵⁹, no período de 1889 a 1920. Utilizaremos a abordagem interseccional como uma forma de entender as experiências de vida das mulheres negras do Recôncavo baiano e também como ferramenta de empoderamento de pessoas privadas de direito. Conforme Collins e Sirma (2021), as ideias centrais da interseccionalidade, como desigualdade social, poder, realidade, contexto social, complexidade e justiça social, foram elaboradas nos contextos dos movimentos sociais que enfrentaram as crises de seu tempo, sobretudo diante dos desafios do colonialismo, racismo, sexismo, militarismo e exploração capitalista, enquanto que as mulheres de cor foram afetadas pela convergência desses sistemas de poder²⁶⁰. Nesse sentido é impossível não pensar a educação como resistência a partir do momento que a população negra visivelmente toma as rédeas de tal processo, já até então a sociedade os privava desse direito, como forma de contribuir para que seus iguais tivessem possibilidade de livrar-se da exploração e vislucrar melhores condições de vida.

Neste capítulo, usaremos os dados da Secretaria do Comércio, registros do Instituto do Fumo, jornais (*A Classe Operária*, *A Razão*, *A Formiga* e *A Pátria*), correspondências das fábricas, dados do Censo de 1920, subsídios de manutenção da fumicultura, reflexos das reveses da fábrica. Faremos uso também do cadastramento feito pela Secretaria de Polícia da Bahia, em 1887, de libertos e libertas interessados em

²⁵⁹ COLLINS; BILGE, *Interseccionalidade...* Op. cit., p. 34.

²⁶⁰ Ibidem, p. 90.

permanecer no trabalho doméstico. A importância de estudar esse documento é refletir sobre a possibilidade de o governo controlar a vida da população negra no pós-abolição, dialogando como a fumicultura, já que a produção de charutos deu novas alternativas à população estudada, em um contexto de possibilidades restritas.

Angela Davis, em seu livro *Mulheres, raça e classe*, focaliza a situação das norte-americanas negras no pós-abolição²⁶¹:

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo de “serviçais domésticas”.

Se anteriormente apreendemos o cotidiano de trabalho e familiar das mulheres fumageiras do Recôncavo, bem como a tensão social vivida entre os paradigmas burgueses de moral e gênero, com as possibilidades de inserção social de sujeitos negros no mundo pós-abolição, entendemos que, socialmente, as mulheres negras eram vistas como cidadãs de segunda classe, menos femininas por trabalharem em ocupações precarizadas, consideradas vis, manuais e de exploração, profissões que as mulheres brancas rejeitavam. Sobre essa questão, May Madison nos dá uma contribuição muito importante da compreensão sobre o trabalho de brancos e negros,

Uma diferença importante muito importante entre brancos e negros é que os brancos pensam que o trabalho define quem você é. [...] Ora, um negro sabe que faz muito mais sentido pensar o que estou fazendo não tem nada a ver com que eu quero fazer nem com o que eu faço quando estou fazendo algo por mim. Ora, o que os negros pensam é que meu trabalho é exatamente o que tenho que fazer para conseguir o que eu quero²⁶².

É nesse sentido de compreensão do trabalho e de perspectiva de vida que venho analisando a história de mulheres negras do Recôncavo baiano. Sandra Lauderdale Graham, no seu livro *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910*, trata da relação ambígua entre patrões e criadas, sua vida privada e a conexão estabelecida por essas mulheres entre os espaços público e privado. Segundo a autora, no Rio de Janeiro, em 1870, a maioria das mulheres que trabalhava era empregada

²⁶¹ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 98.

²⁶² Uma participante da pesquisa de Jonh Gwaltney. In: COLLINS, **Pensamento feminista negro...** Op. cit., p. 104.

doméstica, totalizando 71% das mulheres trabalhadoras. As mulheres, livres ou escravas, trabalhavam lado a lado, pois a partir da década de 1860 o trabalho doméstico foi se tornando cada vez menos território de escravos, mas continuou sendo um espaço destinado às pessoas negras²⁶³.

Segundo as pesquisas da autora, para manter um estilo de vida próprio da elite, as criadas eram fundamentais. As atividades domésticas eram as mais diversas e estavam relacionadas a certos serviços públicos que eram inexistentes. Até 1860, as casas do Rio de Janeiro não tinham água encanada nem sistema de esgoto. Eram as criadas, e também criados, que carregavam água, lavavam roupa nos chafarizes públicos, esvaziavam os urinóis, faziam compras. Dividiam-se entre cozinheiras, amas-de-leite, mucamas, costureiras, quando não desempenhavam todas essas funções. As criadas pertenciam à “classe” dos trabalhadores pobres urbanos²⁶⁴. Ou melhor, o serviço doméstico era essencial para manter as hierarquias sociais e de cor.

Walter Fraga Filho, em seu trabalho *Encruzilhadas da Liberdade*, constatou que o setor doméstico era o que mais absorvia trabalho feminino, nas funções de amas secas, engomadeiras e cozinheiras. Porém, o trabalho doméstico agregava também a mão-de-obra masculina, mas com ocupações estavam mais relacionadas à lavoura e ao mercado urbano, aos serviços de ganhadores, marceneiros, pedreiros etc²⁶⁵.

Por outro lado, considerando o Recôncavo e os dados do Censo de 1870 e 1920, baliza temporal deste trabalho, há de se repensar as abortagens generalizantes e se atentar para as peculiaridades da região referente à relação entre a fumicultura e as mulheres, estas costumeiramente viviam do platão de tabaco, no beneficiamento e na venda de charutos agregadas a outras atividades, como no caso de Cantídia, personagem abordada no capítulo anterior, que era engomadeira e charuteira; com Domingas, personagem do processo-crime do segundo capítulo, junto com produtos que vendia na feira, foram encontrados alguns fardos de fumo.

Em sua tese, Karine Damasceno trabalha as trajetórias de mulheres negras que lutavam pela sua liberdade legal em Feira de Santana, no período de 1871 a 1888. Dentre tantas histórias, a autora nos apresenta Belmira, uma mulher negra em processo de luta

²⁶³ GRAHAM, **Proteção e Obediência...**

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ FRAGA FILHO, **Encruzilhadas da Liberdade...**

pela liberdade que passa um período em São Gonçalo dos Campos, possivelmente em busca de alternativa de trabalho,

[...] a sobrevivência deve ter sido uma preocupação de Belmira desde a sua chegada a Feira de Santana e ela deve ter pensado em alternativas de trabalho em uma cidade onde, principalmente, mulheres, as escravizadas, libertas e livres tinham como ocupação mais provável o trabalho rural nas fazendas agrícolas, o doméstico e, certamente, a venda de produtos na famosa feira livre²⁶⁶.

Segundo Damasceno (2019), Belmira era natural de Coração de Maria, termo da Freguesia da Purificação, região açucareira do Recôncavo baiano. A autora destaca a surpresa de Belmira em vivenciar uma dinâmica diferenciada:

[...] deve ter se surpreendido com a dinâmica da feira que extrapolava o entorno da praça João Pedreira, região do centro de cidade onde ela ocorria e onde se aglomeravam inúmeros trabalhadores, a exemplo dos vendedores que pesavam as sacas de fumo cultivadas principalmente na já citada freguesia de São Gonçalo dos Campos, mas, também, em São Félix, Cruz das Almas e na freguesia de São José das Itapororocas²⁶⁷.

A história da pequena Bernardina, abordada no Capítulo III, acontece em um contexto de plantação das malhadas de fumo. Ela apresenta a história de uma criança que fica incubida de tomar conta de uma casa e de outra criança com necessidades especiais, assim como ocorria com outras crianças que Damasceno (2011) cita em sua dissertação:

Rosa, aos 9 anos, já estava na idade em que as meninas começavam a ser preparadas para desempenharem o papel determinado para elas na sociedade escravista. Ela, possivelmente, ajudava a mãe realizando alguns trabalhos domésticos “leves” como varrer a casa, tirar poeira dos móveis e lavar pratos. No alto de seus 6 anos, a pequena Firmina dificilmente escaparia de ter sua infância interrompida para ajudar a mãe realizando outros pequenos serviços. Como sinalizei em outro estudo, era nessa fase da vida que começavam os próprios ensinamentos para o lugar de subalternidade reservado para as meninas e mulheres negras notadamente relacionado às atribuições domésticas²⁶⁸.

É importante perceber que, além da exploração e dos salários baixos, ainda que as horas de trabalho fossem longas, as mulheres negras que exerciam outras atividades fora trabalho doméstico, diferentemente das empregadas que deveriam residir no emprego,

²⁶⁶ DAMASCENO, Karine. **Para serem donas de si...** Op. cit., p. 73.

²⁶⁷ Ibidem, p. 73.

²⁶⁸ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas:** cotidiano e transgressões das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2011. p. 110-111.

tinham mais tempo para se dedicarem à família, ou como mencionado acima, mesmo trabalhando, a convivência com a prole e a comunidade era maior²⁶⁹.

Figura 40 – Charuteiras exercendo seu ofício



Fonte: APEB, início do século XX.

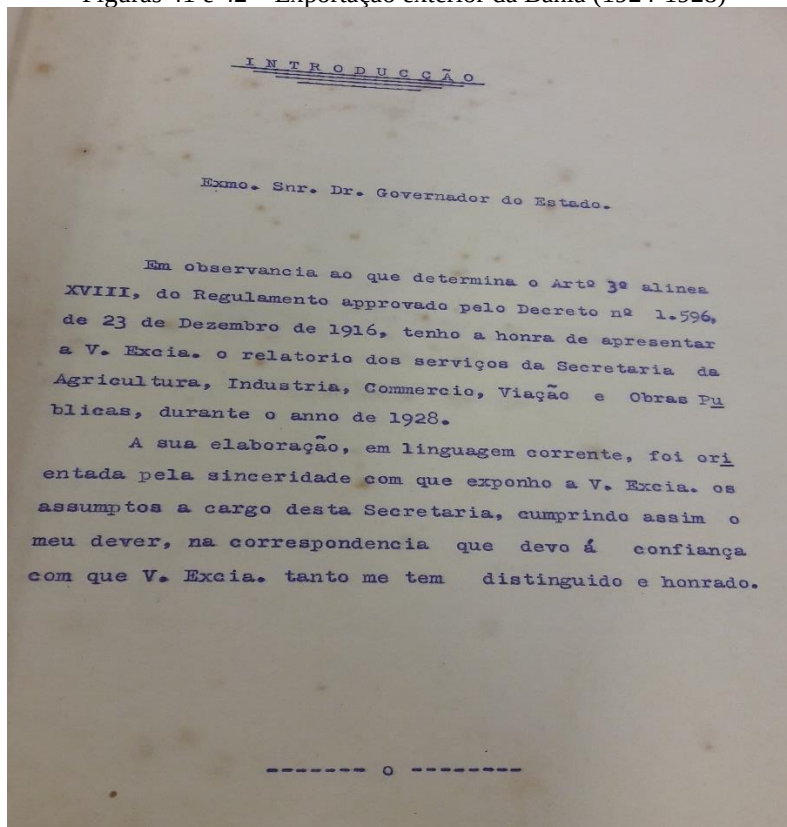
As zonas fumageiras, como São Félix, Muritiba, Cachoeira e São Gonçalo dos Campos, possuíam um quantitativo populacional muito superior quando comparamos com a demais freguesias. De acordo com o recenseamento de 1920, dentre os 136 municípios baianos cadastrados, a região que concentrava os campos de plantio, fábricas e armazéns de fumo, divididos entre Cachoeira, São Félix e São Gonçalo dos Campos e seus respectivos distritos, reunia uma população de 101.729 pessoas, ficando atrás somente da capital, Salvador, que abrigava 132.128 pessoas. É importante também citar Vitória da Conquista com 84.038 habitantes e Feira de Santana com 77.600 pessoas. Vale relacionar essa densidade populacional com a grande produção de fumo da Bahia no período que, consequentemente, oportunizaria possibilidades de trabalho para a população recém-egressa da escravidão.

De acordo com o relatório dos serviços da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, apresentado no ano de 1928 ao Governador do estado, a Bahia ocupava o segundo lugar como produtor mundial de cacau e figurava o terceiro lugar quanto ao fumo, com mais de 90% da produção total do Brasil. De acordo com o quadro comparativo da exportação exterior de fumo do Brasil e da Bahia, no

²⁶⁹ COLLINS, **Pensamento feminista negro...** Op. cit., p. 119.

quinquênio de 1924 a 1928, a Bahia foi responsável pelo percentual de 89,2% a 94,4% de fumo de todo o país.

Figuras 41 e 42 – Exportação exterior da Bahia (1924-1928)



44.

maior producto nos ultimos mezes do anno findo.

Comparemos, num quadro simples, mais expressivo, a exportação exterior de cacão do Brasil e da Bahia:

COMPARATIVO DA EXPORTAÇÃO EXTERIOR DE CACÃO DO BRASIL E DA BAHIA, NO QUINQUENNIO DE 1924 A 1928

Annos	B R A S I L		B A H I A		% annual em toneladas da Bahia sobre o Brasil
	Quantidade Toneladas	Valor	Quantidade Toneladas	Valor	
1924	68.874	98.173:000\$	66.945	94.882:000\$	97,1
1925	64.544	99.862:000\$	62.715	96.273:000\$	97,1
1926	63.311	103.644:000\$	62.131	101.898:000\$	98,1
1927	75.543	187.418:000\$	73.765	183.004:000\$	97,6
1928	Não obtivemos	ainda	72.941	145.585:000\$	

EXPORTAÇÃO DE FUMO: - A Bahia occupando o 2º lugar como productora mundial de cacão, figura em 3º quanto ao fumo, entrando com mais de 90% para a exportação total de fumo do Brasil.

É o que bem denota o quadro abaixo, que dispensa quaesquer considerações, pela evidencia com que os algarismos são expostos:

COMPARATIVO DA EXPORTAÇÃO EXTERIOR DE FUMO DO BRASIL E DA BAHIA, NO QUINQUENNIO DE 1924 A 1928.

Annos	B R A S I L		B A H I A		% annual em toneladas da Bahia sobre o Brasil
	Quantidade Toneladas	Valor	Quantidade Toneladas	Valor	
1924	28.449	71.019:000\$	25.391	63.794:000\$	89,2
1925	34.229	87.783:000\$	32.608	83.932:000\$	95,2
1926	27.014	62.185:000\$	23.395	55.343:000\$	86,6
1927	31.885	70.636:000\$	30.109	64.965:000\$	94,4
1928	Não obtivemos	ainda	26.772	61.681:000\$	

Fonte: Arquivo Público da Bahia.

Como campo de resistência, as zonas fumageiras, apesar do racismo, cuja violência se manifesta em vários sentidos, principalmente no âmbito intelectual e científico, a população negra era vista como incapaz de progressos intelectuais. Davis (2016) postula que isso decorre do fato de que as pessoas negras haviam sido propriedade, assim eram caracterizadas como inferiores, quando comparadas ao epítome branco da humanidade.

Conforme a propaganda do *Jornal O Campesino*, periódico de circulação da cidade de São Gonçalo dos Campos, em 1921, as tradições africanas eram tratadas como crendices, superstições, ilusão, ignorância, como podemos ver na descrição abaixo:

A Benzedura, uma enxaqueca e a tia Joaquina promptifica-se a fazer umas rezas e benzeduras com galhos de arruda e alecrim. Pobre preta velha! Deixe-na na inocente ilusão de sua crendice. Mas não deixem sofrer inutilmente a mocinha. Um ou dois comprimidos de Cefiaspirina serão o bastante para aliviar dessa terrível dor de cabeça.

Na imagem que ilustra a propaganda aparece uma mulher negra e idosa realizando a benzedura em uma mulher branca, deitada numa cama com a expressão de desconfiança na face, como se pode ver na imagem a seguir. Grada Kilomba, em *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*, expõe como a naturalização da violência, pelo viés da neutralidade, inferioriza, primitiviza, infantiliza e desqualifica as pessoas negras e suas tradições²⁷⁰. Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana²⁷¹. Ou melhor, o conhecimento, a erudição e a ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial.

Figura 43 – A Benzedura



Fonte: *Jornal O Campesino*, 1921, SãoGonçalo dos Campos/BA.

Contrariando o determinismo motivado pelo racismo, pois se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo e nem capacidade de adquirir conhecimento. Consequentemente, não teria sido necessário proibi-las de aprender, e a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação²⁷².

²⁷⁰KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

²⁷¹COLLINS, **Pensamento feminista negro...**

²⁷² DAVIS, **Mulheres, raça e classe...** Op. cit., p. 109.

No mesmo jornal citado anteriormente, no dia 4 de março de 1921 foi publicada uma nota sobre a escola noturna, fundada por Luiz Cardozo Cazumbá, comerciante de uma família de descendentes de africanos que, desde o século XIX, manteve o sobrenome familiar, malgrado o regime de escravidão que, entre outras coisas, “abortava” o nome de família dos africanos escravizados e seus descendentes²⁷³.

Luiz Cardoso Cazumbá foi negociante e empresário na cidade de São Gonçalo dos Campos, na primeira metade do século XX. Parece ter seguido a experiência do avô, Manoel Cardoso Cazumbá, que, no início do século XX, comprara terras na localidade da Cruz. Talvez o domínio das leituras e das escritas, que ambos tiveram, tenha facilitado a atuação no mundo dos negócios e investimentos. Mesmo os africanos e descendentes que se destacaram “no mundo dos brancos” ficaram por um longo tempo na invisibilidade, quando não foram branqueados. Ou seja, deram a eles feições de brancos e seus novos sobrenomes não indicavam mais a origem africana, já que, em decorrência do processo do tráfico, os africanos perdiam sua identidade coletiva e individual. Há exceções, como o aqui abordado. No campo da História dos afrodescendentes no Brasil, a manutenção do sobrenome africano constituiu-se uma peculiaridade. É o caso da família Cazumbá.

Então, de acordo com os estudos do professor José Bento Rosa da Silva, Luiz Cardoso Cazumbá era negro e, conforme a nota abaixo do *Jornal O Campesino*, ele foi responsável por abrir os caminhos da educação escolar para a população pobre da região, já que, segundo Barbosa (2015)²⁷⁴, no caso do direito à educação, desde a Constituição Imperial de 1824, há apenas menção à educação escolar no Art. 179, quando se refere às Disposições Gerais e das Garantias dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros.

É importante ratificar que, embora estejamos tratando do pós-abolição, precisamos considerar o contexto de uma sociedade escravista, na qual a pessoa escravizada não era considerado cidadã, mas apenas uma propriedade material do senhor. Também é importante pontuar que, com relação às mulheres, a Constituição Imperial as silencia, e só passam a ter direito ao voto a partir da Constituição de 1934, daí há se pensar nos tortuosos e peculiares caminhos para o exercício da cidadania que os pobres, mulheres e negros tiveram que trilhar. Há restrições no Título 8º, no Art. 179, quando da menção à educação, afirmando que “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”, a

²⁷³ SILVA, José Bento Rosa da. Cazumbá no pós-abolição: memória, identidade e “patrimônio imaterial” em São Gonçalo dos Campos, Bahia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 25, 2018.

²⁷⁴ BARBOSA, Elizabete Pereira. **A Fábrica, a casa e a escola**: as políticas de educação para a infância no Recôncavo Fumageiro da Bahia (1925-1946). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2015.

Constituição de 1891 garantia o direito de oferta escolar através da iniciativa privada. No contexto fumageiro, percebe-se que as pessoas negras estavam se organizando para alfabetizar seus iguais, já que não teriam oportunidade na casa das professoras direcionadas às classe abastadas e tinham consciência dos caminhos que a educação poderia abrir.

Assim, além de a Constituição não cogitar a vinculação de recusos para a educação, relegou a demanda por educação escolar para o indivíduo que, através de motivações pessoais e sociais, buscasse os bancos escolares. Nesse sentido, nem mesmo a revisão da Constituição de 1925/1926 alcança a gratuidade e obrigatoriedade da instrução primária como princípio nacional²⁷⁵. Nesse contexto, o professor Luiz Cardoso Cardoso Cazumbá abriu as portas de sua residência para, certamente, dar oportunidade a trabalhadores e trabalhadoras negras em ter acesso a educação,

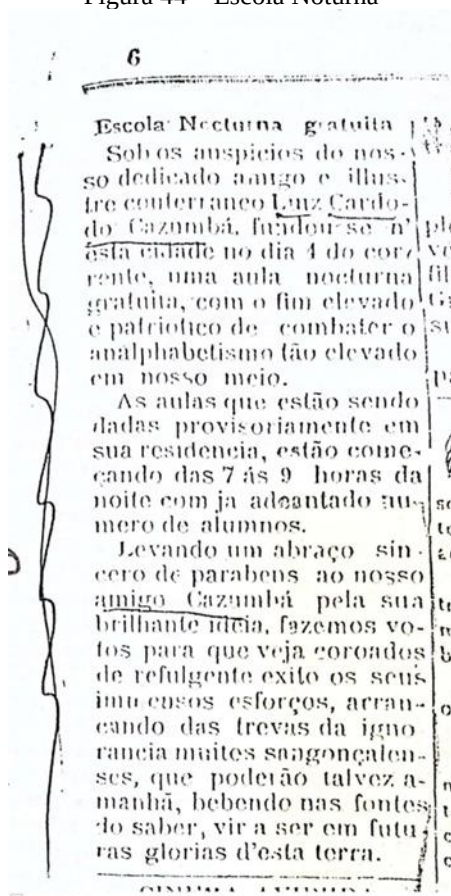
Escola Noturna gratuita, sob os auspícios do nosso dedicado amigo e illustre conterrâneo Luiz Cardozo Cazumbá, fundou-se nesta cidade, no dia 4 do corrente, uma aula noturna gratuita, com o fim elevado e patriótico de combater o analfabetismo tão elevado em nosso meio. As aulas estão sendo dadas provisoriamente em sua residência, estão começando de 7 às 9 horas da noite com já adeantado número de alunos.

Levando um abraço sincero de parabéns ao nosso amigo Cazumbá pela sua brilhante ideia, fazemos votos para veja coroado de refulgentes êxito os seus imensos esforços, arrancando das trevas da ignorância muitos sangonçalenses, que poderão talvez amanhã, bebendo nas fontes do saber, vis a ser o futuro de glória desta terra²⁷⁶.

²⁷⁵ BARBOSA, Elizabete Pereira. Op. cit. p. 115-116.

²⁷⁶ Jornal *O Campesino*, 1921, São Gonçalo dos Campos. Disponível na Biblioteca Municipal de São Gonçalo dos Campos.

Figura 44 – Escola Noturna



Fonte: *Jornal O Campesino*, 1921, São Gonçalo dos Campos/BA.

O “já adeantado número de alunos” indica o grande interesse pela alfabetização, que também é visto na história de Cantídia, quando zela pela frequência dos filhos na escola. Este é um tema que aparece no livro de minha autoria, onde trato sobre as Mulheres na Menendez e Amerino, de 1950 a 1980, e uma das entrevistadas conta que, além de contornar as dificuldades financeiras, estava presente em todas as atividades diárias para manter os filhos na escola²⁷⁷:

No tempo que José trabalhava na fazenda, todo mundo tinha que acordar cedo para trabalhar na roça dos patrão, limpar o terreiro, cuidar das leras²⁷⁸, tirar leite e soltar os boi no pasto; de tardezinha os meninos ia pender os bois. Eu acordava junto, ainda tudo escuro para não deixar os meninos ir, eu ia no lugar deles, para deixar eles dormi mais um pouco para estudar. Naquele tempo era uma farda para os três, o mais velho estudava de tarde, e o do meio de manhã.

²⁷⁷ LESSA, Rosana F. **Mulheres, trabalho e memória na Bahia: o caso da indústria fumageira de São Gonçalo dos Campos, 1950-1980**. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 98.

²⁷⁸ Covas de plantações.

Eles usavam a mesma farda, e quando o mais novo entrou na escola ele usou essa farda também. O dinheiro não dava para comprar livro, mas fazia tudo para os meninos ir para escola. O mais novo, quando a farda lascou, ficou um mês pedindo autorização para entrar na escola sem farda até receber dinheiro para comprar outra camisa.

Durante a gestão de Anísio Teixeira como Diretor de Instrução Pública (1925-1928), esforços foram feitos para que se garantisse na Bahia a obrigatoriedade do ensino, mas quase nada foi efetivado na prática e, assim, no Recôncavo o analfabetismo florescia no vazio deixado pela ausência da iniciativa pública²⁷⁹. E após a abolição, as pessoas negras do Recôncavo Fumageiro seguiram sabiamente rejeitando o lugar de inferiorização e desumanização que a sociedade lhes reservou.

4.1 O limite da liberdade: como ser uma boa doméstica, de acordo com código de posturas e cadastro da Secretaria de Polícia

A tensão gerada pela herança colonial em definir e controlar os destinos dos escravizados é documentada no código de posturas, disponível na Câmara de Salvador, onde, em 1886, anos finais da escravidão, a maior parte da população negra já era livre, e os vereadores, conhecidos como camaristas, por solicitação e reclamações da Secretaria de Polícia, elaboraram algumas posturas para regulamentar a relação entre patrões e empregadas²⁸⁰, como por exemplo, a proibição da matrícula de portadores de doenças contagiosas. As criadas que abandonassem o serviço seriam multadas ou presas, poderiam ser despedidas em caso de falta de respeito com os “amos”, imperícia no serviço, e a ama de leite que abandonasse a criança antes de finalizado o prazo poderia ser multada.

Nas posturas constavam algumas obrigações para os patrões: o criado poderia abandonar o serviço em caso de maus tratos e a ama de leite poderia recusar o serviço em caso de falta de pagamento. Mas há de se pensar nas relações de poder que permeavam essas negociações, onde negros raramente poderiam ter voz. Cecília Soares, em sua dissertação de mestrado, pontua que, em meados do século XIX a utilização do leite materno negro se tornaria objeto de reprovação ferrenha por parte dos médicos brasileiros, influenciados pelas teorias higienistas europeias. Assim, as negras passaram a ser consideradas elementos corruptores da família, que levariam vícios, superstições e

²⁷⁹ BARBOSA, *A Fábrica, a casa e a escola...* Op. cit., p. 116.

²⁸⁰ AMS, papéis avulsos (1886), posturas apresentadas à Assembleia Provincial para apreciação em 30 de Dezembro de 1886.

principalmente doenças, como a sífilis, às famílias brancas. Nesse sentido, na Bahia, em 1855, o médico Joaquim Lopes Viana encabeçou uma campanha que incentivava a amamentação pelas próprias mães²⁸¹. Então, para ser doméstica ou ama de leite as mulheres pobres eram selecionadas pelo discurso da “boa aparência”, que significava: quanto mais clara, maior a possibilidade de ser contratada.

Os vereadores ou camaristas disseram “estar legislando sobre uma matéria espinhosa, uma vez que a classe que se dedica aos serviços domésticos não estava habituada às regras”, haja vista que essa colocação deve ser proveniente das reações da população liberta contra a exploração, já que se trata de um povo oriundo das crueldades da escravidão, portanto, o que mais conhecia eram regras, exploração e castigos. O determinismo do discurso das elites que aparece na frase “a classe que se dedica ao serviço doméstico” indica o restrito campo de possibilidades de trabalho da população negra.

Foram 27 posturas aprovadas em 4 de janeiro de 1887, segundo Walter Fraga, cujo conteúdo revelava que as principais preocupações dos camaristas era estabelecer o controle policial sobre os criados, obrigá-los a cumprir contratos e garantir que a oferta dos serviços fosse feita dentro dos preceitos higienistas da época²⁸².

Como consequência imediata desse processo – que poderemos ratificar o pensamento de Angela Davis, na qual constata que a escravidão poderia ser chamada eufemisticamente de “instituição doméstica” – foram realizadas matrículas de criadas entre os anos de 1887 e 1893, na relação constava nome, naturalidade, estado civil, idade, profissão, “sinais característicos” e nacionalidade. Ao todo foram 791 criados e criadas matriculadas, destes, 566 mulheres e 225 homens. 205 criados e criadas eram oriundos do Recôncavo e, de acordo com Fraga Filho, representavam 25,9% dos criados, sendo que 110 eram dos centros açucareiros, enquanto que os demais, das outras várias regiões do Recôncavo – não é possível identificar onde atuavam, se eram das zonas fumageiras ou não.

Conforme o Registro de Secretaria de Polícia da Província da Bahia, para inscrição de pessoas, sendo elas livres ou libertas, para ocuparem as funções de criados de servir, cozinheiros, copeiros etc., deveriam seguir as posturas de número 2 e 4 da

²⁸¹ SOARES, Cecília. **A mulher negra na Bahia do Século XIX**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 1994.

²⁸² FRAGA FILHO, Encruzilhadas da Liberdade.

Câmara Municipal de Salvador, de 4 de Janeiro de 1887. No item observação, a maior parte das pessoas matriculadas estava alugada em alguma residência, ou seja, eram escravizadas, como no caso de Idalina Maria, registrada pelo número de 252, filha de Benedicta Maria, residente na Freguesia dos Mares, da cidade de Salvador, solteira, com 22 anos, cadastrada para exercer o serviço doméstico, de cor cabra, estatura regular, rosto oval, olhos grandes e pretos, cabelos carapinhas, nariz grande e chato. Ela declarou estar alugada na casa de Dona Maria da Conceição Oliveira, na Rua da Lapa. Maria Emília de Aleluia, cujo registro é 202, filha de Maria Damiana, natural de Santo Amaro, Bahia, solteira, 30 anos, cadastrada como ama de leite, cor acabocada escura, alta e cheia de corpo, rosto oval, sobreolhos castanhos e regular, cabelo carapinha, nariz graúdo, boca regular, tem sinais em seu rosto, declarou estar alugada como ama de leite na casa de Seu Joaquim, na Rua das Mercês, 118. Já Maria Luiza Mesquita declarou estar empregada, registrada no dia 18 de abril de 1887, pela numeração 280, filha de Luís Ferreira e Luísa Mesquita, natural da Bahia, cor preta, estatura baixa, rosto redondo, boca graúda, lábios grossos, todos os dentes careados e nariz chato, declarou estar empregada na casa de Sr. Francisco Fernandes de Mesquita, na Rua Conselheiro Pedro Luís, 13.

Figura 45 – Registro da Secretaria de Polícia, 1887

Registro da Secretaria da Polícia da Província da Bahia, para inscrição das pessoas, que, sendo livres ou libertas, tomarem a ocupação de criados de serviço, cozinheiros, capangas etc., etc., segundo as posturas n.ºs. 2 e 4, da Câmara Municipal desta Cidade, de 4 de Janeiro de 1887.

N.º de Matr.	NOME	Filiação	Naturalidade	Estado	Idade	Profissão	Nacionalidade	Signos característicos	Observações
155	Idalina Maria	Filha de Benedicta Maria e João da Silva	Salvador	Solteira	22 annos	Cabreira	Braza	Cor preta, estatura regular, rosto oval, olhos grandes e pretos, cabelos carapinhas, nariz grande e chato.	Está alugada na casa de Dona Maria da Conceição Oliveira, na Rua da Lapa.
156	Maria Emília de Aleluia	Filha de Maria Damiana e João da Silva	Salvador	Solteira	30 annos	Ama de leite	Braza	Cor acabocada escura, alta e cheia de corpo, rosto oval, sobreolhos castanhos e regular, cabelo carapinha, nariz graúdo, boca regular, tem sinais em seu rosto.	Está alugada como ama de leite na casa de Seu Joaquim, na Rua das Mercês, 118.
160	Maria Luiza Mesquita	Filha de Luís Ferreira e Luísa Mesquita	Salvador	Empregada	28 annos	Empregada	Braza	Cor preta, estatura baixa, rosto redondo, boca graúda, lábios grossos, todos os dentes careados e nariz chato.	Está empregada na casa de Sr. Francisco Fernandes de Mesquita, na Rua Conselheiro Pedro Luís, 13.

Fonte: Arquivo Público da Bahia, Cadastro da Secretaria de Polícia, 1887.

Possivelmente as pessoas livres trilharam seus caminhos recusando o controle do estado para dar direção aos seus destinos, definindo e limitando suas aptidões pessoais e profissionais baseadas em suas características físicas e etárias.

4.2 Operárias negras na vanguarda da construção da dignidade

O jornal *A classe Operária*, de 30 de maio de 1925, traz um apelo das charuteiras da Bahia:

A classe operária, 30 de maio de 1925.

As operária Charureiras da Bahia apellam para “A Classe Operária”.

São Félix, 12 de maio.

Levamos ao conhecimento do proletariado industrial e agrícola os horrores que sofremos. Somos tratadas como seres inferiores.

Por dia podemos fazer no máximo 300 charutos “a pau”, isto é, comuns. Sendo a mão as companheiras mais ligeiras conseguem fazer de 100 a 140. Os patrões pagam por um cento de charutos 1\$500, 1\$, \$800, \$ 700, \$ 640, \$ 620, \$ 600 e até \$ 500. Os charutos a mão são pagos a 2\$ o cento.

Quando fazemos mais de cem os patrões descontam alegando que há alguns charutos com defeito. E então, perdemos o feito.

Nosso salário regula entre 15\$ e 20\$ semanais. Em cada cento, deixamos um charuto para o patrão. Havendo 600 operários e operárias só na Costa Ferreira e Penna, podemos calcular que esses senhores ficam diariamente com 1200 charutos grátis. São, portanto no fim do ano 360 mil charutos grátis.

Deixamos a mais dois dias de trabalho. Esses dois dias só são recebidos de seis em seis meses. Imagine o proletariado do Rio o que valem dois dias arrancados a 600 operários e operárias que ganham 2\$ a 3\$ por dia, isso mesmo só quando acham aviamentos.

Somos empreiteiras. Ganhamos pelo que fazemos. Os diaristas deste trabalho são poucos; trabalham em outra seção como a banca de capas que apronta os aviamentos.

Bebemos água em uma caneca. A caneca é uma lata de creolina que adaptamos. O depósito d’água são duas jarras.

Há pouco com a greve, os burgueses daqui argumentaram 40 e 60 réis em um cento de charutos, fazendo de nós mendigas.

As companheiras grávidas continuam sentar-se com os mesmo tamboretos de pau tosco.

Os que nas grandes cidades, nas casas elegantes fumam os charutos finos de São Félix, mal sabem a exploração inominável a que vivemos submetidas.

Nossas aspirações são as seguintes:

(A) Econômicas

1. Salário fixo de 4\$ diários por 250 charutos a pau ou cem charutos a mão;
2. Nenhum desconto quando a conta passar de cem charutos;
3. Nem um só charuto de quebra;
4. Pagamento semanal de todos os dias de trabalho;
5. Extinção de empreitadas;
6. Licença de 15 dias para as companheiras no parto e pagamento integral

(B) Higiênicos

1. Água pura e Copos
2. Bancos especiais para companheiras grávidas

(C) Políticas

1. Direito a livre associação;
2. Não sermos despedidas quando comemorar o 1º de maio.

Tais são as nossas aspirações imediatas. O primeiro de maio é feriado por lei, em todo país menos em São Félix.
 Este ano os senhores da Costa Ferreira e Penna proibiram que comemorássemos nosso dia sob ameaça de irmos para rua.
 Operárias charuteiras de São Félix²⁸³.

Possivelmente, essas reivindicações são um desdobramento dos movimentos grevistas, de 1919, tratados no capítulo anterior, onde também descrevemos o episódio que aconteceu na Dannemann, no qual uma operária foi pega pelo mestre com três folhas de fumo na lata onde levava a merenda. Só o fato de o episódio ter ocorrido em 1928, e o documento trabalhado neste capítulo em 1925, nos mostra que as reivindicações das operárias charuteiras não foram atendidas. É importante destacar que as mulheres não viam problema no trabalho, mas na exploração, e usaram todas as possibilidades para serem ouvidas e respeitadas.

É importante entender a força e ativismo das operárias das fábricas de charutos do Recôncavo em demarcar sua humanidade e valorização no momento que não aceitam que a sociedade as vejam como “seres inferiores”. Essa consciência marca a personagem principal de Mariah Costa Penna, Cantídia, que reflete:

É muito doloroso alguém sentir-se marginalizado na vida. Não é desumana a divisão classe, porém o é a disparidade com que são tratados muitos seres humanos. Quem pode advinhar a extensão dos sentimentos ou compreender o fundamento do procedimento de gente tão carente? Muitas desdenhavam das pessoas bem vestidas, agrediam com olhares quando eram notadas²⁸⁴.

As relações de poder transparecem na inversão dos valores. As operárias eram lesadas, roubadas cotidianamente, na medida em que os donos das fábricas pagavam quando e quanto queriam no produto de seu trabalho, fazendo-as de “mendigas”. Muito inteligente a colocação dessas mulheres que, ao rejeitarem a condição de medigas, estão validando o poder que têm de autodefinição²⁸⁵, além de se apropriarem injustamente de uma grande quantidade de charutos, alegando produto defeituoso “havendo 600 operários e operárias só na casa da Costa Ferreira e Penna podemos calcular que estes senhores ficam diariamente com 1200 charutos gratis. São portanto no fim do ano 360 mil charutos gratis”. Elizabete Barbosa (2015) constata que quanto mais perfeição no trabalho, menor a probabilidade de ser dispensada; quanto mais jovem, maior a probabilidade de não ser

²⁸³ Jornal *A Classe Operária*, 30 de maio de 1925. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-classe-operaria/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

²⁸⁴ PENNA, **Vidas da vida...** Op. cit., p. 144.

²⁸⁵ COLLINS, **Pensamento feminista negro...** Op. cit., p. 207.

dispensada também, pois as mais jovens, com menor tempo de fábrica, representavam os salários mais baixos, os quais poderiam ser mantidos a baixo custo. Essas eram duas das estratégias que os empregadores usavam para explorar a população pobre, pois para não ser dispensada do trabalho as mulheres se esforçavam o máximo que podia para aumentar a produção, e as crianças eram mantidas a baixos custos, assim²⁸⁶:

Consequentemente, no cenário do Recôncavo fumageiro havia entre as famílias certa instabilidade no orçamento familiar e, por consequência, o baixo prestígio na hora de realizar as compras no comércio local, pois a situação econômica gerava desconfiança e medo por parte dos comerciantes. Então, a trabalhadora que estava com carteira assinada na fábrica ostentava mais prestígio na hora de comprar do que a trabalhadora que estava em casa trabalhando por conta própria. Havia um temor, instalado por parte do comerciante local, de que a trabalhadora autônoma poderia não conseguir honrar o compromisso financeiro.

Grada Kilomba reflete sobre como o discurso da perfeição molda as relações sociais entre negros e brancos²⁸⁷:

O sujeito negro está preso em um estado de servidão permanente, na medida em que procura dar a resposta perfeita ao sujeito branco [...]. Uma fantasia nada gratificante, pois ninguém pode alcançar tal estado idealizado e de perfeição. Enquanto a braquitude pode ser incoerente e ter defeitos, espera-se que a negritude seja perfeita e precisa.

Os padrões de perfeição impostos e definidos pela elite branca asseguravam a imperfeição constante a tudo que viesse da população da negra e fosse conveniente para a manutenção da submissão e da subalternidade.

As aspirações das operárias eram mínimas, podiam ser confundidas com o significado da palavras: respeito, dignidade e liberdade. Não queriam ser exploradas, roubadas, mas ter a garantia de um salário fixo e a humanidade no trato com grávidas. A vida das charuteiras estava direcionada para a conquista da igualdade. E nesse aspecto, Audre Lorde é taxativa, ao perceber que a sobrevivência das mulheres negras depende da capacidade de se relacionarem com a igualdade:

As mulheres precisam desenraizar os padrões internalizados de opressão internalizados por nós mesmas se quisermos verdadeiras mudanças sociais, sendo que é importante reconhecer as diferenças, mas não como superiores ou inferiores, mas como fator de enriquecimento para as lutas²⁸⁸.

²⁸⁶ BARBOSA, **A fábrica, a casa e a escola...** Op. cit., p. 51.

²⁸⁷ KILOMBA, **Memórias da plantação...** Op. cit., p. 233-234.

²⁸⁸ LORDE, **Irmã outsider...** Op. cit. p. 98.

Só que não perdemos de vista que esse é um processo tortuoso, sofrido e marcado por inúmeras vezes voltadas para a manutenção dos privilégios e hierarquias de gênero, classe e raça. Então, por mais que os negros recém-egressos da escravidão contruissem a liberdade em suas mentes, as condições que a sociedade dispunha para sua sobrevivência os mantinha aprisionados, ou melhor, nunca haverá liberdade e empoderamento racial sem que haja acesso aos recursos financeiros.

Então, a função central da reescrita da história é trazer para o campo do debate educacional as relações de poder impostas pelo colonialismo, inclusive os efeitos psíquicos. O homem negro era costumeiramente impossibilitado de ter um salário que desse para sustentar sua família, isso significava que as mulheres continuariam a trabalhar, mas ao sair dos espaços destinados às mulheres, sobretudo as mulheres negras, elas perdiam o respeito de suas comunidades²⁸⁹. Assim, vemos que a lógica social converge para que o sujeito se mantenha no seu lugar no sistema de exploração de classe, por depender de meios dominados pelos opressores para garantir a sua sobrevivência.

A reivindicação à liberdade de filiação ao movimento sindical e a comemoração do 1º de maio para os operários e operárias no Brasil reflete essas questões, principalmente no que refere ao autoritarismo e ao ímpeto escravocrata dos senhores da Ferreira Costa e Penna, no momento em que proibem, em São Félix, festejos comemorados em todo Brasil, sob a pena de demitir operários e operárias que participassem da celebração. Segundo Lélia Gonzalez, os meses de maio e junho nos trazem datas da maior importância. Elas dizem respeito às duas comunidade que pertencemos: a comunidade negra e a comunidade trabalhadora, e a situação vivida por nossos antepassados não é tão diferente da atualidade, pois a empregada doméstica não é muito diferente da mucama²⁹⁰.

Sobre esse aspecto, é importante citar a dissertação de mestrado de minha autoria, “Mulheres na indústria fumageira de São Gonçalo dos Campos – Bahia: cotidiano e memórias (1950-1980)”, onde trabalho com as atas do Sindicato dos Trabalhadores do Fumo, criado em 1959, que foi a agremiação que mais deu visibilidade à atuação das mulheres como mão de obra ostensiva no município. É importante que a temporalidade é diferente da proposta da tese, mas dialoga diretamente com o tema e contexto.

²⁸⁹ COLLINS, **Pensamento feminista negro...** Op. cit. p. 115.

²⁹⁰ GONZALEZ, **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano...**

As discussões promovidas pela agremiação revelam como o sindicato funcionava e estava totalmente condicionado à vontade dos donos de armazéns e fábricas de charutos, ao invés de proteger os operários. Conforme a leitura das atas²⁹¹:

[...] em seu discurso o presidente do sindicato relata que a rebeldia é o maior fracasso da classe operária e descreve as maneiras com que a classe devia proceder, afirmando que as mulheres deviam ser educadas no trabalho e nas reuniões do Sindicato, fazendo silêncio. Dessa forma, evitariam tomar “carões” dos mestres. Seguindo um discurso moralizante, as reclamações das mulheres gerariam uma situação desconfortável, pois não prejudicaria só aquelas que conversavam, mas todo o grupo, onde se faziam presentes mulheres casadas e mocinhas que não poderiam passar por tais constrangimentos. Explicita que o Sindicato é o espaço que pode ser usado pelos empresários para reclamarem do procedimento dos operários e vice-versa. Dessa forma, percebe-se que o SINDIFUMO era um espaço nitidamente político e disciplinador, no qual as mulheres eram tuteladas por homens que se faziam responsáveis pelas suas atitudes e as disciplinavam para que satisfizessem os interesses dos donos de armazém com a maior produção que pudessem. Era uma via de mão dupla. Por um lado, em que reivindicavam e buscavam os direitos dos trabalhadores baseados na CLT, pois as conquistas efetivas foram baseadas na lei, ou seja, eles fizeram valer a lei e conseguiram disseminá-la entre os que não a conheciam. Constam nas atas a proibição do trabalho infantil, a impossibilidade de se trabalhar na clandestinidade, e as normas de compensação para trabalhos em dias de feriado.

É importante salientar que os sindicatos de trabalhadores pobres estavam mais voltados a atender aos interesses dos patrões do que dos seus filiados. As mulheres deveriam ser submissas ou as que representassem bem o papel de serviçais obedientes eram mais valorizadas por seus empregadores, independentemente da qualidade do trabalho. Em *Irmã outsider*, Audre Lord postula que, em termos tradicionais, são os membros dos grupos oprimidos e coisificados que devem se esforçar para conciliar a realidade de sua vida e a consciência do seu opressor²⁹². O exemplo citado abaixo materializa como caminhavam as ações do sindicato para a resolução das demandas do operariado:

No dia 26 de maio de 1960, consta que Dona Maria Adélia questionou uma resolução do presidente do sindicato, pois ele informara que ela teria o direito de receber o salário de acordo com a sua produção. Então, ela e algumas companheiras declararam ao seu empregador que só receberiam o pagamento com base no salário mínimo. Ele se negou a pagar, como de fato não pagou. Dona Maria e suas companheiras deixaram o dinheiro no escritório do armazém, em uma sexta-feira, como forma de registrar a

²⁹¹ LESSA, **Mulheres, trabalho e memória na Bahia...** Op. cit., p. 100.

²⁹² LORDE, **Irmã outsider...** Op. cit., p. 191.

insatisfação delas. Sem dinheiro para comprar mantimentos, as mulheres passaram fome até a segunda-feira. O gerente deu um ultimato, dizendo que não pagaria quantia maior do que 70 cruzeiros por diária. Sem muitas opções, se sujeitaram a receber a quantia. Quando Dona Maria perguntou por que algumas de suas companheiras, que se sentavam na escolha junto aos homens e davam a mesma produção na escolha do fumo, recebiam 70 Cr\$, enquanto os homens ganhavam 120 Cr\$, ouviu a seguinte resposta: “era essa quantia para mulher e quem não quisesse fosse embora que ele pagaria o salário, daria o aviso prévio, ainda afirmou à companheira Maria Luiza Cerqueira que os prepostos da firma não autorizavam mais esta conversa ali sob pena de mandar todas ir embora dali sem direito nenhum”²⁹³. Então, a fome e a miséria, condicionadas pelas relações de poder, fizeram com que mulheres permanecessem prisioneiras da exploração.

Segundo Lord, em uma sociedade onde o bom é definido em termos de lucro e não em termos de necessidade humana, há sempre um grupo de pessoas que, por meio de uma opressão sistematizada, é obrigado a se sentir supérfluo, a ocupar o lugar do inferior desumanizado. Dentro dessa sociedade, esse grupo é composto por negros e pessoas do Terceiro Mundo, trabalhadores, idosos e mulheres²⁹⁴.

As imagens a seguir, extraídas do documentário *Erva Bruxa*, ilustram o processo de escolha e destalação das folhas de fumo. Em geral, sentados no chão ou em bancos, os homens representavam uma mão de obra significativa para realizar a atividade de “destalar as folhas de fumo”, mas nunca participavam do processo de confecção de charutos, uma particularidade das relações de gênero no Brasil, por conta do formato fálico do produto. A destação e a escolha significavam um processo pré-industrial à fabricação do charuto. Era preciso deixar as folhas sem o talo, por isso, a expressão “destalar o fumo”. Após essa etapa, já com as folhas sem talo, era necessário estirar, organizar em fardos e amarrar, o que acelerava o trabalho das charuteiras na fabricação de charutos ou cigarrilhas²⁹⁵.

Figura 46 – Mulheres na escolha do fumo

²⁹³ Ata do Sindicato dos Trabalhadores do Fumo, São Gonçalo dos campos.

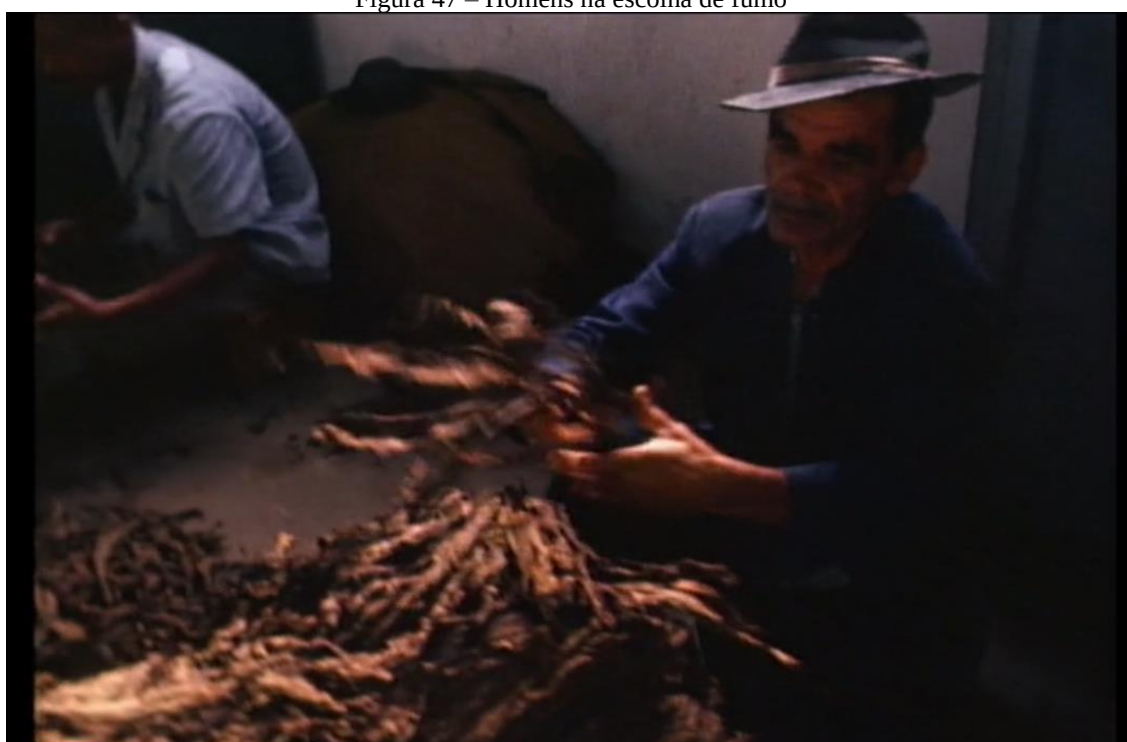
²⁹⁴ LORDE, **Irmã Outsider...** Op. cit. p. 171.

²⁹⁵ BARBOSA, **A Fábrica, a casa e a escola...** Op. cit. p. 55.



Fonte: Documentário *Erva Bruxa*, 1970.

Figura 47 – Homens na escolha de fumo



Fonte: Documentário *Erva Bruxa*, 1970.

Sobre a inversão de valores, segundo Audre Lorde, é tarefa cotidiana para cada um de nós retirar essas distorções das nossas vidas, ao mesmo tempo em que

reconhecemos, reivindicamos e definimos essas diferenças com base nas quais elas são impostas²⁹⁶. Todos nós fomos criados em sociedades onde encontramos essas distorções e, nesse sentido, o funcionamento do sincado dos trabalhadores da indústria do fumo estava condicionado ao controle dos empregadores.

Nessa agremiação encontramos um registro sobre a relevância do 1º de maio, comemorado com sessões solenes e a presença dos empregadores e prepostos junto aos operários²⁹⁷:

[...] no dia 1º de maio de 1961, às 9 horas da manhã, reunindo autoridades como o presidente de honra Sr. Hanibal Pedreira, o Sr. Antonio Pires dos Santos, preposto autorizado de uma firma, o Sr. Otávio Fernandes de Oliveira, presidente do Sindicato, o Sr. Juca Pedreira, representando o juiz de direito dessa comarca, o Sr. Ulisses Peixoto, delegado de polícia, o Sr. Presídio Gomes, presidente da Lira Sangonçalense, o Padre Josemir Valverde e, para representar a classe trabalhadora, tomaram parte da mesa duas operárias, a Srª Normata Fernandes de Oliveira e Srª Maria Hermenegilda Alves Pereira, sendo que a participação destas parece ter sido de caráter meramente ilustrativo, pois na ata há o pronunciamento de todos os participantes, menos das mulheres que fizeram parte do evento [...]. As autoridades do município era constituída pelos empregadores, começaram a sessão parabenizando a união entre os trabalhadores, que foi fator decisivo para a organização e conquista do Sindicato. Em seguida o Padre Josemir, ao proferir seu discurso, parabenizou a “união” entre empregadores e empregados, pedindo que continuassem daquela forma a relação entre eles para que houvesse maiores conquistas e progresso para todas as classes, usando exemplos bíblicos para ressaltar as benesses do trabalho com união concluiu o discurso louvando à São José, o patrono de todos que trabalham.

Em uma comemoração marcada pela “união” entre empregados e empregadores, conduzida por homens, certamente beneficiou muito mais os empregadores do que os operários, mas, ainda assim, não tiravam das mulheres a consciência que tinham da sua condição. Nesse sentido, Collins afirma: “sempre fomos as melhores atrizes do mundo, acho que somos muito mais inteligentes que eles, porque sabemos jogar o jogo. Sempre tivemos que viver duas vidas – uma para eles, outra para nós mesmas”²⁹⁸.

Os ganhos das mulheres estavam condicionados à sua produção diária, ou seja, em uma relação de trabalho conhecida como empreitada, o operário só recebe pelo que produz e o resultado de seu trabalho, sendo desvalorizado, mesmo que mantivesse a alta produção, seria a inominável exploração. Além disso, as mulheres ficavam presas à

²⁹⁶ LORDE, *Irmã outsider...*

²⁹⁷ LESSA, *Mulheres, trabalho e memória na Bahia...* Op. cit., p. 111.

²⁹⁸ COLLINS, *Pensamento feminista negro...* Op. cit., p. 179.

disponibilização da matéria-prima para a confecção dos charutos, os chamados aviamentos.

A necessidade as fizeram enfrentar as péssimas condições de trabalho, que mesmo após as greves de 1919, mantiveram-se, inclusive nos casos de mulheres grávidas, que além de inalar o cheiro do tabaco, sentavam-se em tamboretes toscos que traziam sérias consequências para saúde. Mariah Costa Penna relata em seu livro que a morte de mulheres fumageiras era algo recorrente e muitos abortos eram motivados pela vida miserável que levavam e, segundo a autora, para elas era melhor ter um anjinho no céu do que mais uma criança passando necessidade na terra.

A história de Berila retrata a precariedade a que mulheres grávidas estavam expostas.

Mal começaram a trabalhar, uma das charuteiras, a Berila, queixou-se de uma dor na barriga, que foi aumentando com intensidade. Precisou ser levada para casa que ficava nas bandas do “Mata-Moleque” [...]. Cantídia e Urânia foram ao Mata-Moleque ao encontro da companheira. Encontraram lá a Sia Porfíria Abortiva fazendo massagem no ventre da pobre Berila, o sangue empapava os panos e escorria pelo chão de cimento da casinha [...] ²⁹⁹.

Mulheres negras pobres morriam à míngua, não podiam buscar auxílio médico, pois eram criminalizadas e maltratadas por realizarem o aborto, e as pessoas que utilizavam de técnicas caseiras para a realização do procedimento poderiam ser presas, e a vítima era a culpada, conforme diz a personagem Sia Porfíria Abortiva: “ela [Berila] pediu e eu fiz. Agora se tá sofrendo é porque quis; eu não pedi pra fazer. Se o Doutor vier aqui vai mandar me prender” ³⁰⁰.

As práticas desumanas comuns ao regime escravista, como aponta Damasceno, continuaram sendo impostas à vida das mulheres negras:

[...] as especificidades da escravidão feminina não influenciavam apenas suas vidas, pelo contrário, refletiam diretamente na vida de suas filhas e filhos pequenos, pois além das péssimas condições sanitárias e da desnutrição dessas mulheres, mesmo durante o período da gravidez, era comum que fossem submetidas a trabalhos exaustivos e, uma vez que davam à luz, voltavam para o trabalho quase que imediatamente. Vários estrangeiros em visita ao Brasil fizeram imagens em que mulheres escravizadas, libertas e livres apareceram com suas filhas e filhos atados a seus corpos enquanto trabalhavam seja nos serviços rurais ou urbanos. Algumas dessas mães trabalhadoras sequer puderam amamentar suas crianças, como era comum entre as amas de leite que, na melhor das hipóteses, tinha que dividir seu leite com seu bebê e as

²⁹⁹ PENNA, Vidas da vida... Op. cit., p. 102.

³⁰⁰ Ibidem, p. 103.

crianças recém-nascidas da família senhorial que, por sua vez, deveriam ser priorizadas em relação aos primeiros³⁰¹.

Violência e exploração de toda ordem eram vivenciadas, das mais perversas e reacionárias, e as particularidades variavam de acordo com o contexto que essas mulheres tiveram que labutar pela sobrevivência. Certamente, tais condições não interessavam aos consumidores dos charutos luxuosos, ainda assim, driblando o silêncio e a desumanidade, essas mulheres usaram a voz para lutar por dignidade, ao denunciarem as condições a que estavam submetidas. Segundo Lélia Gonzalez, a mulher negra anônima exerce o papel histórico mais importante, pois apesar da pobreza, solidão, aparente submissão, ela é portadora da chama da liberdade, justamente porque não tem nada a perder³⁰². Em resposta às charuteiras da Bahia, pelo mesmo jornal, em 6 de junho de 1925, as charuteiras do Rio de Janeiro escreveram:

As charuteiras do Rio de Janeiro, vieram ao único órgão da classe trabalhadora dizer que não é só no coração da Bahia que se passam os fatos denunciados pelas companheiras de São Félix. aqui no Rio de Janeiro ao lado da Rua Conde de Bonfim, ao lado dos palacetes dão -se factos que não ficam atrás. Nós operários da Companhia Souza Cruz, vimos, por isso apellar para o órgão dos trabalhadores – A CLASSE OPERÁRIA – único órgão da classe operária do Brasil deve contar aos outros trabalhadores a nossa situação, os nossos sofrimentos e a nossas aspirações. Esparamos que o jornal dos trabalhadores não silenciárá a respeito. Somos 1.500 operários dos quaes 500 moças. Só na secção de encarteiramento existem umas 300.

Horas de trabalho.

Theoricamente em todas as fábricas, o horário official é de 8 horas. Mas na prática são poucas casas que admitem esse horário.

Na companhia Souza Cruz o horário official é de 9 horas, trabalhamos de 7 às 10 da manhã; almoçamos; depois trabalhamos de 11 às 2 horas da tarde; paramos 15 minutos, em seguida trabalhamos de 2:15 até as 5:15. São , portanto 9 horas de trabalho. Dentro do Rio de Janeiro.

Officialmente, o horário da Souza Cruz é , pois de 9 horas. Mas, na realidade o horário vae muiit mais além. Como é sabido, a maioria dos operários do Rio de Janeiro mora longe do local de trabalho. Resultado: perde um tempo enorme de ida e volta.

Há operários da Souza Cruz que moram em barracões em Ramos, em Bento Ribeiro, na Penha e se levantam às 3 ou 4 horas da madrugada, afim de poder chegar às 7 horas no portão da fábrica. Por sua vez, só chegam em casa, às 9 e 10 da noite. Consequência: para ganhar o pão amargo, esses companheiros têm de ficar fora de casa- no trabalho direto para o patrão ou no trabalho ditero para locomover-se. Dormem apenas 7, 6 e até 5 horas, enterram todos os dias nos trens e nas caminhadas de 6 a 8 horas- horas preciosas que, em outra organização sindical seriam empregadas em estudo. Que poderá esperar a sociedade de taes homens batidos pelo cansaço e pela miséria? Que filhas

³⁰¹ DAMASCENO, **Para serem donas de si...** Op. cit., p.160.

³⁰² GONZALEZ, **Por um feminismo afro-latino americano...** Op. cit., p. 64.

poderão sahir de taes mulheres que, só nos trens apertadas , aos solavancos desperdiçam parte da vida?³⁰³

Os operários da Souza Cruz continuam descrevendo a diferença entre os salários de homens e mulheres, indicando que o pagamento é feito no dia 5 de cada mês, havendo um abono no dia 29. O apelo continua ressaltando que as senhoras e cavalheiros da aristocracia burguesa mal imaginam o desespero, a angústia e a miséria que são encobertos por elegantes carteiras cigarro.

É importante ressaltar a precarização geral do trabalho no pós-abolição e a maneira que essas condições incidiam na vida da população pobre. De acordo com a Lei 1.846, de 14 de agosto de 1925, a Reforma da Instrução Pública no Art. 3º, determina:

Qualquer estabelecimento industrial do Estado, por grupo de 200 operários, será obrigado a manter, à sua custa, uma escola primária elementar para os filhos dos operários e cursos noturnos para os operários adultos analfabetos. §2º O Diretor Geral de Instrução assignará a cada empresa um prazo razoável para o cumprimento do disposto neste artigo. A empresa omissa incorrerá na multa de 2:000\$000 ao primeiro ano da sua falta e na de 4: 000\$ em cada ano subsequente³⁰⁴.

Conforme os estudos de Elizabete Barbosa, certamente as autoridades do Recôncavo esperaram aproximadamente 17 anos, desde a Lei de 1925 até o ano de 1942, para ver inaugurar a primeira escola para os trabalhadores do Sindicato, conforme o anúncio do Jornal *O Correio de São Félix*³⁰⁵:

ESCOLA NO SINDICATO DOS TRABALHADÔRES DA INDÚSTRIA DO FUMO Por determinação do Interventor Federal da Bahia, foi nomeada, segundo indicação da Legião Brasileira Contra o Analfabetismo para reger a então inaugurada escola do Sindicato dos trabalhadores da Indústria do Fumo de S. Félix e Cachoeira, cuja sede é nesta última cidade, a professora Maria do Nascimento Rodrigues. Nesta época na qual, a maior preocupação dos responsáveis pelo destino da nossa juventude é exatamente a sua alfabetização, merece especial menção o esforço dos dirigentes da associação acima, trabalhando para a criação de uma escola, desejo realizado agora e que teve a dedicada colaboração do Sr. Humberto Correia, digno fiscal do M. do trabalho na zona. (O CORREIO DE SÃO FÉLIX, nº 66, Ano IX, de 11 de agosto de 1942). E foi também no mesmo ano que o Prefeito em exercício, na cidade de São Félix, Dr. Júlio Ramos de Almeida nomeia uma regente para que a escola Landulfo Alves funcionasse também no turno noturno, pois até então funcionava apenas no diurno.

³⁰³ Jornal *A classe operária*, 1925. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-classe-operaria/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

³⁰⁴ BRASIL, 1925.

³⁰⁵ BARBOSA, A *Fábrica, a casa e a escola...* Op. cit., p. 203.

É importante relacionar a aproximação da educação com o movimento de organização das massas operárias, principalmente neste momento que estamos vivendo o centenário de Paulo Freire, autor de *A pedagogia do oprimido*³⁰⁶, livro publicado originalmente em 1970, que faz uma análise sobre a função da educação como instrumento para empoderar ou privar o indivíduo de direitos. O autor analisa a “educação bancária”, na qual os estudantes dominam o conhecimento pronto, reforçando as desigualdades sociais e, conseqüentemente, alguns estudantes têm mais oportunidades que outros. Nesse modelo, os indivíduos que disponibilizam de melhores estruturas sociais sempre estarão encabeçando as profissões valorizadas e perpetuando a exclusão.

No final do século XIX, a partir da década de 1860, a educação dos pobres ganha espaço nos discursos da elite³⁰⁷. De acordo com Demerval Saviani, a discussão circulante tinha um foco comum: a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, atribuindo à educação a tarefa de preparar esse novo tipo de trabalhador para garantir que a passagem ocorresse gradualmente, evitando-se possíveis prejuízos aos proprietários de terras e de escravos³⁰⁸.

No período compreendido entre 1860, passando pela Abolição e a Proclamação da República, o foco das discussões era a ligação entre a emancipação e a instrução³⁰⁹. O discurso que circulava, conforme os jornais, era que a educação formaria cidadãos que contribuiriam com a grandeza da nação.

A questão que se colocava era a construção de uma sociedade sustentada por uma nova ideologia cujo [...] conceito de trabalho [...] se revestia de uma roupagem dignificadora e civilizadora [...], que viria [...] inclusive, despertar o nosso sentimento de “nacionalidade”, superar a “preguiça” e a rotina associadas a uma sociedade colonial, e abrir as portas do país à livre entrada dos costumes civilizados – e o do capital – das nações europeias mais “avançadas”³¹⁰.

Além disso, as leis da época procuravam coibir ações que ofendessem a tranquilidade pública e, mais ainda, a instrução aqui já era pensada como um caminho para afastar o instinto da ociosidade e, para isso, a presença da escola seria fundamental. No entanto, apesar dessa crença, essa presença não significou a integração plena desse grupo às experiências educacionais, e a realidade vivida foi o projeto frustrado de inserir

³⁰⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

³⁰⁷ BARBOSA, A **Fábrica, a casa e a escola...** Op. cit. p. 86.

³⁰⁸ SAVIANI, Demerval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*, São Paulo, Saraiva, 1973

³⁰⁹ Ibidem, p. 86.

³¹⁰ CHALHOUB, A **força da escravidão...** Op. cit., p. 29.

na escola a criança negra³¹¹. Além da estrutura social no qual desde a infância pessoas negras lutavam para manter a sobrevivência, realizando todo tipo de trabalho nas cidades e no campo, comumente não tinham condições de permanecer na escola, e a concepção de escola e educação pensadas para essa população estava voltada à manutenção das hierarquias sociorraciais, onde o negro passaria ser mão de obra qualificada e doutrinada para servir às demandas dos patrões brancos. Paulo Freire definiu esse modelo de educação como “educação bancária”, a qual exige que os alunos aceitem acriticamente, e assim reproduzam o lugar que lhe foi atribuído na hierarquia social³¹².

Seguindo essa lógica, não apenas as escolas ensinam aos homens brancos da elite que eles são melhores que todas as outras pessoas, como as escolas e instituições são criadas para fornecer capital cultural a esse grupo, para que possam cumprir os objetivos [...] desenvolver a consciência crítica sobre a desigualdade social, bem como seu lugar dentro dela, é essencial para o empoderamento individual e coletivo [...]. Todos se beneficiam de uma melhor compreensão das dinâmicas das desigualdades interseccionais, bem como dos tipos de pensamento crítico e das habilidades de resolução de problemas que podem remediá-las. Desenvolver a consciência crítica sobre a maneira como as identidades individuais e coletivas refletem e organizam os domínios das estruturas de poder pode mudar uma vida.

Dessa forma, ao pensar interseccionalmente a história das fumageiras do Recôncavo estamos dando atenção ao modo como as relações de poder moldaram o conhecimento, então categorias inteiras de pessoas que foram essenciais à construção da história foram apagadas³¹³, silenciadas ou tiveram sua história contada através da perspectiva colonialista, onde o culto da verdadeira condição de mulher era associado ao ideal tradicional de família. Nessa perspectiva, as mulheres “de verdade” tinham quatro virtudes fundamentais: piedade, pureza, submissão e domesticidade. As mulheres brancas das classes abastadas e da classe média eram encorajadas a aspirar essas virtudes, pode-se dizer que estava no plano idealizado, e as mulheres negras eram totalmente o oposto, se julgadas por essa lógica. Mesmo assim, sobreviveram em uma sociedade arraigada pelo desprezo e repugnância por tudo que é negro e tudo o que vem das mulheres negras³¹⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³¹¹ BARBOSA, *A Fábrica, a casa e a escola...* Op. cit., p. 87

³¹² COLLINS; BILGE, *Interseccionalidade...* Op. cit., p. 213-214.

³¹³ Ibidem, p. 115.

³¹⁴ LORDE, *Irmã outsider...* p. 183-218.

O Rio por maior que seja, nunca briga com uma pedra. Ele segue seu rumo e chega ao mar.

Provérbio africano

Não foi e nunca será uma tarefa fácil descolonizar a História, principalmente quando pretendemos enxergá-la à luz da interseccionalidade. A reconstrução do universo de mulheres negras, pobres, carregadas de ativismo e consciência sócio-racial é atropelada pela escassez de fontes. No caminho da construção desta tese encontrei documentos fragmentados que me deram a dimensão da inteligência e obstinação de mulheres negras na busca por condições de vida com dignidade e justiça para elas e seus descendentes. E não podemos perder de vista a consciência de que, nos termos atuais, o racismo e o sexismo são as bases da manutenção do privilégio branco.

A história do Brasil está diretamente ligada à história do Recôncavo Fumageiro, e essa história é essencialmente feminina. Para fazer tal afirmação é necessário conhecer e vivenciar a região na contemporaneidade, e perceber como o passado e o presente ainda se encontram em uma conexão muito forte. É de extrema importância ter responsabilidade e sensibilidade para discutir o tema alinhando à sua relevância econômica, desde os primórdios do processo de colonização, desconstruindo, dessa forma, a naturalização de que a cultura fumageira era apenas um trabalho leve, para assim compreender melhor a exploração das mulheres nesse contexto e pontuar a dimensão que o produto teve para a construção do Brasil escravista e do pós-abolição, considerando a grande estrutura envolvida e as experiências dos sujeitos dos mais variados segmentos sociais e nacionalidades, que foram movimentados para que o tráfico transatlântico de escravizados acontecesse.

Creio que, como se trata de capítulo da História diretamente relacionado “com a nódoa da escravidão”, em toda a sua crueldade, ficou excluído dos livros didáticos e do imaginário histórico do país, pois não existiria mão de obra para as lavouras de cana-de-açúcar e café se não fosse o cultivo do fumo, no entanto, não percebemos a mesma visibilidade que se dá para essas outras culturas.

Quanto às vozes femininas, elas aparecem com mais frequência nos processos-crimes, onde são caracterizados os perfis pessoais, arranjos familiares, modos de vida, e sobrevivência perante a miséria. Saliento que o caminho para a construção desta tese foi marcado por amor e alegria, enquanto formas potentes de humanização e resistência, como Conceição Evaristo deixa em evidência no livro *Olhos D'água*, “quando a dor vem

encostar-se em nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando uma solução”³¹⁵. Foi assim, com inteligência e sem perder a coragem e a esperança, que as mulheres negras construíram suas vidas em torno da cultura fumageira.

O jornal *A voz do povo*, da cidade São Félix, em 11 de janeiro de 1891, em uma das suas colunas, chamada de Zumbidos, assinada por alguém identificado como Morimbondo, certamente por propagar os assuntos que movimentavam a sociedade no momento, anunciava as mudanças da dinâmica de organização das festas, no caso da participação, organização e presença das festas religiosas, que em outros tempos eram dominadas por mulheres das classes mais abastadas, ou, como consta na nota, “os brancos”. Conforme o Jornal: “Dizem por ahi... que como os brancos não estão mais para festas religiosas, as creoulas levão a capricho festejar o velho São Félix”.

Figura 48 – Jornal *A Voz do Povo*, 1891



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional³¹⁶.

A presença das mulheres negras na sociedade, através dos registros históricos, pode ser percebida desde 1871, no Jornal *A Formiga*, de Cachoeira, de 15 de agosto de 1871, que tem em seus anúncios ofertas de sapatinhos para as irmãs da Boa Morte: “Para as irmãs da Boa Morte: Sapatinhos ricamente enfeitados a 4\$000 o par, vende Nolasco, à rua de Baixo”.

³¹⁵ EVARISTO, Conceição. *Olhos D’água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016. p. 114.

³¹⁶ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Um anúncio caracterizado por primor e luxo, direcionado especificamente para mulheres negras de tal agremiação, indica a sua importância. A Irmandade da Boa Morte é uma das confrarias mais antigas e importantes do país, o ano aproximado de sua fundação é 1820, em Salvador. A instituição migrou para Cachoeira e sua história é construída, principalmente, pelos relatos das irmãs. Os estudos de Lucilene Reginaldo, “O Rosário dos Angolas”³¹⁷, e de Luciana Falcão Lessa, “Senhoras do cajado: a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos”³¹⁸, nos dão a dimensão da importância, funções, diversidade e características das irmandades religiosas que fazem parte da história do Brasil.

Conectando o passado e o presente, hoje o Recôncavo é referência mundial nos estudos afro-católicos, pela presença de tal irmandade, que mantém suas tradições vivas, marcadas por rituais profanos e religiosos, regados a muito samba e comida. As irmandades eram lugares de resistência, onde os escravizados cultuavam a religião dominante, sem abrir mão da sua ancestralidade, e também era uma forma de organização de ajuda mútua entre negros e negras.

O historiador cachoeirano Luiz Cláudio Dias Nascimento afirma que os atos litúrgicos originais da Irmandade de Cor da Boa Morte eram realizados na Igreja da Ordem Terceira do Carmo, templo tradicionalmente frequentado pelas elites locais, e essa é uma importante informação, pois indica a ocupação dos espaços de poder, tradicionalmente brancos, por mulheres negras. Posteriormente, as irmãs se transferiram para a Igreja de Santa Bárbara, da Santa Casa da Misericórdia, onde existem imagens de Nossa Senhora da Glória e da Boa Morte. Depois, mudaram-se para a bela Igreja do Amparo, desgraçadamente demolida em 1946, e onde hoje se encontram moradias de classe média de gosto duvidoso. Daí, saíram para a Igreja Matriz, sede da Freguesia, indo depois para a Igreja d’Ajuda.

A cidade mais negra fora África, Salvador, inteiramente ligada ao seu Recôncavo, é resultado de uma intensa história marcada pelo triste “redirecionamento” de escravizados para todo o país, principalmente a partir de 1831, em decorrência da produção do fumo. Como nós, mulheres, apesar de toda dor, somos doutoras em transformar o sofrimento em amor e arte. O resultado de toda essa trajetória histórica pode

³¹⁷ REGINALDO, Lucilene. **Rosários dos Angolas**: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista. Ed. Alameda, 2010.

³¹⁸ LESSA, Luciana Falcão. **Senhoras do cajado**: a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos. Salvador: EDUFBA, 2012.

ser contemplado pela presença de Dona Dalva Damiana, nascida em 27 de setembro de 1927, em Cachoeira, no Recôncavo baiano, carinhosamente chamada de Dona Dalva (a Doutora do Samba), considerada uma lenda viva por sua obra, trajetória e contribuição à cultura afro-brasileira, em especial ao Samba de Roda no Estado da Bahia. Filha de pai sapateiro e mãe charuteira, Dona Dalva é a mais velha de oito irmãos. Coursou apenas o ensino primário, e desde muito jovem trabalhou, assim como sua mãe, como operária para as indústrias fumageiras do Recôncavo, e foi a primeira personalidade a ser condecorada com o título de *Doutora Honoris Causa* pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em 2012³¹⁹.

Nesse momento de intensa luta antirracista, é de extrema importância e responsabilidade escrever a história das mulheres negras que abriram os caminhos na árdua busca por humanização e dignidade, percebendo como as estruturas históricas, sociais, econômicas, de gênero e raça foram ressignificadas para excluí-las e marginalizá-las, e as mulheres negras, sempre sagazes e inteligentes, souberam trilhar e construir o melhor caminho possível para si e para seus descendentes.

FONTES DA PESQUISA

³¹⁹ Para saber mais sobre Dona Dalva, ver: <http://culturadigital.br/arquivodalvadamianadefreitas/dalva-damiana-de-freitas/>.

Manuscritas**Arquivo Público de Cachoeira**

Livro do Fumo /Rol dos lavradores de Tabaco 1783-1799.

Inventários-Pastas (1800-1891), Cxs: 200-210.

Cartas de liberdade(São Félix, 1870-1872).

Notas de Escrituras , São Félix(1865-1866).

Notas de Escrituras , Muritiba (1854-1855).

Arquivo Público de São Félix

Fichas das charuteiras das Dannemann 1922-1945.

Correspondências da fábrica,1930-1952.

Normas internas, 1922-1945.

Arquivo Público da Bahia**Seção Judiciária**

Livro de Notas de Cachoeira, do n.103 a 201.

Livro de Registro de testamento de Cachoeira, 1870-1922.

Termo de Tutela 1874-1922.

Livro Diário, Muritiba, n.01. 1874-1877.

São Gonçalo dos Campos, registros de testamentos, n. 01, 1885-18.

Seção Colonial/Provincial

Atos do governo imperial (1840-1892), maços 671, 672, 673.

Correspondências, Cachoeira (1823-1889), Maços 1269 a 1273.

Recenseamento do Iguape, maço 6175.1 (1835).

Correspondências/Cachoeira, maço 1438 (1885-1889).

Ouvidoria das Vilas, maços de 2271 a 2273.

Ouvidoria das Vilas, maços 2274 a 2873.1.

Secretaria de Agricultura, maços 348, 285, 236, 224, 217, 202, 200, 184, 187, 149, 26, 05, 04 e 222.

Secretaria da Justiça und. 01,02,83,126.

Secretaria de Polícia , doc. 7136 (1877-1888).

Livro Caixa de Beneficência, Cachoeira, doc. 2874 e 2875(1884-1886).

Sociedade Libertadora Cahoeirana,doc. 2877 (1884-1885).

Atos da Sociedade Libertadora Cachoeirana, doc. 2878 (1884-1887).

Clube de instrução, doc. 4078 (1887).

Correspondências/abastecimento Cachoeira, doc. 4232 e 4939 (1835-1889).

Santa Casa de Misericórdia, doc. 5290 (1833-1869) e 5291 (1870-1889).

Fábricas de Charutos, Seção comercial, doc. 4602.

Comércio, Importação e Exportação, doc. 4603 (1839-1889).

Fotografias avulsas, sem referências, encontradas nos Arquivos citados acima.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fernando José de Portugal e Castro. **Ofício ao conde dos Arcos remetendo frascos de sementes de tabaco da Virgínia para serem plantados na Bahia**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 15 jul. 1812. 3 doc. (3 p.). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000358/mssp0000358.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

ALCÂNTARA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A manufatura do fumo na Bahia**. 1983. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279391>. Acesso em: 13 jul. 2018.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 1982.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade de Salvador**. 2 ed. Brasileira Nacional, 1955.

BAHIA, José Péricles Diniz. **Ser baiano na medida do Recôncavo**: o jornalismo regional como elemento formador de identidade. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

BARBOSA, Elizabete Pereira. **A Fábrica, a casa e a escola**: as políticas de educação para a infância no Recôncavo Fumageiro da Bahia (1925-1946). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2015.

BARICKMAN, B. J. As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos” e “cabras” no Recôncavo Baiano, 1835. In: **Jornal População e família**, n. 2, 1999.

_____. **Um contraponto baiano**: açúcar fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARRETO, Virgínia Queiroz. **Fronteiras entre a escravidão e a liberdade**: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888). 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2016.

BARROS, F. Borges de. **Novos documentos para História Colonial**. Bahia: Imprensa Oficial, 1931.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORBA, Silva Fraga Costa. **Industrialização e exportação do fumo na Bahia, 1870-1930**. 1975. Dissertação (Mestrado de Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. Mulheres no trabalho: controle, lutas e resistências na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948). ANPUH-BA, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477879113_ARQUIVO_TextoCompleto-ANPUH-MulheresnoTrabalho.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

_____. **Uma História do Trabalho no Recôncavo Fumageiro**: controle, lutas e resistência na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

_____. **Operárias negras**: lutas e controle patronal na Cia. de Charutos Dannemann e na Costa Penna & Cia. (1910-1950). 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BUENO, winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento feminista de Patrícia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CALMON, Francisco de Marques de Góes. **Vida Econômica-financeira da Bahia**: elementos para a história de 1808 a 1899. Salvador: Editora CPE, 1979.

CARVALHO, Maria Cristina. **Crianças e escravidão**: cotidiano e trabalho – São Gonçalo dos Campos/BA – 1835/1871. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. Salvador: Fieb, 2004.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CELSONO, Antonio. Literatura. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. **Concha de Retalhos**. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.

CORTÊS, Maria Inês Oliveira. **O liberto**: o seu mundo e os outros (Salvador, 1790-1890). 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

COSTA, Sebastião Heber Vieira. **A festa da Boa Morte e o ícone ortodoxo**. Salvador: ZUK Comunicação, 1993.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <https://nsp.unb.br/popnegra/images/library/Kimberle-Crenshaw-Interseccionalidadenadiscriminaoderaaegenero.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Mal ou bem procedidas**: cotidiano e transgressões das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 2011.

_____. **Para serem donas de si**: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível**: epidemia de cólera na Bahia em 1855-56. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FARKAS, Thomaz. **Cinema Documentário**: um método de trabalho. 1972. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

FONTES, José Raimundo. **Manifestações operárias na Bahia**: o movimento grevista, 1888-1930. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

FONTES, Simone Aparecida. Luís Joaquim dos Santos Marrocos: memórias de bibliotecário português nos trópicos. Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: Saberes e práticas científicas, 16. **Anais [...]**, 2014.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.

_____, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1942.

GIACOMINI, Sônia Maria. Ser escrava no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 15, 1988.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (org). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM, Sandra L. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRINBERG, Keila. **Liberata**. A Lei da ambiguidade. As ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/v7mzs/pdf/grinberg-9788599662762.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HITA, Maria Gabriela. **Casa das mulheres n'outro terreiro**: famílias matriarcais em Salvador. Salvador: EDUFBA, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

LESSA, Luciana Falcão. **Senhoras do cajado**: a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. Nossos passos vêm de longe: a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos à luz do feminismo negro. ENECULT: Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. **Anais [...]**. Salvador, 2019.

LESSA, Rosana Falcão. **Mulheres, trabalho e memória na Bahia**: o caso da indústria fumageira de São Gonçalo dos Campos, 1950-1980. Salvador: Editora Devires, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos Livres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado do século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 51- 55, 1988.

_____. **Bahia no século XIX**: uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Legislação Emancipacionista, 1871 e 1885. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O Império do Retrato**: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2006.

NARDI, Jean Baptiste. **Análise da cadeia produtiva do tabaco da Bahia**. Salvador: Arcadia, 2013.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: 1 contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. O corpo da mulher negra [on-line]. Site **Antroposmoderno**. Disponível em <http://www.geocities.com/HotSprings/Villa/3170/IsildinhaNogueira.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.

_____. **Singinificações do corpo negro**. 1988. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixe/corpo-negro.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. Viver e morrer no meio dos seus – Nações e comunidades africanas na Bahia. **Revista da USP**, São Paulo, n. 28, 1996.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

PENNA, Mariah Costa. **Vidas da vida** – aos humildes e humilhados. Brasília: Horizonte Editora Ltda., 1989.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade do Salvador, 1850-1888. **Afro- Ásia** – Centro de Estudos Afro-Orientais, n. 32, 2005.

PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In. BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Geraldo Dannemann**: o empreendedor. Salvador: Ed. Própria, 2014.

REGINALDO, Lucilene. **Rosários dos Angolas**: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista. Ed. Alameda, 2010.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão**: Bahia, 1850-1888. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Alexandre Vierira. **A cidade de Salvador**: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c. 1750 – c. 1800). 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Vilmaria Lúcia. **Negras Senhoras**: o universo material das mulheres africanas forras. Anais do colóquio do Lahes. Juiz de Fora: laboratório de história econômica e social, UFJF, 2005.

SANTANA, Clíssio. “**Ele queria viver como se fosse homem livre**”: escravidão e liberdade no termo de Cachoeira (1850-1888). 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Ruy. **Teixeira Moleque**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960.

SANTOS, Valdomiro Lopes dos. **A pecuarização do Recôncavo fumageiro**: o caso de São Gonçalo dos Campos, Bahia. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 19 abril 2019.

SAVIANI, Demerval. Educação brasileira: estrutura e sistema, São Paulo, Saraiva, 1973.

SCOTT, Rebecca; HÉBRARD, Jean M. **Provas de liberdade**: uma odisseia atlântica na era da emancipação. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer charutos: uma atividade feminina**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SILVA, José Bento Rosa da. Cazumbá no pós-abolição: memória, identidade e “patrimônio imaterial” em São Gonçalo dos Campos, Bahia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 25, 2018.

SOARES, Cecília. **A mulher negra na Bahia do Século XIX**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 1994.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

VERGER, Pierre. **O fumo da Bahia e o tráfico de escravos do Golfo de Benim**. Salvador: CEAO/UFBA, 1966.

_____. **Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII ao XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família no litoral rio-grandense no pós-emancipação. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2013.

Mapa do Recôncavo da Bahia, cidades (1970)



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia

Mapa do Recôncavo da Bahia, 1970

Jornal A formiga, 1871

E bradou:—nos manda el-rei
Governarmos a nação,
E queremos leis precisas
Para esta commissão,
Uma vez que manda el-rei
Governarmos a nação.

Porém logo os deputados
Responderam:—isso, não.
Convenco, minha gatinha,
Não fuzemos união.
Ela que logo os deputados
Responderam:—isso não.

De novo se enraiva o rei
Por achar contradição.

ANNUNCIOS

Arroz á 100 rs. a libra.

Do melhor que é possível, chegado ultimamente, só vende o NOLASCO á rua de Baixo.

6-Caixas de phosphoros de segurança dos verdadeiros por 140rs.
Só vende o Nolasco, á ru^a de Baixo.

Prohibido a venda

A FORMIGA

para as irmãs da Boa morte

Sapatinhas ricamente embelezadas a 15000 o par, vende o Nolasco, á rua de Baixo

O NOLASCO, á rua de Baixo, continua a vender, arroz, batatas de estachos, e outras muitas coisas mais e muito barato.

Para o meu Kameiso, além das primeiras letras, há o ensino de prendas domesticas, constando de, trabalhos de agulha, bordados de ponto e cruz, todas as qualidades de trabalhos de agulha como sejam cedias, trançadas, aréis, quadros e livres de todas as qualidades.

A* nota ha uma sala especial de frentes para aquelles senhoras do commercio, que, de sejas de indicoes, queiram aproveitar a

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional³²⁰.

Jornal A classe Operária, 30 de maio 1925

³²⁰ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 mar. 2019.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix.

Homens destalalando o fumo



Fonte: Arquivo Público de São Félix

Mulheres no trabalho na Cia. de Charutos Dannemann, São Félix, 1930



Fonte:Arquivo Público de São Félix

Trabalho feminino na Cia. de Charutos Dannemann, São Félix, década de 1930



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix.

ANEXO C – Roteiro do filme *Erva Bruxa*, 1970O FUMO NO NORDESTE

Antigo conhecido dos índios americanos, o hábito de enrolar folhas de tabaco para fumar foi observado já na primeira expedição de Colombo por D. Rodrigo Xerés que levou-o para a Espanha e lá produziu seus próprios charutos, até que a Inquisição o prendesse sob denúncia de bruxaria. Enquanto espalhava-se o costume do fumo, espalhava-se também sua má fama: era chamado de "erva bruxa". O Rei Jaime da Inglaterra declarou-o nocivo ao cérebro e ao olfato. Na Rússia perseguia-se os fumantes. Cromwell ordenou a destruição das plantações. O sultão Amurab IV mandava cortar o nariz e os lábios dos fumantes. *No Rio de Janeiro, no tempo da guerra de independência, chegou-se a empregar-lo como desinfetante, durante a peste que andou na Europa.*

No Sec. XVIII os lavradores faziam o "tabaco de caco" - pó de tabaco torrado para ser aspirado. Era também o tabaco considerado como remédio para uma quantidade de males e, esta qualidade, somando-se ao prazer do fumante, fez também com que durante muito tempo fosse denominado "erva mágica" e até "erva santa". Para tanto concorria também o fato de ser a erva considerada sagrada pelos indígenas. Jean de Lery, em sua "Viagem à Terra do Brasil", no século XVI, assistiu a uma cerimônia indígena em que os índios em círculo, recebiam lufadas de fumo sopradas por três ou quatro caraíbas, com uma frase que os excitava ao combate próximo. Por essa época, tornou-se o fumo verdadeira mania entre os portugueses, considerando-o como auxiliar da digestão; nas longas andanças pelo mato, faltando o mantimento, o fumo matava a fome e a sede; era considerado também excelente remédio contra dores de cabeça e resfriados. *As mulheres, com a ponta de charuto e curado com urina.*

Teve papel decisivo no Brasil colônia, como matéria prima fundamental na troca de escravos africanos. Os "tumbeiros" (traficantes) mantinham imensas plantações na Região de Ilheus, Bahia e compravam os escravos dos chefes de tribos e traficantes africanos, pagando em tabaco, os primeiros vendendo seus prisioneiros de guerra e até, às vezes, alguns dos seus próprios súditos. *Curiosidade: a urina de caracá, usada para curar o charuto.*

O Brasil é atualmente o quinto produtor mundial de fumo, e os impostos sobre essa indústria representam mais de vinte por cento da renda tributária nacional.

Fonte: Disponível no site <https://www.thomazfarkas.com>